

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE – MESTRADO E
DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FATORES DETERMINANTES DA INTENÇÃO DE ESCOLHA DA CARREIRA NA
ÁREA DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO SOB O ENFOQUE DA TEORIA DO
COMPORTAMENTO PLANEJADO**

EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS

CURITIBA
2016

EDICREIA ANDRADE DOS SANTOS

**FATORES DETERMINANTES DA INTENÇÃO DE ESCOLHA DA CARREIRA NA
ÁREA DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO SOB O ENFOQUE DA TEORIA DO
COMPORTAMENTO PLANEJADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade. Programa Pós-Graduação em Contabilidade - Mestrado e Doutorado - Área de Concentração Contabilidade e Finanças, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Lauro Brito de Almeida, Dr.
EAC|FEA|USP.

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Santos, Edicreia Andrade dos

Fatores determinantes da intenção de escolha da carreira na área de contabilidade: um estudo sob o enfoque da teoria do comportamento planejado / Edicreia Andrade dos Santos. - 2016.

114 f.

Orientador: Lauro Brito de Almeida.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

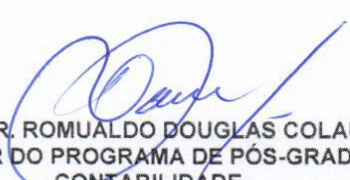
Defesa: Curitiba, 2016.

1. Contabilidade - Ensino superior. 2. Contabilidade - Carreiras e oportunidades. 3. Contadores. I. Almeida, Lauro Brito de, 1952-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. III. Título.

CDD 657.092


**"FATORES DETERMINANTES DA INTENÇÃO DE ESCOLHA DA CARREIRA
NA ÁREA DE CONTABILIDADE: UM ESTUDO SOB O ENFOQUE DA TEORIA
DO COMPORTAMENTO PLANEJADO"**

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE **MESTRE EM CONTABILIDADE** (ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO: CONTABILIDADE E FINANÇAS), E APROVADA EM SUA
FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.



PROF. DR. ROMUALDO DOUGLAS COLAUTO
COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE

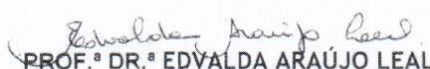
APRESENTADA À COMISSÃO EXAMINADORA INTEGRADA
PELOS PROFESSORES:



PROF. DR. LAURO BRITO DE ALMEIDA
PRESIDENTE



PROF. DR. LUIZ PANOCA
MEMBRO



PROF.ª DR.ª EDVALDA ARAÚJO LEAL
MEMBRO

Para as bases da minha vida: minha mãe **Hilda do Carmo Lara dos Santos** e meu amado **Paulo Cesar Jankowski**. Sem vocês este sonho não seria conquistado.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná, seu corpo docente, direção e administração, cuja abertura permitiu-me, avistar novos horizontes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lauro Brito de Almeida, pela oportunidade, pelo suporte no tempo que lhe coube e por suas correções e incentivos.

Aos professores que me proporcionaram conhecimentos e habilidades na formação acadêmica. Aos professores das bancas, qualificação e defesa, Luiz Panhoca (UFPR) e Edvalda Araújo Leal (UFU), cujas recomendações acresceram à qualidade deste trabalho.

Aos colegas que participaram dos grupos de estudos nas diversas disciplinas ao longo da pós-graduação.

Às demais pessoas que, de modo direto ou indireto, contribuíram para a conclusão deste trabalho, meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo investiga a intenção dos alunos concluintes dos cursos de ciências contábeis das universidades públicas estaduais e federais no estado do Paraná em seguir carreira na área de contabilidade, sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado (TCP). A TCP foi desenvolvida por Ajzen (1991) para explicar a intenção de[dos] indivíduos de realizar(em) um comportamento com base em um conjunto reduzido de construtos explicativos: atitude, norma subjetiva e controle percebido. Esta teoria tem sido amplamente aplicada em outras áreas do conhecimento – p.e., humanas, sociais, saúde entre outras -, porém nas investigações em contabilidade seu uso ainda é incipiente. Sob esta sustentação teórica, a amostra investigada de 691 alunos concluintes do curso de ciências contábeis – universidades públicas estaduais e federais – no estado do Paraná, foi analisada de forma total e segregada por mesorregiões de acordo com o critério do IPARDES. Os dados coletados foram inicialmente tratados, utilizando estatísticas descritivas com a finalidade de caracterizar o perfil social e econômico dos respondentes e, na sequência, foi aplicado à análise fatorial e modelagem de equações estruturais. Os achados da pesquisa evidenciam que as hipóteses testadas se confirmaram na maioria das mesorregiões estudadas, mostrando que as variáveis: atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido afetam a intenção dos alunos em seguir uma carreira na área contábil. Verificou-se também que nas amostras de 6 mesorregiões nas quais as três hipóteses foram sustentadas, são aquelas representadas pelas maiores e mais desenvolvidas cidades paranaenses como Curitiba e cidades metropolitanas; e outras como Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Apucarana, Cianorte, Paranavaí, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Guarapuava. Ademais, as 10 mesorregiões estudadas apresentaram resultados de explicação de variância da intenção entre 27,84% a 64,31%, entretanto, a maioria das amostras apresentaram valores acima de 50% denotando que os respondentes possuem considerável intenção de seguir uma carreira contábil.

Palavras-chaves: Carreira contábil, Teoria do Comportamento Planejado, Intenção Comportamental, Mesorregiões.

ABSTRACT

This study investigates the intention of graduating students of accountancy courses in state and federal public universities in the state of Paraná in pursuing a career in the accounting field, from the standpoint of the Theory of Planned Behavior (TCP). The TCP was developed by Ajzen (1991) to explain the intent of [the] individuals to perform (in) behavior based on a limited set of explanatory constructs: attitude, subjective norm and perceived control. This theory has been widely applied in other areas of knowledge – p.e, human, social, health among others - but in the accounting investigations its use is still in its infancy. Under this theoretical framework, the investigated sample of 691 graduating students of accounting science - state and federal public universities - in the state of Paraná, was analyzed overall shape and separated by mesoregions according to the criterion of IPARDES. Data were initially treated using descriptive statistics in order to characterize the social and economic profile of the respondents and, as a result, we applied the factor analysis and structural equation modeling. The survey findings show that the hypotheses tested were confirmed in most investigated mesoregions, showing that the variables: attitude, subjective norm and perceived behavioral control affect the intent of students to pursue a career in accounting. It was also found that the samples of 6 mesoregions in which three hypotheses were supported, are those represented by the largest and most developed cities such as Curitiba and metropolitan cities Parana; and others like Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Apucarana, Cianorte, Paranavaí, Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Candido Rondon and Guarapuava. In addition, the 10 mesoregions studied showed results intent of variance explanation from 27.84% to 64.31%, however, most of the samples showed values above 50% indicating that the respondents have considerable intention of following an accounting career.

Keywords: Accounting Career, Theory of Planned Behavior, Behavioral Intention, Mesoregions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
FIGURA 2 – SÍNTESE DOS CONCEITOS DE OCUPAÇÃO, PROFISSÃO E CARREIRA.	25
FIGURA 3 – FATORES INIBIDORES NO PROCESSO DE ESCOLHA DA PROFISSÃO/CARREIRA	26
FIGURA 4 – MODELO CONCEITUAL DA TEORIA DA AÇÃO RACIONAL	40
FIGURA 5 - TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO	41
FIGURA 6 – MODELO TEÓRICO DA PESQUISA	48
FIGURA 7 - MAPA DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ	50
FIGURA 8 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”	73
FIGURA 9 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”	75
FIGURA 10 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”	77
FIGURA 11 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”	78
FIGURA 12 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”	80
FIGURA 13 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 6 “OESTE”	81
FIGURA 14 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”	82
FIGURA 15 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”	84
FIGURA 16 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”	85
FIGURA 17 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”	87
FIGURA 18 – MODELO FINAL AJUSTADO – AMOSTRA TOTAL	88

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1 - OPÇÕES DE CARREIRA PARA O GRADUADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....	17
QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL.....	34
QUADRO 3 – POPULAÇÃO DA PESQUISA	49
QUADRO 4 - MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ: ÁREAS TERRITORIAIS E HABITANTES	51
QUADRO 6 - LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POR MESORREGIÃO DO ESTADO DO PARANÁ	52
QUADRO 7 – APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	52
QUADRO 8 – INSTRUMENTO DE PESQUISA	54
QUADRO 9 – APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	55
QUADRO 10 – CRITÉRIOS DA VALIDADE CONVERGENTE	60

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERFIL DOS RESPONDENTES	62
TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES	63
TABELA 3 – ESTADO CIVIL DOS RESPONDENTES	63
TABELA 4 – FORMAÇÃO DOS RESPONDENTES	64
TABELA 5 – SATISFAÇÃO DOS RESPONDENTES COM O CURSO.....	64
TABELA 6 – RENDAS FAMILIARES DOS RESPONDENTES.....	65
TABELA 7 – RENDA INDIVIDUAL DOS RESPONDENTES	66
TABELA 8 - ORDEM DAS QUESTÕES PARA TRATAMENTO DOS DADOS	67
TABELA 9 – SÍNTESE DOS INDICADORES POR MESORREGIÃO E NO TOTAL	68
TABELA 10 – ANÁLISE FATORIAL DE TODAS AS MESORREGIÕES E DA AMOSTRA TOTAL	70
TABELA 11 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”	72
TABELA 12 – RESULTADOS DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”	73
TABELA 13 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”	74
TABELA 14 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”	75
TABELA 15 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”.....	76
TABELA 16 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”	77
TABELA 17 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”.....	78
TABELA 18 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”	79
TABELA 19 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”	79
TABELA 20 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”	80
TABELA 21 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 6 “OESTE”	80
TABELA 22 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 6 “OESTE”	81
TABELA 23 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”	82
TABELA 24 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”	83
TABELA 25 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”	83
TABELA 26 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”	84
TABELA 27 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”	85
TABELA 28 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”	86
TABELA 29 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”	86
TABELA 30 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”	87
TABELA 31 – AVALIAÇÃO DO MODELO – AMOSTRA TOTAL	88
TABELA 32 – RESULTADO DO <i>PATH COEFICIENTE</i> – AMOSTRA TOTAL.....	88
TABELA 33 – SÍNTESE R ²	89
TABELA 34 – SÍNTESE DAS HIPÓTESES DE PESQUISA.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL...28

LISTA DE SIGLAS

ATIT - Atitude
AVE – *Average Variance Extracted*
CC – Confiabilidade Composta
CCP – Controle Comportamental Planejado
CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CFE - Conselho Federal de Educação
CM - Currículo Mundial
CNE - Conselho Nacional de Educação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
IASB - *International Accounting Standards Board*
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES - Instituições de Ensino Superior
IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTEN - Intenção
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISAR - *International Standards of Accounting and Reporting*
KMO - *Kaiser-Meyer-Olkin*
LDB - Lei das Diretrizes de Bases da Educação
MBA - Master Business Administration
MEC – Ministério da Educação
NS – Norma Subjetiva
ONU - Organização das Nações Unidas
PLS – *Partial Least Square*
SEM - *Structural Equation Modeling*
SPSS - *Statistical Package for the Social Science*
TAR - Teoria da Ação Racional
TCP - Teoria do Comportamento Planejado
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UEM - Universidade Estadual de Maringá
UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná
UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development*
UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VL – Variáveis Latentes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTO	16
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS	19
1.2.1 Problema de pesquisa	19
1.2.2 Objetivos da Pesquisa	20
1.2.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2.2 Objetivos Específicos.....	20
1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES	20
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2 MARCO TEÓRICO-EMPÍRICO E HIPÓTESES DA PESQUISA.....	23
2.1 CONCEITOS DE PROFISSÃO E CARREIRA.....	23
2.2 INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DA PROFISSÃO E CARREIRA	26
2.2.1 Escolha da profissão e carreira	26
2.2.2 Escolha de carreiras na área contábil na percepção do público externo	27
2.3 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO DE CONTABILIDADE	32
2.3.1 Considerações sobre o ensino superior no Brasil	32
2.3.2 Histórico do ensino superior de contabilidade no Brasil.....	34
2.3.3 Oportunidades de carreiras na área de contabilidade.....	36
2.4 TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO E HIPÓTESES DE PESQUISA ...	39
2.4.1 Teoria do Comportamento Planejado	39
2.4.2 Hipóteses de pesquisa e modelo teórico.....	41
2.4.2.1 Atitude	42
2.4.2.2 Norma subjetiva.....	44
2.4.2.3 Controle Comportamental Percebido.....	45
2.4.2.4 Intenção	47
2.4.2.5 Comportamento	47
3 METODOLOGIA	49
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	49
3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA E VARIÁVEIS DE MENSURAÇÃO.....	53
3.3 PRÉ-TESTE DO INSTRUMENTO	54
3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	55
3.4.1 Coleta dos dados.....	55
3.4.2 Tratamento dos dados	56
3.4.3 Estatística Descritiva.....	56
3.4.4 Análise Fatorial	56
3.4.5 Modelagem de Equações Estruturais	58
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	62
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	62
4.1.1 Perfil dos respondentes	62
4.1.2 Características econômicas e profissionais dos respondentes	65
4.2 TRATAMENTO DOS DADOS	66

4.3 ACHADOS SOBRE A INTENÇÃO DE SEGUIR CARREIRA NA ÁREA DE CONTABILIDADE	71
4.3.1 Mesorregião 1 – Metropolitana de Curitiba.....	71
4.3.2 Mesorregião 2 – Centro Oriental.....	73
4.3.3 Mesorregião 3 – Norte Pioneiro	75
4.3.4 Mesorregião 4 – Norte Central	77
4.3.5 Mesorregião 5 – Noroeste	79
4.3.6 Mesorregião 6 – Oeste.....	80
4.3.7 Mesorregião 7 – Centro Ocidental	81
4.3.8 Mesorregião 8 – Sudoeste	83
4.3.9 Mesorregião 9 – Centro Sul.....	84
4.3.10 Mesorregião 10 – Sudeste.....	86
4.3.11 Amostra Total (todas as mesorregiões do estado).....	87
4.4 DISCUSSÃO	89
5 CONCLUSÃO	93
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES	93
5.2 IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL	94
5.3 IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	94
5.4 LIMITAÇÕES DOS ACHADOS DA PESQUISA E ENCAMINHAMENTOS FUTUROS	95
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE	109
ANEXO.....	113

INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Em geral, os universitários concluintes de curso de graduação manifestam diferentes intenções e expectativas frente ao futuro profissional. Na condição de recém-egressos apresentam um certo otimismo quanto ao futuro (GRAHAM; MCKENZIE, 1995) em uma situação permeada por dúvidas e conhecimentos insuficientes acerca dos desafios e especificidades das possíveis áreas de atuação profissional (GONDIM, 2002; PERRONE; VICKERS, 2003).

Teixeira e Gomes (2005) argumentam que os jovens formados, confiantes em suas capacidades e competências, definem projetos para a carreira e são céleres em iniciar as tentativas de concretização. Outros, concluem seus cursos e não sabem muito bem o que fazer. Deste modo, os egressos confiantes e rápidos em suas decisões sobre a profissão escolhida têm maiores possibilidades de efetivar seus projetos e de alcançar satisfação profissional.

A decisão de qual carreira seguir, independente do momento da decisão, é uma competência individual pautada no compromisso com uma dada direção educacional ou vocacional (OSIPOW; CARNEY; BARAK, 1976). Nesta investigação, a decisão de carreira é entendida como a capacidade do indivíduo em identificar seus interesses dentro da profissão, estabelecer os objetivos profissionais e, de maneira coerente, elaborar uma estratégia (TEIXEIRA; GOMES, 2005). Isto posto, à intenção de decidir por uma carreira não se limita a escolha de um ramo específico dentro da profissão, mas implica também na disposição e competência do indivíduo para implementar seus projetos.

Ao longo do processo de decisão sobre qual carreira seguir, diversos fatores influenciam o indivíduo e, podem ser (i) intrínsecos como, por exemplo, o interesse intelectual e satisfação no trabalho; (ii) extrínsecos, tais como, a disponibilidade de emprego, à remuneração e (iii) interpessoais, a exemplo da influência de outras pessoas como pais, amigos e cônjuge (CARPENTER; FOSTER, 1977). No entendimento de Super e Bohn (1980) as causas influenciadoras das escolhas dos indivíduos são denominadas como determinantes de carreira, compreendidas em: (i) fatores geográficos entendidos como a comunidade; a escola frequentada; a família; os grupos de pares; a economia; a sociedade; o mercado de trabalho; a política social que interagem e afetam as atividades profissionais exercidas; e os (ii) fatores biológicos (envolvem também os psicológicos) que influenciam o desenvolvimento e se referem às necessidades; a inteligência; a valores; a atitudes; a interesses e a aptidões especiais; que, juntos representam a personalidade e as realizações do indivíduo.

Para Emmerling e Cherniss (2003) a escolha do indivíduo por uma carreira não deve ser tomada sob uma ótica isolada, mas pela comunhão de uma série de decisões. Contudo, essas decisões irão envolver questões tais como: Quais as atividades são de interesse? Quais seus níveis de aspirações? Como irá se processar a inter-relação entre o papel pessoal e profissional, influências emocionais, dentre outras? (CARVALHO, 2007).

Em razão destas questões, compreender a dinâmica que envolve a escolha ou a intenção de seguir uma carreira e o seu devido comprometimento, tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo é de grande relevância para o desenvolvimento e consolidação da profissão. Isto porque, uma profissão somente alcançará seus objetivos e sua afirmação social se os membros que a formam demonstrarem dedicação, estabelecimento de vínculos, caminhos e objetivos, bem como se empenharem no crescimento profissional (CARVALHO, 2007). Inseridos igualmente nesta realidade, estão os profissionais de contabilidade, população alvo deste estudo.

A prática profissional da contabilidade no Brasil foi regulamentada com a edição do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. O referido Decreto foi à base legal para a constituição dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade com o objetivo de fiscalizar e orientar o exercício da profissão. Ao longo dos anos, foram ocorrendo mudanças nos marcos regulatórios, abordando diversos aspectos e entre eles a definição do atual perfil dos contabilistas.

Há uma confusão com o termo contador [que pode ser uma carreira, uma função ou um cargo em uma organização], e, geralmente assim é designado àquele que é graduado em curso superior de ciências contábeis; ou seja, bacharel em ciências contábeis. Os formados em nível médio - escolas técnicas ou comerciais - pertencem à categoria de técnicos em contabilidade. Ambos podem seguir a carreira de contador, porém, há limites de atuação. Por exemplo, perícia contábil somente pode ser exercida por um bacharel em ciência contábil. Portanto, evidentemente os privilégios e possibilidades de atuação profissionais são muito mais amplos para os graduados em ciências contábeis, ficando os técnicos em contabilidade com um campo limitado de atuação.

Para aqueles com graduação em ciências contábeis Marion (2009) apresenta um amplo e interessante rol de carreiras. O autor lista algumas opções de prática profissional em contabilidade, que configuram uma carreira, conforme Quadro 1.

QUADRO 1 - OPÇÕES DE CARREIRA PARA O GRADUADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Graduado em Ciências Contábeis: algumas opções de carreira			
Na empresa	Independente [autônomo]	No ensino e pesquisa	Em Órgão público
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contador geral, contador de custos, <i>controller</i>, contador etc. ▪ Auditor interno ▪ Contador fiscal ▪ Contador internacional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditor independente ▪ Consultor ▪ Escritório de Prestação de Serviços Contábeis ▪ Perito contábil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Professor ▪ Pesquisador ▪ Escritor ▪ Conferencista 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contador de ente público ▪ Fiscal de tributos ▪ Agente e/ou técnico de controle externo em Tribunais de Conta

FONTE: Adaptado de Marion (2009).

Para o graduado em ciências contábeis há amplas oportunidades de carreira, em especial aquelas que, com a regulamentação da profissão, com viés corporativista, especificam um nicho exclusivo de prática profissional. Há também aquelas que concorrem com graduados em outros cursos, como fiscal de tributos e agente de controle externo dos Tribunais de Conta.

O curso de graduação em ciências contábeis, no ano de 2013, conforme dados do Censo da Educação Superior, foi ofertado na modalidade presencial por 1.168 instituições de ensino em todo o território nacional e o quarto curso mais procurado (www.portal.inep.gov.br).

A quantidade de cursos ofertados é expressiva, assim como a posição no ranking na procura pelos interessados, provocando, principalmente por parte das entidades vinculadas com o exercício da profissão, afirmações sem evidências empíricas de que tal quadro reflete e revela a importância e a valorização dos profissionais contábeis no mundo dos negócios. No Brasil ainda há carência de estudos que investiguem as causas da expansão dos cursos de graduação em ciências contábeis, a expressiva procura pelas vagas ofertadas e a opção de carreira exercida pelos egressos dos cursos de contabilidade.

Ainda, com relação aos expressivos números – quantidade de cursos e alunos ingressantes – no cenário nacional há poucos estudos investigando o interesse dos alunos dos cursos de graduação em ciências contábeis em seguir carreira na área de contabilidade. A literatura internacional, por outro lado, há algum tempo publica estudos a respeito do tema (PAOLILLO; ESTES, 1982; FELTON; BUHR; NORTHEY, 1994; LOWE; SIMONS, 1997; MYBURGH, 2005). A Teoria da Ação Racional (TAR) de Fishbein e Ajzen (1975) tem sido utilizada em muitos estudos para investigar fatores que influenciam as decisões de intenção e/ou escolha da carreira dos alunos (FELTON; DIMNIK; NORTHEY, 1995; JACKLING; KENELEY, 2009). De acordo com a TAR, as escolhas de carreira dos indivíduos são determinadas por suas intenções de seguir uma em específica, por sua vez, influenciadas por atitudes e percepções de pressão social. As crenças de um indivíduo que a carreira resultará em determinados benefícios esperados, influenciam as suas atitudes. A percepção de pressão social refere-se às crenças que o indivíduo tem acerca da aprovação ou desaprovação da escolha por pessoas próximas a ele, como pais, amigos, cônjuge e professores.

Outros pesquisadores, como Cohen e Hanno (1993); Allen (2004); Tan e Laswad, (2006, 2009) utilizaram a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) que é uma extensão da TAR e incorpora a variável controle comportamental percebido. O objetivo desta variável é captar a intensidade que o indivíduo acredita ter de capacidade para assumir determinado comportamento e suas crenças acerca da existência de fatores que podem facilitar ou dificultar esta realização (AJZEN, 1991).

Este estudo investiga a intenção dos alunos paranaenses, concluintes dos cursos de ciências contábeis, nas universidades públicas estaduais e federais no estado do Paraná, em seguir carreira na área da contabilidade. A opção por pesquisar alunos concluintes é fundamentada em Bardagi e Boff (2010). Para os autores, estes avaliam de forma mais realista e objetiva as oportunidades de inserção e progressão de carreira que os ingressantes ou os de meio de curso, tendo em vista o progressivo amadurecimento das expectativas e conhecimento do mercado durante a graduação.

Além dos argumentos de Bardagi e Boff (2010) as disciplinas cursadas durante o curso influenciam os alunos concluintes na identificação das áreas de interesse profissional. Nessa situação, estão frente a novos questionamentos em relação ao campo de atuação, tais como: qual área possibilita maior remuneração (econômico)? Qual área é a melhor para projetar socialmente (status/social)? Qual a área que melhor me identifico (vocação/habilidades

pessoais)? Qual área apresenta maior taxa de empregabilidade (oportunidades de trabalho)? (CARVALHO, 2007). Por isso, considerando os questionamentos e por encontrarem-se na fase de conclusão do curso de graduação, a premissa é que tenham condições para avaliar e escolher a área de atuação profissional.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS

1.2.1 Problema de pesquisa

Estudos com universitários em fase de conclusão de curso indicam que é um período envolto de dúvidas, incertezas e de avaliação da formação. Para Glaser (2010) a decisão acerca da escolha da área para desenvolver uma carreira profissional, atua como um facilitador na busca de emprego e na transição para o mundo do trabalho. No entanto, há inúmeras outras variáveis que influenciam nesta transição e que são relacionadas ao comportamento do indivíduo no decorrer de sua formação, como o mercado de trabalho, a economia local, a competitividade de mercado, entre outras (BARDAGI; BOFF, 2010).

Na decisão de carreira, a variável mercado de trabalho é fortemente influenciada pela maneira como o estudante a percebe, do que propriamente por suas condições objetivas. Portanto, dados sobre o mercado de trabalho se caracterizam como as influências externas com maior impacto na tomada de decisão (GLASER, 2010). O mercado de trabalho, já há algum tempo é visto como uma rede intrincada de ocupações, tarefas e atividades, muitas vezes híbridas e permeadas (LASSANCE, 1997). Logo, a expectativa tradicional do aluno entra em conflito com essa estrutura ao ter que decidir por uma profissão/carreira que dê acesso a este mercado por meio de um emprego estável, de tarefas previsíveis e boa remuneração. Contudo, é preciso que os novos profissionais se preparem para lidar com as características do mercado atual como a mobilidade profissional e a rápida obsolescência da informação adquirida, o que leva ao desequilíbrio, à insegurança e ao desajustamento entre as expectativas pessoais e a realidade observada (BARDAGI, 2007).

Neste entendimento, estas influências estão associadas à percepção de cada indivíduo sobre suas possibilidades pessoais de sucesso na decisão ou relacionadas à percepção de terceiros. Estas percepções caracterizam-se como crenças comportamentais, normativas e de controle. Para Fishbein e Ajzen (1975) crenças representam a informação que o indivíduo tem acerca de um objeto relacionando-o a algum atributo. Desse modo, objeto pode se referir a pessoas, grupos, instituições, comportamentos. Atributos diz respeito à qualidade, consequência, característica, evento. Assim, as crenças são aprendidas por meio de processo inferencial, de informações recebidas e/ou de observação direta e servem como base de informação para fazer julgamentos, avaliações e tomar decisões (MOUTINHO; ROAZI, 2010). Por conseguinte, estas são subjacentes às atitudes, normas subjetivas e percepção de controle, e em última instância, as colocam como determinantes de intenções e comportamentos.

Em geral, é esperado que os graduandos e graduados em ciências contábeis sigam carreiras em atividades tradicionais – contador, auditor, perito contábil, *controller*, entre outras. Por

outro lado, como em qualquer outra área, as carreiras também podem ser desenvolvidas em atividades sem qualquer vínculo com o curso de origem.

Nesse contexto, este estudo investiga os fatores que influenciam a intenção dos concluintes dos cursos de ciências contábeis em seguir carreira na área de contabilidade, orientado pela seguinte questão de pesquisa: **Qual a intenção dos alunos concluintes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em seguir carreira profissional na área de contabilidade?**

1.2.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.2.1 Objetivo Geral

Investigar qual a intenção dos alunos concluintes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em seguir carreira profissional na área de contabilidade.

1.2.2.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos:

- a) Identificar quais os fatores comportamentais, normativos e de percepção de controle influenciam os alunos em seguir carreira na área de contabilidade;
- b) Identificar se os fatores comportamentais, normativos e de percepção de controle influenciam na intenção dos alunos em seguir carreira na área de contabilidade, apresentando diferenças nas regiões pesquisadas do estado do Paraná.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A escolha do curso de graduação, da profissão e, enfim, uma carreira (preferencialmente, de sucesso), em maior ou menor grau, faz parte das preocupações de pais e alunos. As decisões de carreira tem sido campo de interesse e estudo em diversas áreas do conhecimento. Os estudos que investigam as decisões de carreira evidenciam aspectos relevantes para a compreensão da complexidade de fatores relacionados a esta decisão pelos estudantes universitários. Assim, na revisão dos textos sobre o tema, entendemos como complementares ao debate, os estudos que investigam a relação entre variáveis psicossociais e cognitivas como *locus* de controle, atribuição de causalidade, auto-eficácia e autoconceito (LOKAN; BOSS; PATSULA, 1982; TAYLOR, 1982; TAYLOR; POPMA, 1990; LUZZO, 1993, 1995; LENT; BROWN, 2006). No Brasil, há poucos artigos sobre o tema (AZEVEDO; SUGAHARA, 2012), justificando pesquisar a intenção dos concluintes do curso de graduação em ciências contábeis quanto à decisão de seguir carreira na área, utilizando a Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 1991) como suporte teórico.

Ainda que incipiente no Brasil há inúmeras pesquisas internacionais sobre as percepções dos fatores que influenciam a escolha de carreira em contabilidade. Para ilustrar, alguns países e respectivos pesquisadores: Estados Unidos (ALLEN, 2004; COHEN; HANNO, 1993; PAOLILLO; ESTES, 1982), Reino Unido (HOROWITZ; RILEY, 1990), Nova Zelândia

(AHMED; ALAM; ALAM, 1997; TAN; LASWAD, 2006, 2009), Austrália (AUYEUNG; SANDS, 1997; GUL; HUANG; SUBRAMANIAM, 1992), e no Canadá (FELTON *et al.*, 1994). Diferente desses países [e também de outros], a acreditação profissional, no caso brasileiro [Exame de Suficiência do CFC e registro profissional] é corporativista, criando um nicho de mercado somente para os graduados em ciências contábeis.

Ainda que a prática profissional na área de contabilidade seja um mercado protegido por leis e regulamentos, é ilusão pensar que todos os entrantes e/ou egressos nos cursos querem construir uma carreira profissional nessa área. Por isso, os achados desse estudo poderão subsidiar discussões relativas ao perfil desejado dos ingressantes e/ou mudanças na grade curricular de modo que os egressos concorram com formandos/formados de outras áreas em atividades profissionais que exigem conhecimentos de contabilidade, em vez de focar somente na carreira de contador. Por fim, estudos desse tipo tem potencial para situar o Brasil na discussão internacional, acerca do perfil do profissional de ciências contábeis, os estereótipos e intenções dos mesmos, contribuindo assim para ampliar o leque de pesquisas sobre o assunto (AZEVEDO, 2010).

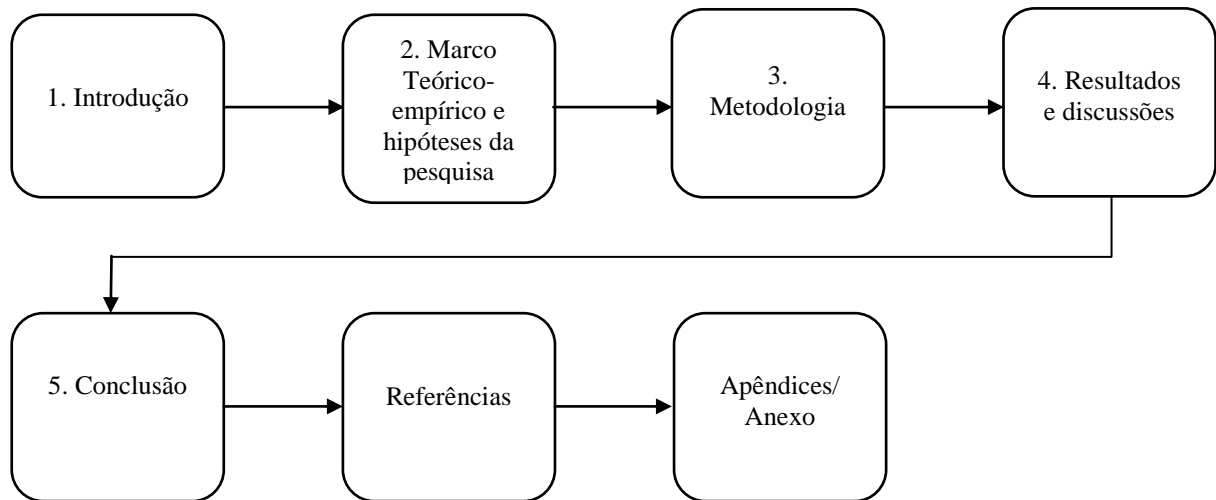
A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) fornece uma estrutura social e comportamental que tem se mostrado útil para explicar muitos tipos de comportamento, e tem sido utilizada em vários estudos para a análise de variáveis que afetam a escolha de carreira, de decisões éticas, ou do comportamento do consumidor, por exemplo, (SHEPPARD, HARTWICK; WARSHAW, 1988; COHEN; HANNO, 1993). A TCP caracteriza o comportamento humano como racional e prediz a intenção do aluno concluinte na escolha de uma carreira, analisando a relação com a sua atitude, normas subjetivas e controle comportamental percebido.

No Brasil, em especial nos cursos de ciências contábeis, pesquisas utilizando a TCP ainda são incipientes, portanto, este estudo tem o potencial de disponibilizar, de maneira inovadora, novos elementos para uma discussão, necessária para a compreensão das decisões de carreira. Deste modo, a ênfase em nosso estudo é a variável **intenção comportamental profissional** para prever a intenção dos alunos em exercer uma carreira na área de contabilidade.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este estudo está organizado em cinco capítulos e respectivas seções e subseções. A Figura 1 diagrama a estrutura por títulos principais do trabalho.

FIGURA 1 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO



FONTE: A autora (2016)

Em resumo:

Capítulo 1- Introdução

Neste capítulo o tema é contextualizado e enunciado a questão de pesquisa, os objetivos do estudo – geral e específicos –, em seguida a justificativa e contribuições e estrutura da dissertação.

Capítulo 2 - Marco teórico-empírico e hipóteses de pesquisa

Neste capítulo são abordados a Teoria do Comportamento Planejado (TCP), os achados de outras pesquisas e a formulação das hipóteses de pesquisa.

Capítulo 3 - Metodologia

Este capítulo compreende a definição da população e amostra, a mensuração das variáveis da pesquisa, a elaboração do instrumento de pesquisa [questionário fechado], a maneira como os dados foram coletados e as técnicas quantitativas de tratamento dos dados.

Capítulo 4 – Resultados e discussão

Este capítulo compreende a (i) característica da amostra, (ii) tratamento e análise dos dados e (iii) discussão dos dados.

Capítulo 5 – Conclusão

Neste capítulo são feitas reflexões sobre os achados da pesquisa quanto as suas implicações para a academia e prática profissional, as limitações dos achados e encaminhamentos futuros.

Por fim, apresentam-se as Referências, Apêndices e os Anexos.

2 MARCO TEÓRICO-EMPÍRICO E HIPÓTESES DA PESQUISA

2.1 CONCEITOS DE PROFISSÃO E CARREIRA

No nosso dia-a-dia o uso dos termos “profissão” e “carreira” são, em geral, utilizados como se fossem sinônimos, e quando não com confusões conceituais sobre seu entendimento. Carvalho (2007, p. 23) argumenta que “(...) a carreira é caracterizada do ponto de vista organizacional e do trabalho, apresentando as similaridades e diferenças conceituais em relação a conceitos, tais como profissão e ocupação”. Contudo, a compreensão e caracterização de profissão e carreira, tem que ser precedida pelo entendimento de ocupação e vocação. Ambos formam um domínio e circunscrevem o conjunto de conhecimentos e habilidades relativos à produção de um bem ou a prestação de um serviço (BASTOS, 1997).

Para Wilensky (1970), o domínio, por uma pessoa, sobre determinada área do conhecimento é um dos fatores determinantes na diferenciação entre uma profissão e uma ocupação. Argumenta o autor (1970, p.494), que “(...) a base do conhecimento ou doutrina para a profissão é resultado de uma combinação de conhecimento prático e intelectual, parte do qual é explícito (livros, leituras, demonstrações), parte implícito”. Sendo assim, o “conhecimento profissional, como todo conhecimento, é algo relativamente tácito, dando às profissões estabelecidas sua ‘aura de mistério’”.

A compreensão e caracterização do que vem a ser profissão, para Kast e Rosenzweig (1970), engloba considerar como requisitos o atendimento de alguns critérios, como: (i) a existência de um corpo sistemático de conhecimento, por meio de um lento processo de formação e treinamento envolvendo aspectos intelectuais como atividades práticas; (ii) grau de autoridade conferido pelos “clientes” em função de conhecimento técnico especializados; (iii) amplo reconhecimento social como base para o exercício da autoridade; (iv) código de ética que regula as relações entre os pares e entre o profissional e seus clientes; e (v) a cultura profissional mantida pelas organizações.

Nesse contexto, uma profissão tem o poder de criar, transmitir e organizar seu próprio conhecimento e, portanto, as pessoas que buscam alcançar um determinado *status* profissional devem se submeter a um bom treinamento, orientado por um currículo padronizado (WILENSKY, 1970). Portanto, o estabelecimento institucional do conhecimento em uma determinada área é um requisito imprescindível para integrar uma profissão, na medida em que constitui a base para a reivindicação de exclusiva jurisdição sobre tal habilidade (WILENSKY, 1970).

Por sua vez, o termo carreira surgiu em meados do século XIX, em um ambiente predominantemente industrial e capitalista liberal. Os valores e crenças da sociedade na época eram orientados por princípios de igualdade, liberdade de êxito individual, progresso econômico e social, pilares que viabilizavam a mobilidade social, exclusivamente dependente do esforço individual (CARVALHO, 2007). A diferença das práticas de relação entre capital e trabalho, em comparação com o feudalismo - sistema no qual a divisão social era estanque e a mobilidade estava sujeita à vontade do monarca – marcou uma nova era nas relações de trabalho. Assim, a compreensão e entendimento do significado de carreira abrange considerar

sua dimensão formada por um conjunto de características que variam de acordo com as ocupações (BASTOS, 1997).

Os pesquisadores Arthur e Lawrence (1984; p. 1, 2) com base na compilação de vários dicionários desenvolveram uma estrutura formada por quatro pontos básicos como sustentação da definição do termo carreira: (i) “as pessoas encontram-se engajadas consistentemente em uma atividade ocupacional que lhes acarreta consequências pessoais, como incidentes significativos, progresso, avanço”; (ii) essas atividades possuem determinado significado para a vida do indivíduo, algo relacionado à noção de identidade expressa, por exemplo, em frases como: “eu sou o que eu faço”; (iii) “o termo pode ser aplicado a qualquer pessoa que trabalhe e a qualquer sucessão de papéis desempenhados pela pessoa [e existe um componente de] avaliação social sugerindo que as carreiras dos indivíduos estão sujeitas a medidas de sucesso pela sociedade”; e (iv) o termo “implica uma relação dinâmica e prospectivamente desenvolvimentista entre o indivíduo e a organização”, incorporando, assim uma dimensão temporal.

Na mesma linha de entendimento, para Hall (2002) são frequentes na literatura quatro significados distintos sobre o termo carreira conforme as seguintes descrições: (i) carreira como mobilidade vertical, independente da área, profissão ou organização; (ii) carreira como profissão, por exemplo, médico, advogado, professor; (iii) carreira como uma sequência de empregos (trabalhos) durante a vida; e (iv) carreira como sequência de experiências relacionadas a funções ao longo da vida, não limitadas somente às funções profissionais.

Adamson, Doherty e Viney (1998), ante as ambíguas interpretações do conceito de carreira, argumentam que não se pode considerá-lo como um construto teórico. Para os autores, a interpretação do que vem a ser carreira sofre alterações de acordo com o seu respectivo contexto social. No dia a dia, quando os indivíduos comentam a respeito de suas carreiras tendem a percebê-la como se referindo ao seu trabalho (carreira de trabalho). Deste modo, há uma referência ao que os mesmos fazem; para quem trabalham e também sobre o que descrevem em seus currículos profissionais.

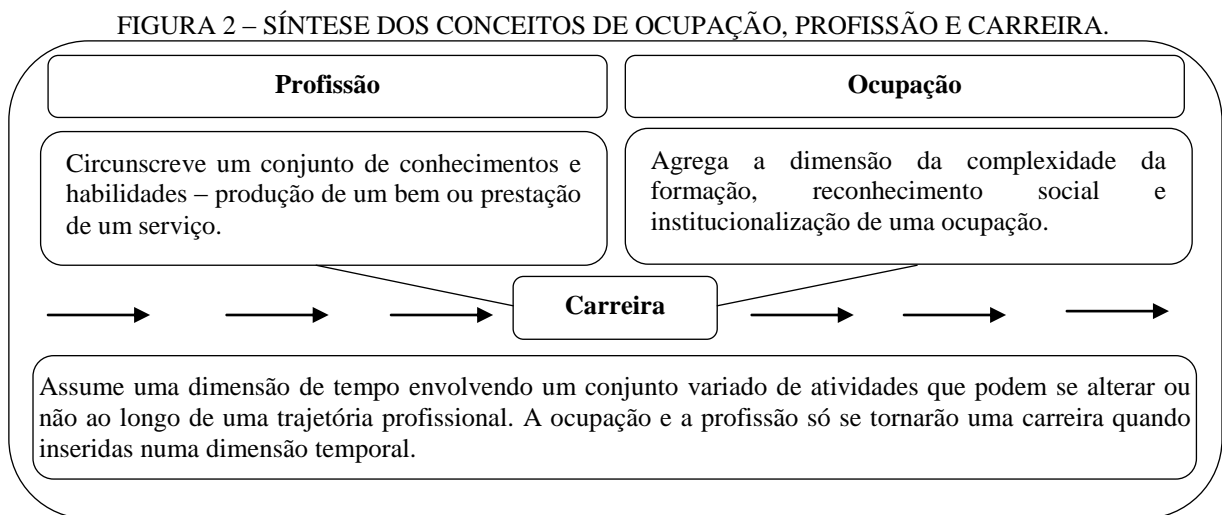
O posicionamento de Adamson, Doherty e Viney (1998), é alinhado a Super (1957, 1980); Hall (1972); Van Maane e Schein (1979); para os quais originalmente, o conceito de carreira correspondia às posições alcançadas dentro de uma hierarquia organizacional. No entanto, influenciado pelas mudanças organizacionais e tecnológicas o entendimento destes autores passou por reformulações e atualmente compreende a trajetória profissional, bem como outros papéis exercidos pelo indivíduo durante sua vida. Nesta concepção, o conceito de carreira atualmente pode ser interpretado como a combinação dos papéis realizados pelo indivíduo no decorrer de sua trajetória profissional, ou seja, extrapola o conjunto específico de tarefas de um posto de trabalho e envolve diversos trabalhos em uma perspectiva de longo prazo (CHANLAT, 1995).

Esses entendimentos estão relacionados aos dois modelos, geralmente encontrados na literatura pertinente e exposto por Chanlat (1995): o tradicional e o moderno. O primeiro é caracterizado pela estabilidade, enriquecimento, progresso e divisão sexual e social do trabalho (apenas homens trabalhavam), com progressão vertical linear. O segundo modelo, surgido na década de 1970, é resultante das mudanças socioeconômicas ocorridas nos anos

anteriores, como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a elevação do conhecimento dos indivíduos, a cosmopolitização da sociedade, da globalização da economia e da flexibilização do trabalho. Neste, as oportunidades são tanto para o profissional do gênero masculino quanto feminino e pertencentes a grupos sociais variados; a progressão na carreira é descontínua, e há uma maior instabilidade (CHANLAT, 1995).

Compreendidas nos modelos tradicional e moderno, Chanlat (1995) define ainda quatro tipos de carreira: (i) a burocrática, (ii) a empreendedora, (iii) a sociopolítica e, (iv) a profissional. A carreira burocrática tem como característica as estruturas burocráticas das organizações, pela divisão ordenada do trabalho, das relações pessoais não assertivas, pela hierarquização dos papéis, e pela centralização do poder. A carreira empreendedora é definida pelas atividades independentes desenvolvidas por um indivíduo, estando, de uma forma geral, vinculada ao empreendedor econômico, e está constituída dentro de um caráter capitalista liberal e da idealização do sucesso individual. A próxima, a sociopolítica é entendida pelas habilidades sociais e pela capacidade de relações que uma pessoa pode apresentar. Tem como ponto central o capital de conhecimento, as relações e o pertencer a um nível social pelos quais a carreira é construída e as promoções são conquistadas. Por sua vez, o tipo de carreira classificado como profissional é caracterizado pela detenção de um certo saber, pela especialização profissional na medida em que o conhecimento e a experiência se acumulam o que permite ao indivíduo uma maior mobilidade, visto que o seu ponto central é a especialização reconhecida. E é sob este tipo de carreira que se edifica este estudo.

Para melhor compreensão, a Figura 2 apresenta de forma sistematizada os termos apresentados:



FONTE: Adaptado de Carvalho (2007)

A literatura recorrentemente aponta alguns fatores que influenciam na escolha de profissão e da carreira de um indivíduo. Estes fatores, portanto, podem ser entendidos como influências para a pessoa ingressar em um curso superior como, por exemplo, ciências contábeis e também em seguir carreira em uma determinada área dentro da profissão contábil quando da conclusão do curso.

2.2 INFLUÊNCIAS NA ESCOLHA DA PROFISSÃO E CARREIRA

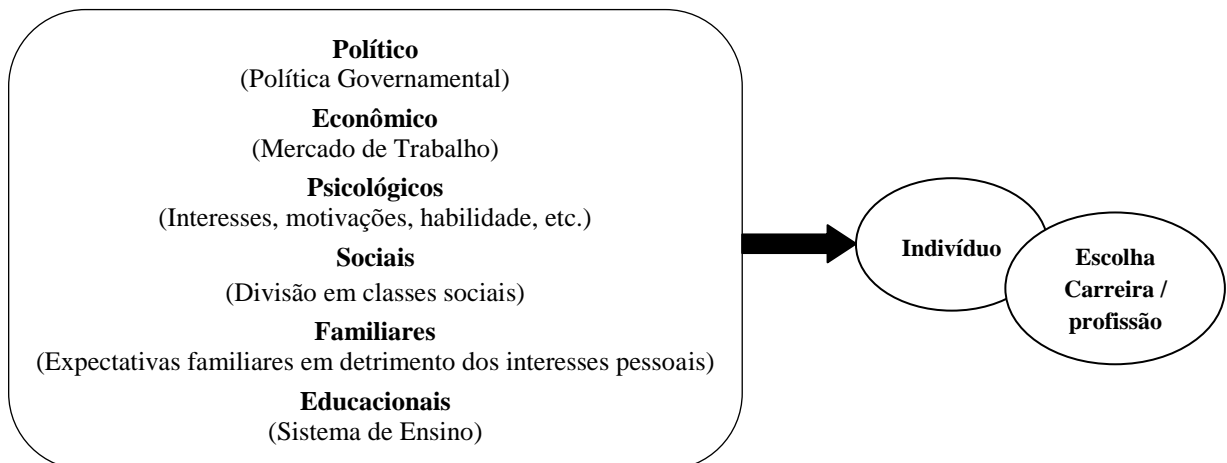
2.2.1 Escolha da profissão e carreira

Dentre os estudos que abordam as questões conceituais acerca de carreira, Collin (1998) argumenta que existem duas principais vertentes: a primeira delas tem foco na escolha da carreira, educação e aconselhamento e; a segunda evidencia a carreira organizacional, que teve como principais influências tanto a sociologia quanto a psicologia organizacional.

Nesta direção, no que compete à escolha da carreira destaca-se que o indivíduo leva em consideração vários aspectos intrínsecos e extrínsecos. Nesses termos, a escolha está diretamente relacionada com o nível de conhecimento que o indivíduo possui de si mesmo, do mundo do trabalho e, principalmente, de seus motivos pessoais e profissionais (FOUAD, 2006). As decisões, neste processo, envolvem aspectos de cada pessoa, relacionados: ao nível de aspiração, a importância de valores e o interesse pelas atividades (EMMERLING; CHERNISS, 2003). Em outras palavras, é o comportamento predito pela intenção do indivíduo.

A respeito dos fatores que podem interferir na decisão de escolha do indivíduo, Soares (2002) destaca seis, a saber: (i) político; (ii) econômico; (iii) psicológicos; (iv) sociais; (v) familiares e (vi) educacionais. O primeiro refere-se às ações governamentais e políticas concernentes a educação; e os fatores econômicos são relativos ao mercado de trabalho, ao nível de empregabilidade, à informatização, às competências da profissão, entre outros. Os fatores psicológicos são aqueles intrínsecos ao indivíduo. Os sociais são alusivos à divisão da sociedade em classes sociais, sua influência no contexto familiar e à busca da ascensão social por meio do estudo. O fator relacionado à família corresponde ao processo de busca de realização dos projetos familiares em detrimento dos pessoais, bem como a influência destes nas decisões e construção de diferentes papéis profissionais. Por fim, os fatores educacionais são pertinentes às esferas de ensino tanto público quanto privado; e as questões que dizem respeito ao sistema educacional (CARVALHO, 2007). Na Figura 3 estão diagramados os fatores anteriormente descritos.

FIGURA 3 – FATORES INIBIDORES NO PROCESSO DE ESCOLHA DA PROFISSÃO/CARREIRA



FONTE: Adaptado de Carvalho (2007)

Na visão de Fouad (2006) os fatores inibidores são entendidos como barreiras, caracterizados na literatura como condições externas ou estados internos do indivíduo que inibem o desenvolvimento da carreira. Sendo assim, a forma de como as pessoas percebem estas barreiras pode ser vista como um impedimento significativo para uma correta escolha (CARVALHO, 2007).

Estes impedimentos se estendem a todas as áreas de atuação existentes e na ciência contábil não é diferente. Deste modo, a seguir são descritos as principais influências conforme a visão do público externo no processo de escolha e na intenção dos indivíduos encontrados na literatura, iniciando-se pelos estereótipos referentes à profissão e a seus atores.

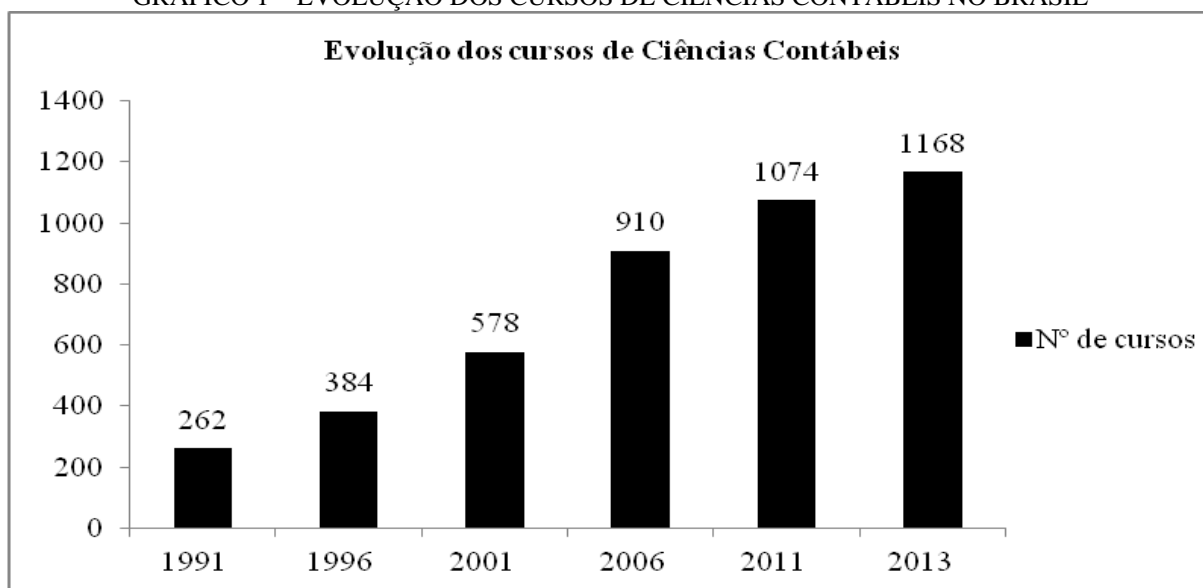
2.2.2 Escolha de carreiras na área contábil na percepção do público externo

Nas últimas décadas os achados de alguns estudos internacionais evidenciam a ocorrência de um declínio considerável no número de estudantes de contabilidade em várias partes do mundo, como a exemplo, nos Estados Unidos (ALBRECHT; SACK, 2000); na Austrália (JACKLING, 2002); no Reino Unido (MARCHALL, 2003); na Nova Zelândia (WELLS; FIEGER, 2006); e no Japão (SUGAHARA; BOLAND, 2006).

Em razão destas constatações entidades de classe e empresas de contabilidade, como estratégia, tem realizado campanhas para modificar tal situação. As entidades de classe e empresas com maior presença nesse processo são: *American Accounting Association* (AAA), *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), *Canadian Institute of Chartered Accountants* (CICA), *European Accounting Association* (EAA), *Institute of Chartered Accountants in England and Wales* (ICAEW), *Institute of Management Accountants* (IMA), *Japanese Institute of Certified Public Accountants* (JICPA) e as quatro maiores empresas de auditoria (*PricewaterhouseCoopers*, *Deloitte Touche Tohmatsu*, *KPMG* e *Ernst & Young*), dentre outros organismos profissionais (AZEVEDO, 2010).

No cenário brasileiro a situação é diferente. Nas últimas décadas houve expressiva expansão no ensino superior favorecendo o ingresso dos jovens, em especial, nos cursos de ciências contábeis. O marco inicial desta expansão data de meados da década de 1990 com o redirecionamento educacional dado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (1996) (LEAL *et al.*, 2014). Leal *et al.* (2014) apoiados em Brasil (2010), Miranda (2011) e Santos (2012) observaram a existência de 262 cursos de graduação em ciências contábeis em 1991 que ofereciam 97.223 vagas, e nos anos subsequentes significativo crescimento, conforme pode ser evidenciado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL



FONTE: Leal *et al.* (2014) e Brasil (2015)

O Gráfico 1 evidencia a evolução dos cursos presenciais em ciências contábeis de 1991 a 2006, por quinquênios. Analisando os dados constatamos: (i) de 1991 a 1996 foram criados 122 novos cursos; (ii) de 1996 a 2001 foram 194 novos cursos; (iii) de 2001 a 2006 foram 332 novos cursos e, (iv) de 2006 a 2011 - o menor da série - 94 novos cursos. Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (www.portal.inep.gov.br), em 2013¹ foram ofertados 1.168 cursos de graduação na modalidade presencial, com 7.509.694 alunos matriculados, e destes 328.031 em cursos de ciências contábeis, ou seja, 4,37% do total de cursos no país.

Concomitantemente ao crescimento do ensino superior nacional, em especial com o aumento de vagas nos cursos de graduação em ciências contábeis, observou-se que o mercado de trabalho para o profissional de contabilidade também se alterou devido ao ambiente de negócios altamente dinâmico (LEAL *et al.*, 2014) e as mudanças no marco regulatório [IRFS, CPC's] a partir de 2007. Tais mudanças têm estimulado um repensar da atuação deste profissional nos seus diferentes papéis e responsabilidades, sendo esta, influenciada pela percepção da carreira a ser escolhida na área de contabilidade.

A visão do público externo com relação a uma dada profissão é um vetor de influência no processo de escolha e da intenção de seguir carreira. Os estereótipos referentes à profissão e seus atores, tem um peso significativo na decisão dos alunos ao longo do processo. Neste contexto, a opção por uma profissão na área de contabilidade por parte dos alunos – potencialmente, futuros profissionais - é fortemente influenciada pela percepção estereotipada, em especial com relação à “figura” do contador.

¹ Dados do Censo da Educação Superior que é publicado anualmente e reúne informações sobre os cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância, de todo o país. Dados de 2013, divulgados no portal do INEP no dia 9 de setembro de 2014, com informações coletadas entre os dias 3 de fevereiro e 15 de maio de 2014 por meio de questionários preenchidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES). O ano de 2013 é o último disponível na época de elaboração desta dissertação.

Azevedo (2010) argumenta que, a formação da percepção de um estereótipo negativo influencia na decisão do aluno, motivando-o a buscar formação em outra área. A percepção de um indivíduo pode ser compreendida como o processo pelo qual este organiza e interpreta suas impressões sensoriais, com a finalidade de dar sentido ao seu ambiente (ROBBINS, 2005). Contudo, o que uma pessoa percebe pode ser substancialmente diferente da realidade objetiva e assim, a forma de como é estereotipada uma profissão ou carreira faz toda a diferença na escolha do indivíduo.

Nesta direção, enfatiza-se que estereótipo é caracterizado como crenças e percepções acerca de atributos de um grupo, que possui informações não apenas desses atributos, mas também sobre a extensão com que são compartilhados, podendo ser assertivos ou excessivamente generalizados (MYERS, 2000). Para Leal *et al.* (2014) os estereótipos podem reportar-se à imagem mental simplificada, à percepção sobre um grupo que partilha de certas qualidades, características ou contexto para generalizar julgamento em torno de indivíduos.

Discorrendo sobre os estereótipos da profissão contábil, Azevedo e Sugahara (2012) argumentam com base em alguns estudos (DATAR *et al.*, 2010; COLBY *et al.*, 2011; KARAKAS, 2011; NESTERUK, 2012) que a mesma contribui para a essa percepção da postura passiva ao não desafiar os estudantes a questionar suposições, pensar criativamente, ou para compreender o lugar dos negócios em contextos institucionais maiores. Nessa linha, outros autores (CORY, 1992; BOUGEN, 1994; SMITH; BRIGGS, 1999, FRIEDMAN; LYNE, 2001, FRANCISCO *et al.*, 2003, NOEL *et al.* 2003; HUNT *et al.*, 2004; DIMNIK; FELTON, 2006) relatam que a profissão contábil sofre há anos com percepções representativas estereotipadas, visualizadas com uma imagem monótona e pouco atrativa, e que seus profissionais são considerados chatos, metódicos, pouco interessantes, sem criatividade, sem expressão e sombrios. Ademais, outras impressões como as relacionadas ao profissional ser limitado à instrumentação técnica e ao trabalho de forma independente, como um simples coletor e processador de informações, restringindo-se a responsabilidades funcionais dentro das organizações, são muito comuns (VAIVIO; KOKKO, 2006).

Nessa linha, de acordo com Carnegie e Naiper (2009) há dois tipos de estereótipos: (i) o estereótipo do contador tradicional ou *Beancounter* (FRIEDMAN; LYNE, 2001) e (ii) o profissional de negócios ou *colourful accountant* (JEACLE, 2008). A visão mais recente acerca do contador, denominada *colourful accountant* refere-se a um profissional de negócios, gestor, criativo e proativo (JEACLE, 2008), e surgiu para combater o tradicional estereótipo negativo do *beancounter* com a finalidade de despertar o interesse e o respeito para a profissão contábil. Todavia, Carnegie e Naiper (2009) destacam que esta tentativa de estabelecer uma imagem positiva do contador sofreu diversas críticas como sendo algo impossível para a profissão.

Em relação à percepção negativa do profissional contábil Schlee *et al.* (2007), desenvolveram um estudo nos Estados Unidos para identificar a percepção dos alunos de outros cursos sobre os de contabilidade. Entre os achados as autoras observaram que os alunos de contabilidade eram vistos como os mais organizados, propensos a assumir riscos, porém não foram vistos como criativos. Outro achado diz respeito à percepção dos respondentes sobre o contador com respeito à baixa orientação para pessoas, flexibilidade, comunicação e trabalho em grupo, o

que caracteriza dificuldades para trabalhar em equipe e de se comunicar. Com isso, as autoras concluíram pela existência de estereótipos e percepções incorretas por parte dos estudantes acerca da imagem do profissional contábil.

Na mesma perspectiva, Azevedo, Cornachione Jr. e Casa Nova (2008) testaram em cenário brasileiro os resultados de Schlee *et al.* (2007). Os autores investigaram junto a 143 alunos dos cursos de administração, atuária, economia e relações internacionais e identificaram diferenças nas percepções a respeito dos alunos do curso de ciências contábeis em alguns fatores, como: ambição, propensão a riscos, independência, orientação a pessoas, nível de estudo, trabalho em equipe, flexibilidade e liderança. Entretanto, no que concerne a criatividade e comunicação dos estudantes de contabilidade não foi evidenciado diferenças o que contrapôs os achados de Schlee *et al.* (2007).

Azevedo (2010), em sua pesquisa com 1034 respondentes selecionados aleatoriamente, investigou se os profissionais de contabilidade são estereotipados de forma negativa pela percepção pública para as características: criatividade, dedicação aos estudos, trabalho em equipe, comunicação, liderança, propensão ao risco e ética. Seus achados rejeitaram sua principal hipótese de que é possível afirmar que os profissionais de contabilidade são negativamente estereotipados. Ademais, constatou que os profissionais foram positivamente avaliados no tocante à dedicação aos estudos, trabalho em equipe, comunicação, liderança e ética; e evidenciou ainda que os profissionais são percebidos como sendo do gênero masculino, corroborando o estereótipo para a profissão de ser predominantemente exercida por homens.

Com o propósito de estender o estudo de Azevedo (2010) os autores Leal *et al.* (2014) investigaram se os profissionais de contabilidade são estereotipados de maneira negativa na percepção dos estudantes de ciências contábeis e do público externo para as características: criatividade, dedicação aos estudos, trabalho em equipe, comunicação, liderança, propensão ao risco e ética. Entre os achados os autores constataram que a imagem do público externo e dos estudantes acerca dos profissionais da contabilidade não é negativa em nenhuma das variáveis pesquisadas. Tais resultados estão alinhados com os do estudo de Azevedo (2010), todavia contrapondo-se a outros de âmbito internacional e nacional (CORY, 1992; BEARD, 1994; BOUGEN, 1994; FRIEDMAN; LYNE, 2001, FRANCISCO *et al.*, 2003, NOEL *et al.* 2003; HUNT *et al.*, 2004; DIMNIK; FELTON, 2006), por exemplo, que avaliaram negativamente a imagem do contador.

Pelo exposto, é possível constatar que a literatura comporta duas vertentes de pesquisas sobre o assunto: a percepção dos estudantes de contabilidade e a percepção da sociedade e de outros profissionais em relação ao profissional contábil. Ademais, percebe-se estudos com conclusões dessemelhantes (negativas e positivas) a respeito dos estereótipos da profissão e dos profissionais da contabilidade.

Contudo, os achados de estudos mais recentes, em específico os nacionais, têm demonstrado uma possível mudança do tipo de estereótipo predominante, evidenciando possíveis ações nos âmbitos, acadêmico e corporativo, para reversão da percepção do estereótipo negativo. Estas ações podem ser decorrentes dos constantes debates e estudos acerca da educação em contabilidade; do crescente número de programas de pós-graduação *stricto sensu*; de

congressos e de periódicos científicos; da adoção das normas internacionais de contabilidade a partir da Lei nº. 11.638/07 [responsável por orientar importantes mudanças na condução da prática da contabilidade no Brasil], como também podendo inclusive alterar as representações dos próprios profissionais junto à sociedade (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012).

Além dos estereótipos, há um rol de fatores considerados influentes na escolha pela profissão/carreira contábil, como a falta de informação e, por vezes, a desinformação sobre o que realmente faz um profissional desta área ou quais são as suas alternativas de carreira (ALBRECHT, SACKS, 2000). É nesse momento que pelo menos uma informação da profissão exerce diferença, seja ela advinda do próprio indivíduo ou de pessoas referentes como a exemplo dos pais, amigos, cônjuge (esposo/namorado(a)) e professores (HARRISON, 1998).

Outro elemento que influencia as percepções dos alunos em relação às atividades (carreiras) exercidas pelo profissional contábil é o currículo do curso. Jackling (2002) em sua pesquisa realizada com estudantes universitários de primeiro ano na Austrália constatou que mais de 50% destes tinham percepção negativa a respeito da profissão devido ao conteúdo das disciplinas basearem-se em memorização de regras. Quatro anos mais tarde, Jackling e Calero (2006) atestaram que quanto maior o nível de satisfação com o curso, maior a probabilidade de que os alunos mantenham a intenção de seguir uma carreira contábil, como por exemplo, contador. Ademais, depreende-se também que o desempenho do estudante no decorrer de sua graduação também influencia sua intenção em seguir uma carreira na contabilidade (GEIGER; OGILBY, 2000).

Tanto em âmbito nacional quanto internacional são inúmeras as discussões a respeito do currículo para a formação dos contabilistas. No Brasil, as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Ciências Contábeis (Resolução CNE/CES nº. 10/2004) foram elaboradas considerando o cenário de mudanças do mundo dos negócios e pelos reflexos sobre a demanda dos profissionais da contabilidade. Esta Resolução instituiu os critérios a serem seguidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para a elaboração do Projeto Pedagógico do curso que deve contemplar o perfil desejado do egresso em termos de competências e habilidades, que incluem: (i) utilização adequada da terminologia e linguagem das ciências contábeis e atuariais; (ii) visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; (iii) aplicação adequada da legislação inerente às funções contábeis; (iv) liderança de equipes multidisciplinares; (v) desenvolvimento, análise e implantação de sistemas de informação contábil e de controle gerencial, devendo revelar capacidade crítico analítica ao avaliar as implicações organizacionais decorrentes do uso da tecnologia da informação, entre outras (OTT *et al.*, 2011).

Alguns dos critérios de preparação do perfil observado nas recomendações encontradas na Resolução CNE/CES nº. 10/2004, já foram empiricamente investigados conforme evidenciado nos achados do estudo de Subramaniam e Freudenberg (2007). Neste, os autores concluíram que preparar os estudantes para o sucesso profissional por meio do desenvolvimento da sua auto-eficácia a partir de programas integrados de ensino-aprendizagem (com exposições práticas das competências fiscais e contábeis) faz toda

diferença para a confiança e crença do aluno em si mesmo. Deste modo, quanto mais se preparar o aluno na sua formação acadêmica, mais habilitado para o mercado vai estar.

Pesquisadores como (PAOLILLO; ESTES, 1982; FELTON *et al.*, 1994; TAN; LASWAD, 2006; JACKLING; CALERO, 2006) investigaram as influências de fatores intrínsecos como a satisfação derivada de um emprego, sentimento do *status* da profissão, estilos pessoais, ou seja, todos aqueles que são extrínsecos a natureza do trabalho na decisão de escolha de carreira. Estudos envolvendo estes tipos de fatores demonstraram conclusões distintas no que diz respeito a sua importância para a decisão (PAOLILLO; ESTES, 1982; AHMED *et al.*, 1997), enquanto outros mostraram serem muito importantes (FELTON *et al.*, 1994; TAN; LASWAD, 2006; JACKLING; CALERO, 2006).

Por conseguinte, elementos como cultura, remuneração financeira, segurança no emprego, considerações do mercado, prestígio, curso de fácil acesso, experiências de trabalho anterior, antecedentes familiares, são considerados como recompensas extrínsecas e também influenciam na escolha de um indivíduo (FELTON *et al.*, 1994). Tais constatações são observadas por Ahmed *et al.*, (1997), por exemplo, ao evidenciarem que os fatores financeiros têm grande poder de explicação sobre a decisão de escolher uma carreira contábil; por Paolillo e Estes (1982) que identificaram o prestígio e o respeito profissional como fortes incentivos à escolha. Os achados da investigação de Hutaibat (2012), por exemplo, identificou como fator que mais desmotiva o interesse dos estudantes jordanianos em seguir carreira como contador gerencial é a influência das oportunidades de emprego e renda. Por outro lado, quando se trata de seguir outras carreiras na área de contabilidade, o interesse dos mesmos é bastante influenciado pela família, amigos e professores.

2.3 PERSPECTIVA HISTÓRICA DO ENSINO DE CONTABILIDADE

2.3.1 Considerações sobre o ensino superior no Brasil

Em âmbito brasileiro, as instituições de ensino superior (IES) seguem os preceitos estabelecidos no Decreto Lei nº. 5.773, de 9 de maio de 2006, que delineia o exercício das funções de regulamentação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Neste Decreto é determinado que as IES sejam credenciadas como (i) faculdades, (ii) centros universitários ou (iii) universidades conforme definições:

Faculdades: As instituições são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidades ou centro universitário com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

Centros Universitários: são instituições de ensino superior pluricurriculares que abrangem uma ou mais áreas do conhecimento e se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede cursos e programas de educação superior.

Universidades: se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros

profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (Decreto Lei nº. 5.773, de 9 de maio de 2006).

No Brasil, as normas para estrutura e funcionamento do sistema escolar estão sob a responsabilidade da Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN) (Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996). A LDBN além de institucionalizar as políticas educacionais implementadas pelo Ministério da Educação (MEC); regulamentar as bases da educação, ainda apresenta as novas políticas do Conselho Nacional de Educação (CNE). A mesma tem como principais finalidades: (i) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; (ii) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento; (iii) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica; (iv) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; (v) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização; (vi) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; e (vii) promover a extensão.

Nesta direção, ressalta-se ainda que a LDBN estatui que a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas e privadas, com variados graus de abrangência ou especialização e, todos os cidadãos tem o mesmo direito de acessibilidade. São oferecidos os mais diversos cursos e cada um segue suas diretrizes curriculares, como por exemplo, o curso de ciências contábeis que é regulamentado pela Resolução CNE/CES nº. 10/2004, de 10 de dezembro de 2004, com auxílio do Parecer CNE/CES nº. 8, de 31 de janeiro de 2007, que estabelece a carga horária mínima para cursos de graduação e bacharelados na modalidade presencial.

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 regulamenta o que as IES devem seguir para elaboração do Projeto Pedagógico do curso possibilitando ao estudante a compreensão de questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; oportunizando o domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; e estimulando a capacidade crítico-analítico de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação (CNE/CES nº 10/2004, Art. 3º).

Estas Diretrizes foram concebidas considerando o cenário de mudanças no mundo dos negócios, de forma geral, e no Brasil de forma particular, com reflexos sobre a demanda dos profissionais da contabilidade (OTT *et al.*, 2011). Desta forma sua finalidade é a prioridade na qualidade do ensino, o atendimento as expectativas dos envolvidos no processo educacional e o perfil requerido pelo mercado de trabalho.

O perfil do egresso é moldado de acordo com as disciplinas oferecidas pelos cursos que são flexíveis para cada IES. Deste modo, as IES podem definir as disciplinas a serem ministradas e a quantidade de horas-aulas de cada conteúdo, desde que não comprometa as diretrizes estabelecidas que recomendam contemplar em sua estrutura curricular conteúdos que

interliguem a formação básica, profissional e teórico-prática, conforme os conteúdos curriculares descritos no art. 5º da CNE/CES nº. 10/2004.

Atualmente a carga horária mínima definida para o curso de ciências contábeis na modalidade presencial é de 3.000 horas em um período de quatro anos de acordo com o Parecer CNE/CES nº. 8. Após sua conclusão, de acordo com as normativas vigentes, o estudante é considerado bacharel em ciências contábeis.

2.3.2 Histórico do ensino superior de contabilidade no Brasil

O modelo atual de ensino da contabilidade no Brasil passou por um processo evolutivo caracterizado por várias fases. A primeira delas, entendida como o marco do ensino comercial contábil data do ano de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa (PELEIAS *et al.*, 2007). Neste período, a atividade comercial brasileira baseava-se na venda de bens produzidos internamente ao mercado internacional e com a chegada da corte portuguesa, muitas mudanças ocorreram. Na época, as mudanças nos cenários econômico, social e político acentuou a preocupação do governo com os negócios públicos e privados, evidenciando a necessidade da criação de aulas de comércio e de toda a regulamentação da educação contábil e do exercício da profissão (PELEIAS *et al.*, 2007).

A partir deste acontecimento, outros importantes fatos marcaram a história do ensino da contabilidade no decorrer do século XIX conforme evidenciado no Quadro 2.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Ano	Acontecimento
1808	Criação da cadeira de Economia Política, que mais tarde foi denominada de “aula de comércio”, pelo Decreto nº. 456, de 06 de julho de 1846;
1810	Criação da Academia Real Militar, tendo em seu currículo a disciplina “cálculo das probabilidades”, e desta academia saíram os primeiros atuários do Brasil;
1827	O Decreto de 11 de agosto instituiu as faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, a disciplina Economia Política fez parte do currículo a partir de 1929;
1846	Criação da Escola Central de Comércio que, por meio do Decreto nº. 456, de 06 de junho de 1946, regulamenta a carta de habilitação dos diplomados da aula de comércio;
1856	Criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro;
1890	A Escola Politécnica do Rio de Janeiro passa a ter em seu currículo a disciplina de Direito Administrativo e Contabilidade;
1891	Criada em Fortaleza a Escola de Comércio da Fênix Caixeiral;
1894	É reformado o ensino na Escola Politécnica de São Paulo, sendo instituído o diploma de contador para os alunos que terminassem o curso geral, com duração de um ano;
1899	É criada a Escola Prática de Comércio do Pará;
1902	Surge a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo.

FONTE: Laffin (2002, p. 71).

De acordo com o Quadro 2, em 1902 foi criada a primeira escola de contabilidade no Brasil (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP) inaugurada como “Escola Prática de Comércio”. O objetivo de sua criação que teve seu ensino proeminentemente focalizado no comércio foi à capacitação de mão de obra para a gestão das empresas, e assim estruturar o desenvolvimento econômico, financeiro e industrial paulista (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

A partir da década de 30 ocorreram diversas modificações no cenário da prática contábil no Brasil. A profissão “contador” foi alterada e regulamentada com a edição do Decreto nº. 20.158 de 30 de junho de 1931. Peleias *et al.* (2007), argumentam que o Decreto formalizou a criação e adaptação dos cursos do ensino comercial dividindo-o em dois níveis: propedêutico e o técnico superior. O propedêutico exigia o mínimo de doze anos para ingresso e realização de exames admissionais e era de formação geral; e o técnico superior dividiu o ensino comercial em ramificações: (i) secretário, guarda-livros e administrador-vendedor com duração de dois anos, e (ii) atuário e perito contador, com duração de três anos. O curso de ensino superior em contabilidade, destinados a formar o bacharel em ciências contábeis foi regulamentado com o Decreto-Lei nº. 7.988 de 22 de setembro de 1945.

Nessa linha do tempo evolutiva do desenvolvimento do ensino e prática profissional da contabilidade no Brasil, com a criação da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da USP (FEA-USP) (até 1990, nomeada como Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA) em 1946, foi estabelecido no Brasil um núcleo efetivo de pesquisa em contabilidade no padrão norte-americano, isto é, com professores dedicados em tempo integral ao ensino e à pesquisa, para produção de trabalhos científicos e de teses de alto valor. Por fim, a edição do Decreto-Lei nº. 9.295, ano de 1946, institui o marco legal na criação das entidades reguladoras da profissão no exercício profissional dos contadores e técnicos em contabilidade com a criação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC's).

Os consideráveis avanços na economia global nas décadas subsequentes introduziram as necessidades de adequação dos perfis profissionais e, conseqüentemente, dos currículos dos cursos superiores. No Brasil, algumas mudanças no cenário educacional ocorreram com a edição da Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Essa Lei estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) e a criação do Conselho Federal de Educação (CFE), definindo os currículos e a duração mínima dos cursos superiores destinados à formação de profissões regulamentadas. No ano seguinte outra grande mudança no ensino de ciências contábeis proveniente do Parecer CFE nº. 397/62 que dividiu esses cursos nos ciclos de formação básica e profissional. Assim, as disciplinas com foco específico em contabilidade (contabilidade geral, contabilidade comercial, contabilidade de custos, auditoria e análise de balanços) foram concentradas no ciclo de formação profissional. Ainda nesta década (1965) os cursos de pós-graduação foram regulamentados pelo extinto Parecer CFE nº. 977 (03 de dezembro de 1965).

Passados quase trinta anos, a Resolução CFC nº. 3 de 1992 determinou os conteúdos mínimos e a duração dos cursos de graduação para ciências contábeis. Quatro anos mais tarde a Lei nº 4.024/61 da LDBN foi revogada pela Lei nº. 9.394/96 modificando e introduzindo alterações no ensino superior, sendo uma delas, a legalidade dos cursos à distância a nível básico e superior. Posteriormente, a estas alterações, outra relevante mudança foi dos cursos de pós-graduação que foram divididos em duas categorias: *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* abrangem os cursos de especialização, em geral, designados como MBA (*Master Business Administration*) ou equivalentes, e os *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado.

Após as mudanças alusivas aos conteúdos, novas alterações foram realizadas na legislação em 2004 por meio da Resolução CNE/CES 10/2004. Com estas, novas perspectivas para o ensino de contabilidade surgiram, como a adequação dos projetos pedagógicos com vistas a possibilitar ao estudante condições de desenvolver um pensamento crítico e inovador, com uma boa visão sistêmica e interdisciplinar das atividades contábeis por meio de um bom currículo (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013).

Na elaboração do currículo brasileiro dos cursos de ciências contábeis, foi utilizado como modelo (guia/referência) o Currículo Mundial (CM) de contabilidade. O CM foi elaborado em 1999 e revisado em 2003, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental de Peritos em Padrões Internacionais de Contabilidade e apresentação de relatórios (*International Standards of Accounting and Reporting* - ISAR), subordinado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). O propósito do CM é diminuir as diferenças do ensino da contabilidade entre os países e capacitar os contadores para que estejam aptos a atender os requisitos exigidos por mercados cada vez mais globalizados (ERFURTH; DOMINGUES, 2013). Ademais, Erfurth e Domingues (2013) enfatizam que o ensino contábil comumente se limita às normas nacionais, ao regime jurídico (*Code Law* e *Common Law*) e a seus próprios procedimentos de adoção de normas o que constitui um considerável obstáculo para a integração na economia global.

No tocante ao conteúdo do CM, a UNCTAD (2003) relata que foi idealizado com base nas normas internacionais estabelecidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e suas normas internacionais de informações financeiras - IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Todavia, Erfurth e Domingues (2013) mencionam que independente de existir regras internacionais para prestação de serviços de contabilidade, não se dispõe de normas mundiais para formação e educação dos profissionais contábeis. Exemplo disso é que a formação educacional do profissional contábil brasileiro é diferente dos países norte americano, europeus e asiáticos tendo em vista o Brasil disponibilizar um curso especificamente de bacharel em ciências contábeis.

Em razão do exposto, ressalta-se que não é pretensão da ONU que o CM seja integralmente adotado, mas que sirva de referência para as IES formular seus próprios currículos. Sendo assim, é mais uma ferramenta que visa fortalecer a profissão de contabilidade; preparar o profissional para oferecer seus serviços além das fronteiras nacionais; reduzir o tempo e o custo na busca pelo reconhecimento mútuo dos profissionais; servir de referência para a qualificação nacional; e contribuir para que as pessoas com estas qualificações atuem em todos os contextos da economia mundial (UNCTAD, 1999).

Dentro da profissão contábil há várias opções de carreiras que o indivíduo pode seguir. Por isso, na sequência são percorridas algumas oportunidades de carreiras na área de contabilidade.

2.3.3 Oportunidades de carreiras na área de contabilidade

A contabilidade é um campo de atuação e configura-se como uma ocupação a partir do momento em que existem profissionais com habilidades, técnica e científica, para prestar

diversos tipos de serviços à sociedade. Seu campo de atuação mostra-se notadamente amplo e o aumento de suas áreas procura revelar a diversidade das ocupações. Cada área de atividade no campo da contabilidade caracteriza um tipo de ocupação que demanda do profissional, habilidades específicas. A configuração como profissão somente ocorre a partir do momento em que elas apresentem algumas características, como: a presença de um corpo sistemático de conhecimentos adquiridos por meio de um processo de formação e treinamento; o reconhecimento social; a existência de um código de ética; a presença de órgãos representativos que cuidem de seus interesses e a manutenção de sua cultura profissional. A profissão, neste sentido, é a contabilidade e as áreas de atuação são as carreiras.

Neste sentido, a profissão contábil, regulamentada em âmbito nacional pelo Decreto Lei nº 9.295/46, e com alterações realizadas pela Lei nº 12.249/2010 resultante da MP nº 472/2009, estabelece que o profissional da área somente pode exercer algumas carreiras da profissão após concluir o curso de ciências contábeis, devidamente reconhecido pelo MEC, e com a aprovação no Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) a que estiver sujeito. Assim sendo, a ausência do registro do diploma no CRC, além do impedimento do exercício da profissão, somente lhe dará o título de bacharel em ciências contábeis.

Em relação ao técnico em contabilidade, profissional que possui escolaridade de nível técnico em contabilidade e com registro junto ao CRC, de acordo com a Lei nº. 12.249/2010 em seu artigo 12 continuará o exercício da profissão. Entretanto, em conformidade com esta Lei aquele que não solicitou seu registro até o dia 1º de junho de 2015, não mais poderá solicitar. Deste modo, só pode efetuar o cadastro aquele que, concluir o curso superior em ciências contábeis e for aprovado no Exame de Suficiência.

No âmbito de atuação, a profissão contábil possui várias alternativas de carreiras, pois de acordo com Marion (2009, p. 27) “a contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional”. Conforme Resolução do CFC nº. 560/83 alterada pela Resolução CFC nº. 898/01, são várias as carreiras que podem ser exercidas pelo profissional contábil, dentre elas pode-se citar: analista, assessor, auditor (interno ou externo), conselheiro consultor, *controller*, professor, perito, pesquisador. Nesta direção, Marion (2003) destaca detalhadamente algumas oportunidades para o profissional de contabilidade, separando-as como na empresa, autônomo, no ensino e em órgãos públicos.

De acordo com Marion (2009) na área empresarial, o profissional contábil pode ser contador geral, contador de custos, contador gerencial, analista financeiro, planejador tributário, cargos administrativos, atuário e auditor interno. O contador geral possui várias alternativas de exercício da contabilidade como: a rural, a hospitalar, a fiscal, a imobiliária, a hoteleira, a industrial, a securitária, a de condomínios, a comercial, a de empresas, a de transportadoras, a bancária, a pública, a de empresas sem fins lucrativos, a de empresas de turismo, a de empresas mineradoras, a de cooperativas, entre outras. Em relação à área do contador de custos, destaca-se: custo de empresas prestadoras de serviços, custos industriais, análises de custos, orçamentos, e custos do serviço público. Os contadores na função gerencial podem executar atividades nas áreas como: controladoria, contabilidade internacional, contabilidade ambiental, contabilidade estratégica, controladoria estratégica, balanço social e

accountability. No campo do analista financeiro, o contador pode optar nas áreas de: analista de crédito, analista de desempenho, analista de mercado de capitais, analista de investimentos, analista de custos. Como planejador tributário o profissional desempenhará orientações em processos tributários, ICMS, IPI e outros e auxiliará em projetos de fusões, incorporações e cisões. Nas funções inerentemente administrativas, o contador pode exercer cargos nas áreas de: financeira, comércio exterior, executivo logística, CIO (*Chef Information Officer*), entre outras. No que diz respeito ao atuário, o profissional pode ser especialista em funções específicas das ciências atuariais: previdência privada, previdência pública, e seguros. Por fim o auditor interno pode atuar em: auditoria de sistemas, auditoria de gestão, e controle interno.

Em nível de profissional autônomo, Marion (2009) descreve que o mesmo pode exercer funções de auditor independente, consultor, empresário de contabilidade, perito contábil e investigador de fraude. Na função de auditoria independente, o profissional pode realizar auditorias em especialização de: sistemas, de custos, de tributos, entre outras. Como consultor o profissional poderá prestar serviços para vários tipos de avaliação como: de empresas, de tributos, de informática, de sistemas, de custos, de controladoria, de qualidade total, de planejamento estratégico e de orçamento. Como empresário de contabilidade, constituído como pessoa jurídica, o mesmo pode atuar como: despachante, proprietários de escritório de contabilidade e de centros de treinamentos. Na função de perito contábil, o contador pode atuar nas áreas de perícia contábil, perícia judicial, perícia extrajudicial, perícia fiscal, etc. O investigador de fraude pode desempenhar as seguintes funções: analista de fraudes operacionais e financeiras contra empresa e contra terceiros, analista de fraudes fiscais e operacionais contra o fisco, analista de fraudes em operações de fomento comercial e arrendamento mercantil, e analista de fraudes em operações no sistema financeiro nacional e internacional.

No campo educacional, Marion (2009) argumenta que o profissional contábil pode atuar como professor, pesquisador, escritor, parecerista e como conferencista. Como professor o profissional da área contábil pode exercer as funções: em cursos técnicos, em cursos especiais (*In company*, concursos públicos), na carreira acadêmica (mestre, doutor). Em relação às pesquisas pode ser em: Pesquisa Autônoma (Recursos FAPESP, CNPQ, Empresas privadas), Fundação de pesquisa (FAPESP, FIA, FINEP), pesquisas de sindicatos, pesquisas de instituições de ensino, pesquisas em órgãos de classe, entre outras. Como escritor o profissional pode escrever artigos e boletins para revistas da área contábil e afins, escrever livros didáticos e técnicos, articulista contábil, articulista financeiro e articulista tributário para jornais e revisão de livros. Como parecerista o mesmo pode emitir pareceres atuando nas áreas de docência e pesquisa, poder judiciário (laudo pericial, causas judiciais envolvendo empresas, avaliação de empresas, questões contábeis, perícias) e em análise de teses contábeis. Por fim como conferencista o profissional pode realizar palestras e/ou participar em apresentações e palestras em: universidades, convenções, empresas e em congressos.

Em órgãos públicos o profissional contábil poderá trabalhar como: contador público, agente fiscal, concursos públicos, tribunal de contas e oficial contador. Como contador público o indivíduo poderá desenvolver várias atividades relacionadas ao gerenciamento das finanças dos órgãos públicos. Na carreira de agente fiscal poderá ocupar os cargos de fiscalização nas esferas municipal, estadual e federal. Em opções de concursos públicos o profissional, poderá

trabalhar como: controlador de arrecadação, contador do ministério público da união, fiscal do ministério do trabalho, analista de finanças e controle. No órgão do tribunal de contas, o profissional pode executar atividades, como: controladoria, fiscalização, parecerista, analista contábil, auditoria pública e contabilidade orçamentária. Por fim como oficial contador pode participar de algum corpo militar exercendo atividades específicas de contabilidade, tais como: polícia militar, exército, contador e auditor com a patente de general de divisão, entre outras.

2.4 TEORIA DO COMPORTAMENTO PLANEJADO E HIPÓTESES DE PESQUISA

2.4.1 Teoria do Comportamento Planejado

A Teoria do Comportamento Planejado (TCP) ou *Theory of Planned Behavior (TPB)*, proposta pelo psicólogo social Icek Ajzen em 1991 é um modelo teórico amplamente difundido (AJZEN, 2014). A TCP resulta da evolução das pesquisas realizadas por Fishbein e Ajzen (1975) denominada Teoria da Ação Racional (TAR) ou *Theory of Reasoned Action*.

A Teoria da Ação Racional foi desenvolvida na década de 1960 por Martin Fishbein (1963, 1967) e posteriormente revista e ampliada por Icek Ajzen e outros estudiosos (AJZEN; FISHBEIN, 1975; AJZEN, 1980; AJZEN, ALBARRACÍN; HORNIK, 2007). A TAR postula que o comportamento é função da intenção comportamental e esta é condicionada pelas atitudes relativas à ação específica e as normas subjetivas (FISHBEIN; AJZEN, 1975). Nestes termos a TAR pauta-se no uso racional da informação disponível pelos indivíduos no processo de tomada de decisão comportamental e, que (o uso racional da informação) desempenha papel de mediador das relações atitude-comportamento. Estas relações são determinadas pelas atitudes referentes ao comportamento (avaliação do comportamento do indivíduo) e pelas normas subjetivas (pressão social percebida para desempenhar ou não um comportamento) (OLIVEIRA; PAGLIUCA; BARROSO, 2007).

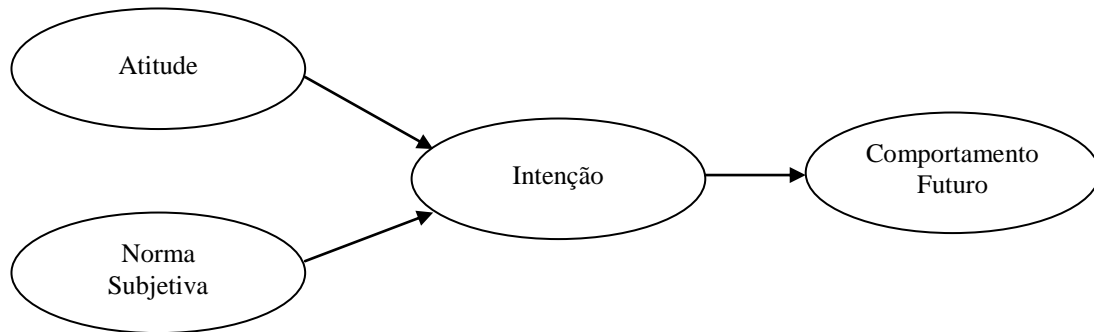
Sob esta perspectiva, os principais objetivos da TAR são (i) entender o comportamento – por ser fruto de escolhas conscientes por parte do indivíduo – e (ii) precisar a intenção para realizá-lo (FISHBEIN; AJZEN, 1975). Assim, os determinantes da intenção comportamental são: (i) as atitudes que são relativas ao aspecto pessoal e, (ii) as normas subjetivas entendidas como a influência social, ou seja, são as percepções que o indivíduo tem acerca da opinião de pessoas importantes para ele (ex.: família, amigos, colegas). Também fazem parte da TAR, as variáveis referentes à importância das crenças dos indivíduos, a avaliação das consequências do comportamento, a motivação para concordar com as pessoas (referentes) que lhe são importantes e as variáveis externas (MOUTINHO; ROAZI, 2010).

Desta forma, no que se refere à aplicação da TAR, Terry e O’Leary (1995) enfatizam que a intenção para executar determinado comportamento é uma variável preditora precisa do comportamento real, considerando que este deve estar sob controle volitivo, isto é, sob a vontade do indivíduo. Quando o comportamento for de sua vontade, mas não estiver sob seu controle total, por diversos motivos, como, por exemplo, falta de habilidades para desempenhá-lo ou por depender de outra pessoa, a força da relação entre a intenção e o

comportamento real é reduzida. Neste entendimento, Ajzen (2002) salienta que a maior parte dos comportamentos humanos que estão sob controle volitivo pode ser predito somente pela intenção comportamental.

O Modelo teórico TAR está diagramado na Figura 4.

FIGURA 4 – MODELO CONCEITUAL DA TEORIA DA AÇÃO RACIONAL



FONTE: Fishbein e Ajzen (1975)

Com a difusão das pesquisas a respeito da intenção comportamental - e por consequência do comportamento - foi constatado que a TAR se limitava em admitir a vontade das pessoas e não considerava os recursos para realizá-la. Em decorrência desta limitação Ajzen (1991) formulou a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) acrescentando a TAR a variável, controle comportamental percebido como terceiro fator preditor da intenção comportamental, independentemente da atitude e da norma subjetiva. O controle comportamental percebido refere-se às crenças do indivíduo a respeito do grau de facilidade e/ou dificuldade em efetuar uma determinada ação, ou seja, a percepção que o mesmo possui de poder executar um comportamento desejado (MOUTINHO; ROAZI, 2010). Em outras palavras, este conceito é compatível com o de auto-eficácia de Bandura (1986, p. 391) definido como “julgamentos das próprias capacidades de executar cursos de ação exigidos para se atingir certo grau de performance.” É em função desses julgamentos que o indivíduo tem incentivo para agir e determinar a direção de suas ações antecipando mentalmente o que pode realizar para obter resultados.

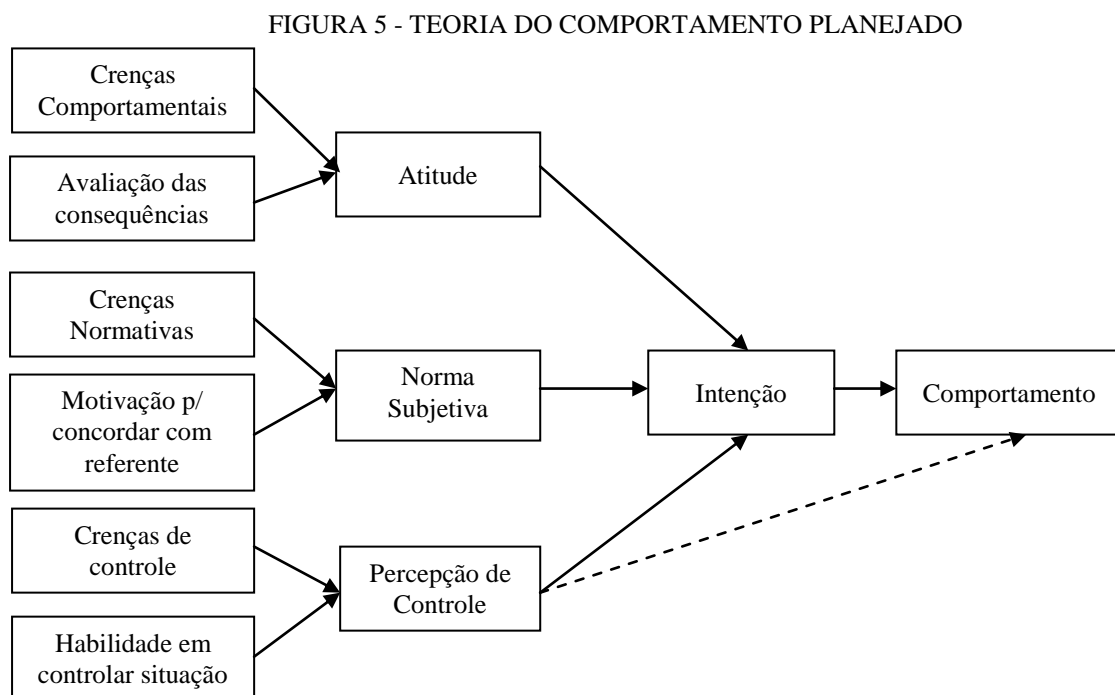
Desta forma, a TCP, estendeu o alcance da TAR ao incluir o controle comportamental percebido para desempenhar o comportamento, podendo influenciar tanto as intenções quanto diretamente o comportamento (AJZEN, 2002). Este construto é respaldado na literatura com base em quatro teorias, sendo: (i) *Locus* de Controle (ROTTER, 1966), (ii) Desamparo Aprendido (SELIGMAN, 1975), (iii) Auto-eficácia (BANDURA, 1986) e (iv) Atribuição de Causalidade (HEIDER, 1970). A primeira teoria corresponde à expectativa do indivíduo acerca da medida que os seus reforçamentos se encontram sob controle interno (esforço pessoal, competência, etc.), ou externo (outras pessoas, sorte, chance, etc.). A segunda menciona que o desamparo aprendido é um comportamento em que um organismo forçado a suportar estímulos aversivos, dolorosos ou desagradáveis se torna incapaz de evitar encontros posteriores com tais estímulos, mesmo que seja possível evitá-los. A Teoria da Auto-eficácia refere-se à crença que o indivíduo tem sobre sua capacidade de realizar com sucesso determinada atividade. Por fim, a Teoria da Atribuição de Causalidade sugere que o ser humano direciona todos os esforços necessários para explicar os acontecimentos aos quais

presença e para tal estabelece uma diferenciação entre as causas que podem ser atribuídas à pessoa, as chamadas causas disposicionais (aos fatores de personalidade, a motivação para realizar alguma coisa, o esforço despendido em uma tarefa, e aquelas que podem ser imputadas à situação, como, por exemplo, o impacto de normas e das expectativas sociais).

2.4.2 Hipóteses de pesquisa e modelo teórico

A Teoria do Comportamento Planejado é consideravelmente difundida por autores de diversas áreas que buscam explicar e prever uma série de comportamentos humanos sociais. Entre os temas estudados pode-se citar as investigações a respeito do comportamento de saúde (CONNER; SPARKS, 1996), do sexo antes do casamento (CHAN; CHEUNG, 1998); do consumo de bebidas alcoólicas (CONNER, *et al.*, 1999); da intenção de realizar dietas e fazer exercícios físicos (GOECKING, 2006); da intenção de compra de medicamentos genéricos (RAMALHO, 2006); do comportamento do consumidor (SOUZA, 2009); da escolha do meio de transporte-locomção (DONALD; COOPER; CONCHIE, 2014); da intenção de escolha de formação e/ou especialização contábil (ALLEN, 2004; TAN; LASWAD, 2006, 2009; HUTAIBAT, 2012; MBAWUNI; NIMAKO, 2015); a intenção empreendedora (HECKE, 2011; TETZNER, 2014), entre outros.

Para visualização diagramada das relações teóricas da TCP, expõe-se a Figura 5.



FONTE: Ajzen (1991)

Ajzen (1991) argumenta que os três antecedentes das intenções comportamentais estão baseados em crenças (comportamentais, normativas e de controle) que “representam a informação que ele [o sujeito] tem sobre o objeto. Especificamente, uma crença relaciona um objeto a algum atributo” (FISHBEIN; AJZEN, 1975, p.12). Moutinho e Roazi (2010) descrevem que objeto e atributo são utilizados pela teoria de forma genérica. Objeto pode se referir a pessoas, grupos, instituições, comportamentos, enquanto que atributos remetem a qualidade, consequência, característica, evento. Ademais, para Ajzen (2002) as crenças

fornece uma fotografia da fundamentação cognitiva do comportamento de uma dada população num determinado momento, possibilitando entender por que as pessoas têm certas atitudes, normas subjetivas ou percepções de controle comportamental.

Sob esta interpretação faz-se importante conhecer as crenças que são as mais preponderantes na memória de um indivíduo, para que sejam medidas. A partir da identificação um questionário padrão de TCP pode ser elaborado, incluindo as diversas medidas dos construtos que incluem crenças, atitudes, normas subjetivas, percepções de controle comportamental, intenções e comportamento real.

2.4.2.1 Atitude

Os primeiros estudos acerca da atitude como fator de influência no comportamento humano datam de aproximadamente 1920, e a sua relevância foi de tal ordem que alguns estudiosos da época os equiparavam como da Psicologia Social. Na literatura, elenca-se como pioneiro destes estudos Gordon Allport, que definiu o tema como “uma disposição mental e nervosa, organizada pela experiência e que exerce uma influência diretiva ou dinâmica sobre a conduta do indivíduo em relação a objetos e situações com que se defronta” pautando-se em referências da (i) psicologia experimental, (ii) da psicanálise e (iii) da sociologia (PENNA, 1993, p.72). Na psicologia experimental o conceito da atitude desenvolveu-se por meio de investigações realizadas em laboratório, tomando-se por base o tempo de reação, percepção, memória, pensamento e vontade; na psicanálise destacam-se as bases dinâmicas e inconscientes da atitude e; na sociologia é avaliada como representações psicológicas da ação da cultura e de aspectos sociais sobre o indivíduo (PENNA, 1993).

No domínio da Teoria da Ação Racional e, por conseguinte, da Teoria do Comportamento Planejado, ambas de autoria de psicólogos sociais a atitude é caracterizado como "sentimentos positivos ou negativos de um indivíduo sobre a realização de um determinado comportamento" (FISHBEIN; AJZEN, 1975, p. 216). Sob esta lente, a atitude do indivíduo em relação a um comportamento é uma função de suas crenças e avaliações comportamentais, ou seja, é uma função daquilo em que a pessoa acredita que vai acontecer em consequência do comportamento e da avaliação que esta faz acerca das consequências (crenças comportamentais e avaliação das consequências). Em outros termos, atitude refere-se à influência pessoal sobre o comportamento e corresponde ao julgamento do indivíduo para sua realização como bom ou ruim, ou seja, admitindo sua favorabilidade ou não à ação (MOUTINHO; ROAZI, 2010).

Neste entendimento, por mais que não seja possível a observação direta da atitude de uma pessoa, Ajzen (1991) destaca que a mesma pode ser inferida indiretamente por meio de assertivas mensuráveis. A medição requer um processo especial, pois trata da quantificação de elementos que têm características nitidamente subjetivas e há diversas formas de mensuração, porém na psicologia são aprendidas de forma favorável ou desfavorável (PENNA, 1993).

Face ao exposto, destaca-se que nesta investigação, aplica-se o construto atitude para prever a intenção do aluno, concludente do curso de ciências contábeis, de seguir a carreira na área contábil. Assim, a premissa é de que as atitudes sobre uma carreira são determinadas pela

crença de um indivíduo que a mesma levará a determinados resultados. Em vista disso, o referido construto aqui é entendido como composto pelos fatores intrínsecos (sentimentos, aptidão, satisfação, etc.) e extrínsecos (disponibilidades e oportunidades de trabalho, prestígio da carreira, resultados obtidos, etc.) ao indivíduo.

Nesta perspectiva, sentimentos e atitudes são os fundamentos da percepção do indivíduo (AJZEN, 1991). Sentimentos a respeito da profissão são advindos de experiências de formação, práticas, entre outras. Diversos estudos constataram que as pessoas formam seus juízos a respeito das profissões ainda quando crianças e que a percepção da carreira é fator preditor para esta escolha (SUGAHARA; HIRAMATSU; BOLLAND, 2007). Desta forma, sentimentos positivos sobre uma carreira inclui que a mesma é interessante, que vale a pena segui-la e que fornece segurança emocional e financeira (KARAKAYA; QUIGLEY; BINGHAM, 2011; PELTIER *et al.*, 2014).

Deste modo, fatores relacionados a resultados de uma carreira/profissão entendidos como os benefícios percebidos que os indivíduos esperam obter de uma determinada escolha são de grande importância. De acordo com Mbawuni e Nimako (2015) estes resultados podem ser entendidos como pacotes de remuneração, benefícios, satisfação de trabalho, comprometimento organizacional, e outros. Assim, os autores Albrecht e Sack (2000); Karakaya; Quigley e Bingham (2011); e Peltier *et al.*, (2014) descrevem-os como elementos que atuam como motivadores para a escolha de carreira e emprego dos indivíduos.

Neste sentido, sabe-se que as expectativas que as pessoas têm acerca de uma função, atividade ou trabalho influenciam-os positivamente na decisão de seguir uma determinada carreira. A este respeito, Hutaibat (2012) em sua pesquisa identificou como fatores de maior influência no interesse dos estudantes de contabilidade da Jordânia em seguir carreira na área, as possíveis oportunidades de trabalho e de renda futura. Nesta mesma direção, Gul *et al.* (1989); Cohen e Hanno (1993); Felton *et al.* (1994); e Dalci *et al.* (2013) também evidenciaram que fatores de natureza financeira são os que exercem maior influência na decisão dos estudantes.

Ainda na mesma linha de entendimento, considerações acerca do mercado de trabalho, tais como a disponibilidade de emprego, e segurança no trabalho também foram relatados como influentes significativos sobre as escolhas de carreira dos estudantes de contabilidade (GUL *et al.*, 1989; ADAMS; PRYOR; ADAMS, 1994; AHMED; ALAM; ALAM, 1997; MYBURGH, 2005). Ademais, os estudantes de contabilidade geralmente colocam maior ênfase nestes fatores do que alunos de outras áreas (GUL *et al.*, 1989; FELTON *et al.*, 1994; AHMED; ALAM; ALAM, 1997).

Outras pesquisas demonstraram que elementos relacionados à reputação da carreira, como prestígio e alto status social também tem associações significativas com a intenção de escolha (GUL *et al.*, 1989; COHEN; HANNO, 1993; FELTON *et al.*, 1995; LOWE; SIMONS, 1997; TAN; LASWAD, 2006). Outros elementos relacionados às exigências da profissão como esforços, habilidades e competências de um indivíduo para a realização de um trabalho, também foram mencionados. De acordo com Mbawuni e Nimako (2015), estas exigências podem incluir a percepção dos regulamentos, princípios e regras que direcionam os indivíduos na prática profissional. Alguns estudos constataram que o trabalho da carreira de contador, por exemplo, é percebido pelos estudantes como uma rotina monótona, que demanda muita

energia mental para resolução dos problemas em conformidade com as normas contábeis (BYRNE; WILLIS, 2005; WESSELS; STEENKAMP, 2009). Tais constatações podem influenciar a percepção dos alunos relacionada às exigências do trabalho, e impactar na intenção do mesmo em seguir carreira como tal.

Outros fatores relatados como importantes influentes na escolha de carreira foram: aptidão (PAOLILLO; ESTES, 1982; GUL *et al.*, 1989; HOROWITZ; RILEY, 1990; AUYEUNG; SANDS, 1997); e a possibilidade de estabelecer um negócio próprio (COHEN; HANNO, 1993; TAN; LASWAD, 2006). Gul *et al.* (1989) constataram que o fator satisfação no trabalho foi o mais importante na decisão dos alunos em se formar em contabilidade, enquanto que, Horowitz e Riley (1990) observaram este critério como o segundo mais importante para os estudantes de contabilidade na escolha de suas carreiras. Em contraste, Paolillo e Estes (1982) constataram que a satisfação no trabalho e o custo de formação foram os fatores menos importantes para os estudantes de contabilidade na seleção de sua carreira do que para outros grupos de profissionais investigados (advogados, engenheiros e médicos).

No geral, os estudos anteriores demonstram que os alunos são motivados por uma combinação de resultados intrínsecos e extrínsecos na escolha da carreira. Entendendo estes fatores como influenciadores das atitudes dos alunos concluintes, supõe-se que:

H1: A atitude influencia positivamente a intenção comportamental dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade.

Portanto, o construto ‘atitude’ é mensurado em relação à intenção dos alunos concluintes da graduação em ciências contábeis em seguir uma carreira na área de contabilidade.

2.4.2.2 Norma subjetiva

Outro elemento na determinação da intenção comportamental é a norma subjetiva. Esta é determinada pelas crenças normativas modais salientes que são definidas como crenças do indivíduo sobre as expectativas de que outras pessoas específicas, pertencentes ao seu meio pensam a respeito de um determinado comportamento (FISHBEIN; AJZEN, 1975). Deste modo, norma subjetiva refere-se à “percepção da pessoa quanto à pressão social exercida sobre a mesma para que realize ou não o comportamento em questão” (AJZEN; FISHBEIN, 1980, p. 6). Em síntese, são as influências causadas pela pressão social de pais, amigos, grupos de referência, cultura, opinião pública e instituições sobre o comportamento dos indivíduos. Ressalta-se que os referentes podem variar de acordo com o comportamento que está sendo investigado, e o peso de cada referente depende do nível de motivação da pessoa para seguir aquilo que esperam dela (DIAS, 1995). Desta forma, quanto mais a pessoa percebe que os outros que lhe são importantes pensam que ela deve realizar o comportamento, maior será sua intenção para realizá-lo.

Seguindo este entendimento, autores como Dick e Rallis (1991); Paa e Mcwhirter (2000); e Levine e Hoffner (2006) enfatizam que diversas pesquisas demonstram que os jovens tem figuras-chaves como influenciadores na escolha de carreira, contudo, estes estudos não chegam a resultados convergentes entre eles conforme exemplos percorridos a seguir.

Paolillo e Estes (1982) em estudo realizado nos Estados Unidos identificaram que os professores exerciam maior influência em comparação aos pais e amigos sobre as decisões dos estudantes para prosseguir uma carreira em contabilidade. Quando comparados com os outros três grupos de profissionais pesquisados (advogados, engenheiros e médicos) a influência dos pais foi menor ainda. Em contrapartida, outra pesquisa, a de Silverstone e Williams (1979) constatou que 26 por cento dos revisores oficiais de contas do gênero feminino na Inglaterra e no País de Gales consideraram a opinião dos pais para seguir carreira em contabilidade. Complementarmente, Inman, Wenzler e Wickert (1989) e Mauldin, Crain, e Mounce (2000) também evidenciaram que os pais, seguidos pelos professores, exerciam forte influência sobre as decisões dos alunos para se formar em contabilidade.

Em âmbito da Nova Zelândia, ambas as pesquisas de Tan e Laswad (2006 e 2009) identificaram que os estudantes de contabilidade estavam mais motivados a considerar a opinião de seus pais para seguir carreira em contabilidade, o que contrastou os achados do cenário australiano de Gul *et al.* (1989) que evidenciou a não influência de pais, professores e colegas na escolha. Por sua vez, Bebbington, Thomson e Wall (1997) em uma investigação de pontos de vista dos alunos em duas universidades escocesas, concluíram que, pais, amigos e conselheiros de orientação profissional exerceram muito pouca influência sobre a intenção dos alunos em ser um contador. Na mesma direção, foram os resultados de Lowe e Simons (1997) em pesquisa realizada nos Estados Unidos em que pais, amigos e professores foram os fatores menos influentes na decisão de especialização em contabilidade. Este último achado vai ao encontro com os de outro estudo realizado mais tarde no mesmo país por Strasser, Ozgur e Schroeder (2002) que identificaram que os pais, colegas e professores tiveram pouca influência na escolha dos alunos. No entanto, os pesquisadores Auyeung e Sands (1997) obtiveram resultados diferentes em investigação com os estudantes de Hong Kong e de Taiwan em que consideravam significativa a influência destes referentes.

Desta forma, com base nestes estudos verifica-se a não convergência dos achados em relação à percepção dos alunos com a pressão social em função das crenças de pessoas referentes a eles, como pais, amigos, professores, ou cônjuges para a escolha de carreira. Assim, pautando-se na influência dos principais referentes entendidos como norma subjetiva, nos estudos analisados, conjectura-se que:

H2: A norma subjetiva influencia positivamente a intenção dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade.

Assim, o construto ‘norma subjetiva’ é mensurado em relação à intenção dos alunos concluintes da graduação em ciências contábeis em seguir uma carreira na área de contabilidade.

2.4.2.3 Controle Comportamental Percebido

O controle comportamental percebido é um dos construtos que busca evidenciar a percepção individual acerca da facilidade ou dificuldade de realizar um determinado comportamento. Segundo Ajzen (1991) é definido como os recursos e oportunidades disponíveis para o sujeito, que facilitem a execução de um comportamento com grande probabilidade de sucesso e realize a ação comportamental pretendida. Assim sendo, a percepção do indivíduo pode

inibir ou facilitar o comportamento face às informações, recursos e oportunidades que ocorrerem no processo de execução do comportamento de interesse.

Desta forma, o controle percebido é definido por Souza (2009) como forte preditor dos comportamentos social, emocional e cognitivo, da motivação, da aprendizagem, do desempenho, do sucesso e do fracasso em muitas esferas da vida. O autor complementa ainda que revisões teóricas o relacionam à saúde física, à realização, ao desempenho escolar, à motivação, à competência, a crenças políticas, à ação social, ao ensino, à satisfação conjugal, ao sucesso no trabalho, à criatividade, à emoção, à longevidade, ao bem-estar subjetivo e a vários outros fatores que fazem parte da vida em sociedade.

De acordo com alguns estudos a percepção de controle tem se evidenciado um importante elemento preditor (SCHIFTER; AJZEN, 1985; BAMBERG; AJZEN; SCHMIDT, 2003), uma vez que pode estar relacionado tanto por via indireta com o comportamento, por meio da intenção comportamental, quanto diretamente ao mesmo (sem mediação intencional). Ademais, a ação humana é influenciada por fatores que podem ser internos, por exemplo, o conhecimento, a habilidade, as competências e também fortes desejos e, externos tais como o tempo, cooperação dos outros, dinheiro, entre outros (MOUTINHO; ROAZI, 2010).

No entanto, Ajzen (2002) ressalta que o que importa é o controle sobre o comportamento; e se os recursos e os obstáculos são fatores internos ou externos, não vem ao caso. Quando os indivíduos acreditam que têm os recursos e as oportunidades requeridas e que os obstáculos que podem encontrar são poucos e administráveis, eles confiam em suas habilidades em desempenhar o comportamento. Por conseguinte, apresentam alto grau de percepção de controle comportamental. Em situação oposta, em termos de recursos e oportunidades, eles devem apresentar baixo nível de percepção de controle. Em síntese:

Pessoas que acreditam que eles têm habilidades e outros recursos necessários para realizar o comportamento ou superar barreiras estão aptas a desenvolver forte senso de eficácia própria ou controle comportamental percebido, enquanto pessoas que acreditam que faltam-lhes alguns dos recursos necessários estão aptos a ter muito senso de fraqueza da ação pessoal (AJZEN; FISHBEIN, 2005, p. 193).

Depreende-se que o conceito de controle percebido é sempre vinculado a um prognóstico de comportamentos, emoção, motivação, desempenho, sucesso e fracasso da vida de um indivíduo. Assim, um fator que interfere no controle percebido é um bom conhecimento obtido por meio de estudos, treinamentos e experiências práticas a respeito de uma profissão ou carreira facilitando sua escolha. Pesquisas demonstram que um indivíduo com bons desempenhos em seus cursos tem maior interesse em seguir carreira (STEENKAMP; BAARD; FRICK, 2009). Com isso, infere-se que os alunos que acreditam ter bons conhecimentos, por exemplo, tem maior intenção de seguir carreira na área contábil. Deste modo, descreve-se a seguinte hipótese:

H3: O controle comportamental percebido influencia positivamente a intenção dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade.

Desta forma, quanto maior for o ‘controle comportamental percebido’, maior a intenção em seguir uma carreira na área de contabilidade.

2.4.2.4 Intenção

A intenção comportamental em seu sentido mais abrangente diz respeito ao propósito que um indivíduo tem em desempenhar um determinado comportamento (DIAS, 1995). Neste entendimento, Ajzen (1991) caracteriza-a como a vontade e a determinação de um indivíduo, em realizar um comportamento. Nas palavras de Moutinho e Roazi (2010) sabe-se que não há uma perfeita correspondência entre intenções e comportamento, todavia, os indivíduos usualmente agem em consonância com suas intenções. Os autores salientam ainda que esta correspondência entre intenção e comportamento depende de alguns fatores, como por exemplo, a força da intenção, ou seja, a probabilidade subjetiva de realização de uma ação admitida por uma pessoa, e, ainda, a estabilidade das intenções. Assim, comportamentos do tipo ações únicas podem ser mensuradas de diversas formas, contudo uma medição indicada é por meio de escala bipolar, na qual uma afirmação como “eu pretendo matricular meu filho em escola pública”, é avaliada em alternativas de resposta que variam entre totalmente impossível a totalmente possível.

Nesta perspectiva, as intenções são consideradas um tipo particular de crença, na qual a pessoa é o objeto, e o atributo a ela associado é sempre um comportamento, e seu resultado é um grau probabilístico subjetivo em que melhor prediz o comportamento (AJZEN; FISHBEIN, 1980). Assim, a intenção comportamental constitui a variável que melhor prediz o comportamento, e este, por sua vez, irá expressar a escolha ponderada entre as várias alternativas existentes. Ademais, Ajzen e Fishbein (2000) afirmam que em conjunto, quanto mais favorável à atitude e à norma subjetiva com respeito ao comportamento e maior a percepção de controle comportamental, mais forte deverá ser a intenção individual para desempenhar o comportamento em questão.

2.4.2.5 Comportamento

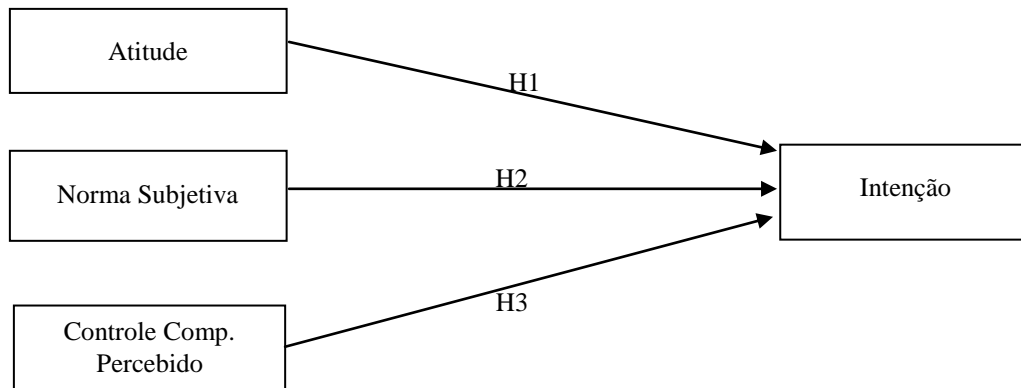
De acordo com Fishbein e Ajzen (1975) para se mensurar um comportamento é necessário distinguir entre aquele que é investigado e o que são as consequências do mesmo, pois um problema comum que ocorre é a confusão entre o que seja comportamento e o que seja seus resultados. Estes, além de serem conjuntos de vários comportamentos, possivelmente podem incluir fatores alheios à ação isolada do sujeito como grau de facilidade ou dificuldade em face a um ato, por exemplo.

Dias (1995) expõe que algumas questões da vida de um indivíduo são consequências de um conjunto de atos particulares e, muitas vezes, diferenciados entre si e que envolvem várias ações individuais. Neste entendimento, ressalta-se que a diferença entre comportamento e as possíveis consequências deste torna-se importante uma vez que elas podem ser influenciadas por outros fatores, além do comportamento em si mesmo. Deste modo, ao se tentar determinar um critério deve-se respaldar do que se trata de um comportamento ou de uma consequência, referindo-se o primeiro, de forma específica, a atos observáveis do sujeito, seja por meio de registros de observação, relatos verbais ou de respostas a um questionário (FISHBEIN; AJZEN, 1975; AJZEN; FISHBEIN, 1980).

Portanto, este estudo propõe a utilização da Teoria do Comportamento Planejado na tentativa de explicar as relações existentes entre a intenção de alunos concluintes seguir carreira na área

de contabilidade. Por isso, com base nas variáveis acima apresentadas evidencia-se a Figura 6, síntese desta investigação:

FIGURA 6 – MODELO TEÓRICO DA PESQUISA



FONTE: A autora (2016)

Com base em todo o exposto e considerando que em âmbito nacional, especificamente na área contábil, os estudos com o suporte da TCP ainda são incipientes, verifica-se a relevância do seu emprego na presente pesquisa. No entanto, ressalta-se que o modelo teórico deste estudo parou na intenção, não se mensurando o construto comportamento dos alunos.

Na sequência, apresenta-se os delineamentos metodológicos direcionadores do presente estudo.

3 METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Vergara (2009) define população de uma pesquisa como um conjunto de elementos que contém as mesmas características que são objetos de estudo. A população é composta por 1022 discentes devidamente matriculados no último ano ou período do curso de ciências contábeis das universidades públicas do Paraná – estaduais e federais -, listadas no Quadro 3.

QUADRO 3 – POPULAÇÃO DA PESQUISA

Instituições	Cidade	Total de alunos
Universidade Estadual de Londrina – UEL.	Londrina	85
Universidade Estadual de Maringá – UEM.	Maringá	166
Universidade Estadual de Maringá – UEM.	Cianorte	50
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.	Ponta Grossa	64
Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.	São Mateus do Sul	24
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.	Guarapuava	44
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.	Chopinzinho	31
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.	Irati	19
Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.	Prudentópolis	16
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.	Cornélio Procopio	69
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.	Cascavel	25
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.	Foz do Iguaçu	23
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.	Marechal Cândido Rondon	31
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR.	Apucarana	56
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR.	Campo Mourão	43
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR.	Paranaguá	23
Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR.	Paranavaí	65
Universidade Federal do Paraná – UFPR.	Curitiba	109
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.	Pato Branco	24
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR.	Curitiba	34
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR.	Palmas	21

FONTE: A autora (2016)

Para a seleção da amostra, a população foi estratificada por regiões geográficas de localização das instituições. Essa estratificação pautou-se sob o critério de mesorregiões adotado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

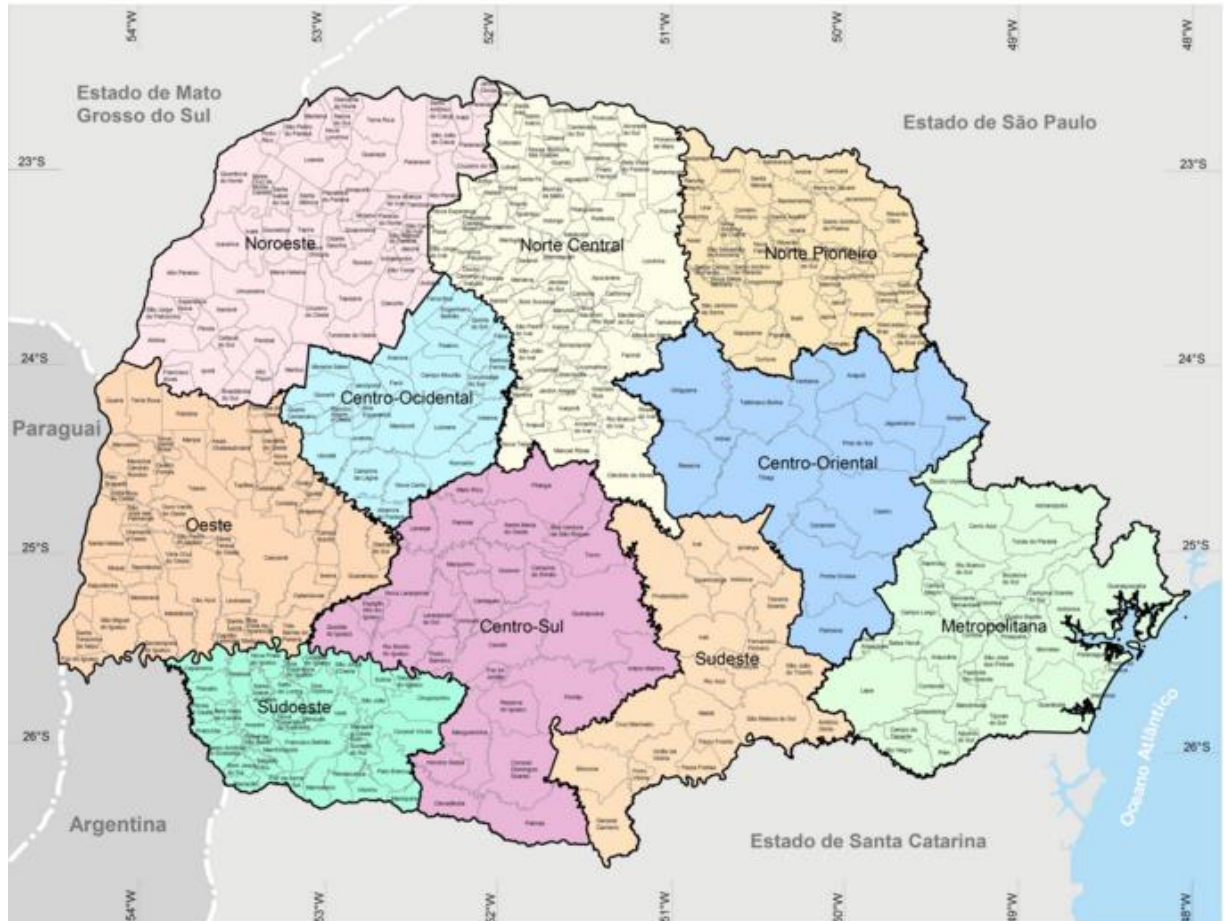
Ressalte-se que mesorregiões são áreas individualizadas em uma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização de espaço geográfico definidas por três dimensões: (i) o processo social como determinante, (ii) o quadro natural como condicionante e (iii) a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Assim, estas três dimensões possibilitam que o espaço definido como mesorregião tenha uma identidade regional. Identidade esta que é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou (BRASIL, IBGE, 1990).

O IPARDES subdivide o estado do Paraná, que é composto por 399 municípios em 10 amostras geográficas, quais sejam: (i) Metropolitana de Curitiba (ressalte-se que a Região

Metropolitana de Curitiba incorpora também os municípios do Litoral Paranaense); (ii) Centro Oriental; (iii) Norte Pioneiro; (iv) Norte Central; (v) Noroeste; (vi) Oeste; (vii) Centro Ocidental; (viii) Sudoeste; (ix) Centro Sul; e (x) Sudeste.

As mesorregiões do estado do Paraná são distribuídas conforme a Figura 7:

FIGURA 7 - MAPA DAS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IPARDES (2015) com base em IBGE (Base cartográfica ITCG, 2010).

OBS: Ver Anexo 1 para os municípios componentes de cada Mesorregião

Observando as mesorregiões conforme suas disposições territoriais, observa-se que a de maior espaço físico é a Noroeste, com área de 24.750.384 km², e a menor mesorregião geográfica é a Sudoeste, com área de 11.546.792 km². Quanto ao número de habitantes, a mesorregião mais populosa é a Região Metropolitana de Curitiba, que concentra segundo a estimativa do IBGE para 2015, 3.794.174 pessoas. Na sequência, respectivamente estão as mesorregiões Norte Central e Oeste configurando-se como as maiores em censo demográfico paranaense. Estes dados podem ser comprovados no Quadro 4.

QUADRO 4 - MESORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ: ÁREAS TERRITORIAIS E HABITANTES

Mesorregião	Área territorial	Número de habitantes*
Metropolitana de Curitiba	23.147.132 km ²	3.794.174
Centro Oriental	21.812.024 km ²	739.907
Norte Pioneiro	15.718.917 km ²	563.980
Norte Central	24.553.976 km ²	2.192.285
Noroeste	24.750.384 km ²	716.740
Oeste	22.864.702 km ²	1.294.417
Centro Ocidental	11.937.564 km ²	340.320
Sudoeste	11.546.792 km ²	524.137
Centro Sul	21.093.588 km ²	471.339
Sudeste	22.356.121 km ²	525.719

FONTE: Elaborado a partir de dados do IPARDES (2015).

OBS: * População - Estimada (habitantes) IBGE 2015.

Em relação à economia destas regiões, enfatiza-se que o Paraná é um dos mais modernos e dinâmicos sistemas agrícolas do país, por sua predominância agropecuária, com produção de soja, milho, cana-de-açúcar, mandioca, batata inglesa e feijão, além de ser importante criador de bovinos, equinos, ovinos, galináceos e suínos. Contudo, destaca-se também a importância industrial, presente na região metropolitana de Curitiba, tradicionalmente ligado à produção madeireira e alimentícia, e que está em evolução para setores dinâmicos, com ênfase na indústria metal-mecânica, de materiais elétricos e eletrônicos e na automobilística. Deste modo, ressaltam-se dois grandes espaços econômicos no estado: um sob a égide do agronegócio e outro de economia urbano-industrial (FRANCO, 2011).

Para melhor visualização, segue o Quadro 5 com o detalhamento por mesorregião:

QUADRO 5 – ECONOMIA DAS MESORREGIÕES

Mesorregião	Economia dominante
Metropolitana de Curitiba	Indústria, Comércio e Agropecuária com produção de milho, batata-inglesa, trigo, e criação de bovinos e ovinos.
Centro-Oriental	Agropecuária, com produção de soja, milho, feijão, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Norte Pioneiro	Agropecuária, com produção de soja, milho, cana de açúcar, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Norte Central	Agropecuária, com produção de soja, milho, cana de açúcar, e criação de ovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Noroeste	Agropecuária, com produção de cana-de-açúcar, mandioca, soja, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Oeste	Agropecuária, com produção de soja, milho, trigo, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Centro Ocidental	Agropecuária, com produção de soja, milho, cana-de-açúcar, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Sudoeste	Agropecuária, com produção de soja, milho, feijão, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Centro-Sul	Agropecuária, com produção de soja, milho, feijão, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.
Sudeste	Agropecuária, com produção de soja, fumo, milho, e criação de bovinos, equinos, galináceos, ovinos e suínos.

FONTE: Elaborado a partir de dados do IPARDES (2015).

Da leitura do Quadro 5, verifica-se que a economia paranaense é eminentemente agrícola. Destaca-se a mesorregião Metropolitana de Curitiba que apresenta como economia predominante a industrial.

A seguir, apresenta-se a disposição das unidades das instituições que oferecem o curso de ciências contábeis estratificadas por mesorregião.

QUADRO 6 - LOCALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES POR MESORREGIÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Mesorregião	Instituições
Metropolitana de Curitiba	UNESPAR (Paranaguá), UFPR (Curitiba), IFPR (Curitiba).
Centro Oriental	UEPG (Ponta Grossa).
Norte Pioneiro	UENP (Cornélio Procópio).
Norte Central	UEL (Londrina), UEM (Maringá), UNESPAR (Apucarana).
Noroeste	UEM (Cianorte), UNESPAR (Paranavaí).
Oeste	UNIOESTE (Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon).
Centro Ocidental	UNESPAR (Campo Mourão).
Sudoeste	UNICENTRO (Chopinzinho), UTFPR (Pato Branco).
Centro Sul	UNICENTRO (Guarapuava), IFPR (Palmas).
Sudeste	UEPG (São Mateus do Sul), UNICENTRO (Irati e Prudentópolis).

FONTE: Elaborado a partir de dados do IPARDES (2015).

Observa-se que as mesorregiões que possuem mais unidades de instituições públicas de ensino superior que oferecem o curso de ciências contábeis é a Metropolitana de Curitiba, Norte Central, Sudeste e Oeste com três unidades de IES em cada uma.

A amostra final foi composta por 691 alunos, selecionados por acessibilidade ou conveniência de todas as mesorregiões paranaenses que responderam ao questionário conforme disposto no Quadro 7.

QUADRO 7 – APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Mesorregião	Instituição	Cidade	Nº de respondentes	% da população total
Metropolitana de Curitiba	UFPR	Curitiba	71	65,14%
	IFPR	Curitiba	34	100%
	UNESPAR	Paranaguá	17	73,91%
Centro Oriental	UEPG	Ponta Grossa	42	65,63%
Norte Pioneiro	UENP	Cornélio Procópio	45	65,22%
Norte Central	UEL	Londrina	67	78,82%
	UEM	Maringá	46	27,71%
	UNESPAR	Apucarana	52	92,86%
Noroeste	UEM	Cianorte	20	40,00%
	UNESPAR	Paranavaí	58	89,23%
Oeste	UNIOESTE	Cascavel	13	52,00%
	UNIOESTE	Foz do Iguaçu	12	52,17%
	UNIOESTE	Marechal Cândido Rondon	31	100%
Centro Ocidental	UNESPAR	Campo Mourão	43	100%
Sudoeste	UNICENTRO	Chopinzinho	26	83,87%
	UTFPR	Pato Branco	23	95,83%
Centro Sul	IFPR	Palmas	13	61,90%
	UNICENTRO	Guarapuava	31	70,45%
Sudeste	UEPG	São Mateus do Sul	17	70,83%

	UNICENTRO	Irati	17	89,47%
	UNICENTRO	Prudentópolis	13	81,25%

FONTE: A autora (2016)

O número de respondentes somadas todas as mesorregiões totalizou 691 alunos caracterizando, portanto 67,71% da população total. Ressalta-se que a maioria das mesorregiões foram representadas por mais de 50% dos potenciais respondentes com exceção somente de uma das IES da mesorregião Norte Central (Universidade Estadual de Maringá – Maringá) e uma da mesorregião Noroeste (Universidade Estadual de Maringá – Cianorte).

3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA E VARIÁVEIS DE MENSURAÇÃO

Os instrumentos de pesquisa são utilizados para a coleta de dados e podem ser entendidos como um conjunto de regras e procedimentos a serem seguidos de forma lógica e sistemática para direcionar o processo de coleta, análise e interpretação dos dados. Assim, neste estudo, optou-se por utilizar o instrumento de pesquisa em forma de questionário estruturado, aplicado diretamente aos alunos. Richardson (2011) argumenta que este método se caracteriza por descrever os atributos, como também medir variáveis de um grupo, possibilitando a obtenção de informações de um grande número de pessoas, em um curto prazo e/ou de forma simultânea.

Na consecução do instrumento de pesquisa (questionário) levou-se em consideração a variável dependente (Intenção) e as variáveis independentes (Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido). Este estudo utilizou instrumentos de mensuração já empregados em estudos anteriores conforme definições:

A **Intenção** refere-se à disposição ou planejamento de uma pessoa de executar ou não um determinado comportamento, e quanto mais forte, maior a probabilidade de que o indivíduo adote ou execute este comportamento. Assim, a variável intenção é em relação ao comportamento de seguir ou não uma carreira na área de contabilidade predita pelas influências da atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido.

A **Atitude** de acordo com Gade (1980) é a predisposição interna de um indivíduo para avaliar determinado objeto, ou aspecto, de forma favorável ou desfavorável. Sendo assim, a atitude de um indivíduo é pautada em suas crenças comportamentais [o que o indivíduo acredita que irá acontecer por desempenhar determinado comportamento] e as consequências [positivas ou negativas] em adotar este comportamento. Deste modo, a variável atitude é em relação ao comportamento de seguir ou não uma carreira na área de contabilidade.

A **Norma Subjetiva** é baseada nas crenças normativas que são ocasionadas pela pressão social, isto é, é a avaliação que as pessoas fazem a respeito do que o indivíduo deva fazer e a motivação do indivíduo para concordar com estas pessoas. São as influências da pressão social de pais, amigos, grupos de referência, pares de profissão sobre o comportamento dos indivíduos. Neste caso, a variável norma subjetiva é em relação à pressão social para comportamento de seguir ou não uma carreira na área de contabilidade.

O **Controle Comportamental Percebido** reflete a crença sobre o acesso aos recursos e às oportunidades necessárias para se desempenhar determinado comportamento. Quanto mais forte for a intenção de executar um comportamento, mais provável deverá ser seu desempenho. Sendo assim, a variável controle comportamental tem origem nas crenças de controle e reflete a expectativa de um aluno poder superar qualquer obstáculo para seguir uma carreira na área de contabilidade.

Todas as variáveis foram estruturadas baseando-se em instrumentos utilizados em estudos anteriormente realizados e adaptados à realidade brasileira. O questionário foi estruturado em dois blocos, detalhados no Quadro 8.

QUADRO 8 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Bloco	Construtos	Indicadores do Instrumento	Referências
I	Atitude	1, 2, 3, 12, 14, 16, 18, 19	Gul <i>et al.</i> (1989); Horowitz; Riley (1990); Bundy; Norris (1992); Cohen; Hanno (1993); Felton <i>et al.</i> (1995); Lowe; Simons (1997); Ahmed <i>et al.</i> (1997); Albrecht e Sack (2000); Byrne; Willis (2005); Myburgh (2005); Jackling; Calero (2006); Tan; Laswad (2006); Carnegie; Napier (2009); Karakaya; Quigley; Bingham (2011); Hutaibat (2012); Dalci <i>et al.</i> (2013); Peltier <i>et al.</i> , (2014); Mbawuni; Nimako (2015);
	Norma Subjetiva	4, 8, 11, 17, 23, 24, 5	Paolillo; Estes (1982); Auyeung; Sands (1997); Mauldin; Crain; Mounce (2000); Tan; Laswad (2006); Byrne; Willis; Burke (2012); Góis; Brás, (2013); Peltier <i>et al.</i> (2014); Mbawuni; Nimako (2015);
	Controle Comportamental Percebido	6, 7, 9, 20, 13, 10	Auyeung; Sands (1997); Sugahara; Boland (2006); Yusoff <i>et al.</i> (2011); Karakaya, Quigley; Bingham (2011); Peltier <i>et al.</i> (2014); Mbawuni; Nimako (2015);
	Intenção	15, 21, 25, 22	Ajzen (1991); Azevedo; Sugahara (2012); Mbawuni; Nimako (2015);
II	Dados Demográficos	26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40	Elaboração própria

FONTE: A autora (2016)

Utilizou-se escala tipo *Likert* de 7 pontos, parcialmente ancorada, cujos extremos foram: 1 = discordo totalmente e 7 = concordo totalmente (Discordo Totalmente; Discordo muito; Discordo um pouco; Neutro; Concordo um pouco; Concordo muito; Concordo totalmente). No questionário disponibilizado aos respondentes, os indicadores foram apresentados de forma aleatória entre os constructos e 3 questões do instrumento (nº9, nº10 e nº14) foram apresentadas de forma negativa (não) para testar a atenção dos respondentes (ver Apêndice 2).

3.3 PRÉ-TESTE DO INSTRUMENTO

Uma etapa crítica para a consistência do questionário é o pré-teste. É um teste efetuado com base em uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais (MALHOTRA, 2006). Apresenta algumas vantagens como: (i) possibilidade de descoberta de ações para aumentar o interesse dos participantes; (II) aumento das chances dos respondentes permanecerem ativos até o término do questionário; (iii) descoberta de possíveis problemas nos conteúdos das questões e sequência destas, e, por fim,

(iv) identificar maneiras de elevar a qualidade geral do questionário. Em consonância, Richardson (2011, p. 202) argumenta que:

(...) pré-teste refere-se à aplicação prévia do questionário a um grupo que apresente as mesmas características da população incluída na pesquisa. Tem por objetivo revisar e direcionar aspectos da investigação. Em primeiro lugar, o pré-teste não deve ser entendido apenas como uma revisão do instrumento, mas como um teste do processo de coleta e tratamento dos dados. Por isso, o instrumento deve ser testado em sujeitos com as mesmas características da população-alvo da pesquisa.

Por esta razão, o pré-teste do questionário foi aplicado a 63 alunos concluintes de duas instituições privadas, no período de 12 a 14 de outubro de 2015, objetivando identificar possíveis ajustes no questionário. Foram várias as sugestões recebidas para ajuste, no que diz respeito à redação e também para a observação da extensão do instrumento. Esta sugestão foi discutida na banca de qualificação, culminando na exclusão de duas questões (que juntas compreendiam 13 assertivas).

3.4 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

3.4.1 Coleta dos dados

Para a coleta de dados, o questionário foi aplicado no decorrer do período de 23 de outubro a 25 de novembro de 2015. O mesmo foi aplicado nas 21 unidades institucionais que oferecem o curso de ciências contábeis por meio das seguintes pessoas:

QUADRO 9 – APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Mesorregião	Instituição	Cidade	Aplicador
Metropolitana de Curitiba	UFPR	Curitiba	A autora
	IFPR	Curitiba	A autora
	UNESPAR	Paranaguá	Coordenador do curso: Cláudio Nogas
Centro Oriental	UEPG	Ponta Grossa	Professora do curso: Daniele Bernd
Norte Pioneiro	UENP	Cornélio Procopio	Professor do curso: Luciano Diniz
Norte Central	UEL	Londrina	Professor do curso: Daniel Ramos Nogueira
	UEM	Maringá	Coordenador do curso: Romildo Moraes
	UNESPAR	Apucarana	Professor do curso: Cleber Broietti
Noroeste	UEM	Cianorte	Professor do curso: Valter da Silva
	UNESPAR	Paranavaí	Professora do curso: Helena Leite
Oeste	UNIOESTE	Cascavel	Professora do curso: Delci Grapegia Dal Vesco
	UNIOESTE	Foz do Iguaçu	Coordenador do curso: Valdir Junior
	UNIOESTE	Marechal Cândido Rondon	Doutoranda em contabilidade UFPR: Luciana Klein
Centro Ocidental	UNESPAR	Campo Mourão	Professora do curso: Cristina Hillen
Sudoeste	UNICENTRO	Chopinzinho	Professor do curso: Leo Raiffur
	UTFPR	Pato Branco	Professor do curso: Ricardo Antonelli
Centro Sul	IFPR	Palmas	A autora
	UNICENTRO	Guarapuava	Professor do curso: Leo Raiffur
Sudeste	UEPG	São Mateus do Sul	Professor do curso: Sandro Rogério Camargo
	UNICENTRO	Irati	Professor do curso: Alessandro Lepchack
	UNICENTRO	Prudentópolis	Professor do curso: Alessandro Lepchack

FONTE: A autora (2016)

Ressalta-se que antes da aplicação do questionário, entrou-se em contato com todos os coordenadores de cursos, por meio de e-mail e telefone. Nesta oportunidade, foi solicitada a abertura da instituição e explicado a importância da presente pesquisa. Salienta-se aqui a excelente receptividade da proposta pelos mesmos.

O instrumento foi aplicado em sala de aula, onde os participantes seguiram as orientações contidas no próprio questionário. No primeiro momento, foram transmitidos, oralmente, para os participantes os esclarecimentos sobre o anonimato e sigilo da participação. Posteriormente, ressaltou-se que aquele que quisesse obter os resultados da pesquisa, bem como concorrer a um prêmio de participação, deixasse ao final do instrumento seu e-mail. Os participantes levaram, em média, cerca de 8 minutos para responder ao questionário.

3.4.2 Tratamento dos dados

O tratamento dos dados coletados compreendeu as seguintes técnicas: (i) de verificação dos *outliers* uni e multivariados, (ii) da normalidade e a variância dos dados (iii) estatística descritiva, (iv) Análise Fatorial e (v) Modelagem de Equações Estruturais. Para os referidos procedimentos utilizou-se dos *softwares Statistical Package for the Social Science- SPSS* versão 20.0©, AMOS 20.0©, e SmartPLS2.0®. 20.

3.4.3 Estatística Descritiva

A técnica de estatística descritiva viabiliza uma melhor compreensão do comportamento dos dados, sendo útil como ferramenta preliminar para sua descrição (COOPER; SCHINDLER, 2003). Neste entendimento, Martins e Theóphilo (2007) afirmam que a estatística descritiva consiste no processo de organizar, sumarizar e descrever os dados, por meio de gráficos, tabelas e cálculo de medidas, com o objetivo de melhor compreender o comportamento de uma variável dentro de um conjunto de dados analisados.

Nesta perspectiva este procedimento foi empregado para delinear o perfil da amostra, com vistas a destacar as características dos respondentes. Para a evidenciação dos mesmos utilizou-se de tabelas com dados individualizados para cada mesorregião.

3.4.4 Análise Fatorial

A análise fatorial é uma técnica multivariada de interdependência que tem como escopo resumir as relações observadas entre um conjunto de variáveis inter-relacionadas, para identificar fatores comuns (FÁVERO *et al.*, 2009). Neste entendimento, a mesma consiste em simplificar ou reduzir um grande número de variáveis, determinando um grupo de dimensões latentes comuns, chamadas de fatores. Por outro lado, a redução de dados pode ser alcançada por meio do cálculo dos escores fatoriais de cada dimensão latente e substituindo as variáveis originais pelos mesmos (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

Existem dois tipos de análise fatorial: (i) exploratória e (ii) confirmatória. A exploratória é empregada quando há pouco ou nenhum conhecimento prévio acerca da estrutura dos fatores pelo pesquisador; e a confirmatória, quando o pesquisador apresenta algum conhecimento prévio sobre o comportamento e relacionamento das variáveis (FÁVERO *et al.*, 2009).

De acordo com Fávero *et al.*, (2009), a análise fatorial pode ser dividida nas seguintes etapas: (i) Análise da matriz de correlações e adequação da utilização da análise fatorial (estatística de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), teste de esfericidade de *Bartlett* e matriz anti-imagem); (ii) Extração dos fatores iniciais e determinação do número de fatores; (iii) Rotação dos fatores; e (iv) Interpretação dos fatores.

Na primeira etapa busca-se verificar se a matriz de correlações possui valores significativos para justificar a utilização da técnica de análise fatorial. Em caso de um número substancial de valores inferiores a 0,3 na matriz de correlações, a utilização da técnica pode não ser apropriada. Ademais, observa-se a estatística KMO, que avalia a adequação da amostra quanto ao grau de correlações parciais entre as variáveis. Seus valores variam entre 0 e 1, e quanto mais próximo de 1, mais adequada é a utilização da técnica, sendo a seguinte interpretação: (i) de 0,9 a 1 muito boa; (ii) de 0,8 a 0,9 boa; (iii) de 0,7 a 0,8 média; (iv) de 0,6 a 0,7 razoável; (v) de 0,5 a 0,6 má e; (vi) menor que 0,5 inaceitável.

Concomitante ao KMO avalia-se também o teste de esfericidade de *Bartlett* e a matriz anti-imagem. O primeiro é utilizado para avaliar a hipótese de que a matriz de correlações pode ser a matriz identidade com determinante igual a 1. Se a matriz de correlações não for uma matriz identidade, significa que as variáveis estão correlacionadas, sendo adequada a utilização da análise fatorial. Caso contrário, haverá indícios de que não há correlações entre as variáveis. A segunda, a análise da matriz de correlações anti-imagem tem como finalidade a obtenção de sinais acerca da necessidade de eliminação de alguma variável no modelo. A diagonal principal da matriz anti-imagem fornece o índice de Medida de Adequação de Amostra (*Measure of Sampling Adequacy* – MSA) que varia entre 0 e 1, atingindo 1 quando cada variável é perfeitamente prevista sem erros pelas demais variáveis (FÁVERO *et al.*, 2009).

Outro critério a ser observado diz respeito à avaliação das comunalidades. De acordo com Hair Jr *et al.*, (2005) estas representam a quantia de variância explicada pela solução fatorial de cada variável, onde comunalidades menores que 0,5 são consideradas como explicação insuficiente, e o ideal é a sua exclusão.

Posteriormente, define-se o número de fatores comuns para descrever apropriadamente os dados. Segundo Fávero *et al.*, (2009), dois métodos se destacam para a obtenção de fatores, sendo: (i) análise dos componentes principais (ACP), que contempla a variância total dos dados; e (ii) análise dos fatores comuns (AFC), que é estimado com base na variância comum. Salienta-se que a escolha do método de extração dos fatores depende do objetivo que se pretende alcançar, pois caso seja a redução de dados, a ACP é a mais apropriada. Se for a identificação de fatores ou dimensões latentes, a AFC é o método mais adequado a ser aplicado.

Após a decisão do número de fatores, deve-se decidir quantos fatores devem ser retidos. Os critérios que auxiliam o pesquisador na tomada dessa decisão são: (i) o critério da raiz latente (*Critério de Kaiser*), (ii) critério a priori, (iii) critério de percentagem de variância e (iv) critério do gráfico *screeplot* (FÁVERO *et al.*, 2009).

Por meio do critério da raiz latente ou Critério de *Kaiser*, escolhe-se a quantidade de fatores a reter, em função do número de *eigen-values* (apresenta a variância explicada por cada fator) acima de 1, pois, no mínimo, o componente deve explicar a variância de uma variável utilizada no modelo. Pelo critério a priori o pesquisador sabe quantos fatores extrair da análise

fatorial e pelo critério da porcentagem de variância escolhe-se uma quantidade mínima de fatores necessária para que o percentual de variância explicada atinja o nível desejado (FÁVERO *et al.*, 2009). Por sua vez, o critério do gráfico *screeplot* reconhece o número ótimo de fatores que pode ser extraído antes que a quantia de variância única inicie o domínio sobre a estrutura de variância comum (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

Fávero *et al.* (2009) destaca que os métodos em relação à rotação dos fatores podem ser ortogonais e oblíquos. Os primeiros produzem fatores que não estão correlacionados entre si (fatores ortogonais), e nos oblíquos, os fatores estão correlacionados. Quando do interesse do pesquisador na redução das variáveis originais, os métodos ortogonais provavelmente serão mais apropriados. Nessa linha argumentativa, Fávero *et al.* (2009) enfatiza que o método mais utilizado é o *Varimax* que objetiva minimizar o número de variáveis que apresentam altas cargas em um fator, facilitando a interpretação dos fatores.

Por fim, tem-se a etapa da interpretação e nomeação dos fatores por meio das cargas fatoriais, na qual o pesquisador deve decidir quais cargas fatoriais devem ser consideradas. Cargas fatoriais acima de 0,3 alcança o nível mínimo, cargas fatoriais acima de 0,4 são mais importantes; e as maiores que 0,5 são consideradas estatisticamente significativas (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

Neste estudo, realizou-se a análise fatorial exploratória nos indicadores por meio do *software* SPSS versão 20.0©, com o método de extração denominado análise de componentes principais, e método de rotação *Varimax* com normalização *Kaiser*. Já a análise fatorial confirmatória foi elaborada como procedimento inicial no *software* *SmartPLS2.0*®.

3.4.5 Modelagem de Equações Estruturais

Neste estudo, as variáveis do modelo teórico caracterizam, por hipótese, uma relação causal. Neste caso, busca-se estimar simultaneamente os múltiplos níveis em que as variáveis dependentes e independentes se relacionam. Por isso o uso da Modelagem de Equações Estruturais.

O termo Modelagem de Equações Estruturais (*Structural Equation Modeling* – SEM) ou Modelagem por Equações Estruturais (MEE) como é mais conhecida, não constitui apenas uma técnica, mas uma família de procedimentos. Termos como análise de covariância estrutural, modelo de covariância, ou análise de estruturas de covariância também são recorrentemente empregados na literatura para identificar essas várias técnicas em um único rótulo (KLINE, 1998). A diferença em relação as demais técnicas multivariadas é que a SEM examina uma série de relações de dependência simultaneamente e é de grande utilidade quando uma variável dependente se torna independente em relações subsequentes de dependência (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

Em outras palavras, Klem (1995) menciona que técnica de Modelagem de Equações Estruturais possibilita testar um conjunto de variáveis que permite verificar o nível de explicação das variáveis preditoras ante as variáveis dependentes, como também indicar qual das variáveis preditoras é a mais importante. Nesta mesma perspectiva, Hair Jr. *et al.* (2005), complementa que esta técnica fornece a habilidade de ajustar diversas relações de dependência em somente um modelo.

Nesta direção, ressalta-se que para testar um conjunto de variáveis com o uso da SEM faz-se necessário alguns cuidados, como os pontuados por Marôco (2010) em que as observações devem ser independentes, com distribuição normal e com escalas, pelo menos intervalares. Destaca-se como alguns procedimentos de mensuração da SEM baseado em covariâncias (MEE-BC), o: (i) da Máxima Verossimilhança (*MLE – Maximum Likelihood Estimation*); (ii) dos Mínimos Quadrados Generalizados (*GLE - Generalized Least Squares*) e; (iii) dos Mínimos Quadrados Ponderados (*WLS – Weighted Least Squares*), também conhecidos como LISREL. No entanto, enfatiza-se que além destes processos, a SEM pode ser estimada por Mínimos Quadrados Parciais (PLS-PM – *Partial Least Square - Path Modeling*), pautada em variância.

De acordo com Zwickler, Souza e Bido (2008), o PLS é visto como mais adequado, em comparação às demais técnicas quando: (i) não existem suposições quanto à distribuição dos dados, representando assim uma técnica não paramétrica; (ii) existe um número razoável de construtos e indicadores e, (iii) o tamanho da amostra necessário não é tão grande. Ademais, é interessante ressaltar as orientações em relação à amostra para o uso da SEM. A este respeito, Hair Jr *et al.* (2005) recomendam a adoção de uma amostra mínima de 100 observações válidas e, como valor ideal, 200. Bentler e Chou (1987) salientam que regras empíricas geralmente citam que a amostra deve variar entre 5 e 10 casos por parâmetro estimado. Por isso, Bido *et al.* (2009) advogam que não há uma especificação clara e facilmente aplicável em relação a este critério.

Face a este critério, neste trabalho para atendimento dos objetivos específicos a amostra total dos alunos do estado foi segregada por mesorregião, o que influenciou na menor região com 42 respondentes. No entanto, de acordo com Hair Jr. *et al.*, (2014, p. 21) para um modelo com 3 caminhos estruturais, em nível de 5% de significância, com um R^2 mínimo de 0,50 precisa-se de um tamanho de amostra de 38 elementos, ou seja, a menor região atende a este critério.

Outro detalhe a ser enfatizado no âmbito da abordagem da MEE PLS-PM, é em relação à mensuração dos construtos teóricos que podem ser por meio de modelos formativos (A) e/ou modelos reflexivos (B). Os modelos formativos são aqueles em que as variáveis medidas formam o construto e não tem correlação entre si, já os reflexivos são aqueles que são formados pelos construtos, isto é, o sentido da causalidade é do construto para as medidas, tal como nas escalas de atitude (CHIN, 1998). Deste modo, o modelo utilizado para a aplicação da SEM neste estudo é o reflexivo.

Para se avaliar os modelos de mensuração reflexivos, o indicado é a verificação da confiabilidade composta para avaliação da consistência interna, confiabilidade individual do indicador e variância média extraída (AVE - *Average Variance Extracted*) para avaliar a validade convergente. Ademais, os critérios de Fornell e Larcker (FORNELL; LARCKER, 1981) e cargas transversais são usados para avaliar a validade discriminante.

Para a **Consistência interna (Alfa de Cronbach e confiabilidade composta)** o critério mais usado é o Alfa de Cronbach, que fornece uma estimativa de confiabilidade com base na inter-relação das variáveis indicadoras observadas. Ele determina a expectativa de erro da medida feita considerando que, quanto mais próximo de 1,00, menor a expectativa de erro e maior a confiabilidade do instrumento (HAIR Jr. *et al.*, 2005). Todavia, não se encontra na literatura

um padrão absoluto para os valores mínimos do Alfa de Cronbach serem aceitáveis, visto que para Nunnally (1978) e Hair Jr. *et al.*, (2014), por exemplo, os valores devem ser iguais ou superiores a 0,70 com exceção dos casos de pesquisas de natureza exploratória que pode ter valor menor.

Hair Jr. *et al.*, (2014), destacam que o **Alfa de Cronbach** assume que todos os indicadores são confiáveis, o que acarreta limitações na análise. Sendo assim, é mais adequado aplicar uma medida adicional de consistência interna, chamada de confiabilidade composta. Esse critério leva em consideração as diferentes cargas externas dos indicadores sendo que também variam entre 0 e 1, níveis mais elevados indicam maior confiabilidade. Hair Jr. *et al.* (2014) salientam ainda que valores de confiabilidade composta entre 0,60 e 0,70 são aceitáveis em pesquisas exploratórias, enquanto que em pesquisas empíricas, valores entre 0,70 e 0,90 podem ser considerados satisfatórios. Aqueles acima de 0,90 (especificamente acima de 0,95) não são desejáveis, pois indicam que todas as variáveis medem o mesmo fenômeno, e abaixo de 0,60 indicam falta de consistência interna.

A **validade convergente** é usada para avaliar o quanto uma medida se correlaciona positivamente com medidas alternativas de um mesmo construto (HAIR Jr. *et al.*, 2014). Indicadores reflexivos de um mesmo construto devem compartilhar alta proporção de variância. Para estabelecer a validade convergente, pesquisadores consideram as cargas externas dos indicadores, bem como a variância média extraída (AVE). Cargas externas altas indicam que os indicadores associados ao construto têm muito em comum conforme resumo:

QUADRO 10 – CRITÉRIOS DA VALIDADE CONVERGENTE

Indicador	Referências	Descrição
Carga fatorial □>0,7	Fornell e Larcker (1981); Chin (1998); Hair Jr. <i>et al.</i> (2014).	As cargas externas de todos os indicadores devem ser estatisticamente significantes. Hair Jr. <i>et al.</i> (2014) sugerem que as cargas externas dos indicadores devem ser maiores que 0,70. Indicadores com cargas externas entre 0,40 e 0,70 devem ser considerados para remoção apenas se a exclusão levar a um aumento na confiabilidade composta ou AVE acima do valor sugerido. Antes de eliminar um indicador, deve-se avaliar o efeito sobre a validade de conteúdo. Indicadores com cargas externas consideradas fracas podem, por vezes, ter peso significativo na validade de conteúdo. Indicadores com carga externa abaixo de 0,40 devem ser sempre eliminados.
Variância Média Extraída ou AVE (Average Variance Extracted)	Fornell e Larcker (1981); Chin (1998); Hair Jr. <i>et al.</i> , (2014).	Definida como o valor da média geral dos quadrados das cargas dos indicadores associados ao construto (soma dos quadrados das cargas dividido pelo número de indicadores). Valores de AVE >0,50 ou mais elevada indica que, em média, o construto explica mais da metade da variância de seus indicadores. Contudo, valores inferiores a 0,50 indicam que, em média, mais erro permanece nos itens do que a variância explicada pelos indicadores. Portanto, a AVE deve ser maior que 0,50.

FONTE: Adaptado de Fornell e Larcker (1981); Chin (1998); Hair Jr. *et al.* (2014).

A **validade discriminante** avalia o quanto um construto é diferente de outros construtos, ou seja, o quanto um se correlaciona com outros, bem como muitos indicadores representam somente um único construto. Isto posto, a validade discriminante avalia se apenas um construto deve capturar um determinado fenômeno, não sendo representado por outros construtos do modelo. Neste entendimento, Hair Jr. *et al.* (2014) descrevem duas medidas

para a validade discriminante: (i) Cargas transversais (*Cross Loadings*), considerado menos conservador e, o (ii) critério de Fornell e Larcker, considerado mais conservador.

Acerca das *Cross Loadings* ou cargas transversais, Hair Jr. *et al.* (2014) relatam que os pesos dos indicadores associados ao construto devem ser maiores que as cargas dos outros construtos (cargas cruzadas). Quando houver presença de cargas que excedem as cargas externas dos indicadores há problemas de validade discriminante. Por sua vez, o critério de Fornell e Larcker (1981) é outra forma de medir a validade discriminante, realizada por meio da comparação da raiz quadrada dos valores da AVE com as correlações das variáveis latentes. A raiz quadrada da AVE (cada construto) deve ser maior que sua maior correlação com outro construto. Caso o critério não seja atendido, pode-se extrair o indicador de um construto específico na tentativa de atender os critérios sugeridos, porém com cautela pois, uma vez que pode melhorar a confiabilidade ou validade discriminante, por outro lado, pode diminuir a validade de conteúdo (HAIR Jr. *et al.*, 2014).

Posteriormente, para a **avaliação do modelo estrutural** verifica-se os valores do coeficiente de determinação (R^2) que indica o percentual da variância da variável dependente que é explicado pelas variáveis independentes (BIDO *et al.*, 2010). De acordo com Hair Jr. *et al.*, (2014) este coeficiente é uma medida de validade preditiva do modelo e representa o percentual da variância dos construtos endógenos explicada por todos os construtos exógenos relacionados a ele. O valor resultante do R^2 varia entre 0 e 1 e quanto mais elevados sugerem maior poder explicativo. Quanto a serem aceitáveis ou não dependem da complexidade do modelo e dos objetivos da pesquisa (HAIR Jr. *et al.*, 2014).

Após a verificação destes procedimentos é realizada a confirmação estatística dos relacionamentos entre as variáveis e a confirmação das hipóteses da pesquisa, por meio da utilização de abordagem não paramétrica de reamostragem denominada *bootstrapping*. Esta abordagem em conformidade com o descrito por Hair Jr. *et al.* (2009, p. 21) é utilizada para “validar um modelo multivariado extraíndo-se um grande número de sub-amostras e estimando modelos para cada uma delas.” Ainda de acordo os referidos autores, o ideal é que se tenha pelo menos, 2000 replicações, com amostra de tamanho $N-1$, onde N é o tamanho da amostra original.

Para a confirmação das hipóteses de pesquisa analisam-se os *Path Coefficients – Sample Mean; Standard Deviation – STDEV* (Desvio Padrão); e *t-values*. Para a verificação dos valores das hipóteses pode-se considerar três valores críticos para t , sendo os níveis de erro Tipo I (5%, de 1% e de 0,1%), que indica o nível de probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando na verdade ela não é. Por fim, neste estudo todos os procedimentos relatados neste capítulo foram aplicados no tratamento dos dados de forma individualizada para cada mesorregião.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

4.1.1 Perfil dos respondentes

A coleta de dados desta investigação foi por meio da aplicação de questionários aos alunos concluintes dos cursos de ciências contábeis das IES públicas do Paraná (estaduais e federais). Para caracterizar os respondentes que compõem a amostra foram coletados dados sobre: (i) gênero; idade; estado civil; (ii) se é graduado em outro curso; (iii) fatores que influenciaram o respondente a cursar ciências contábeis; (iv) a satisfação com o curso; (v) se na família do respondente há alguém com formação superior e exerça alguma carreira da área de contabilidade; (vi) renda individual e da família; (vii) se está trabalhando, qual o ramo; (viii) se tem interesse de cursar pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e; por fim, (ix) se já trabalhou em alguma área da contabilidade. Estas características são evidenciadas por meio descritivo na forma de tabelas.

O questionário foi aplicado nas instituições de ensino previamente classificadas por regiões, utilizando a divisão por mesorregião paranaense, conforme critério do IPARDES. Retornaram 706 questionários preenchidos, dos quais foram validados 691 (97,80%). Segregando os respondentes por gênero, conforme detalhado na Tabela 1, 396 são do sexo feminino e 295 são do sexo masculino.

TABELA 1 – PERFIL DOS RESPONDENTES

Mesorregião	Feminino	Masculino	Total
Metropolitana de Curitiba	71	51	122
Centro Oriental	20	22	42
Norte Pioneiro	18	27	45
Norte Central	98	67	165
Noroeste	42	36	78
Oeste	32	24	56
Centro Ocidental	26	17	43
Sudoeste	32	17	49
Centro Sul	24	20	44
Sudeste	33	14	47
Total	396	295	691

FONTE: A Autora (2016)

Dos 691 respondentes, apenas nas mesorregiões Centro Oriental e Norte Pioneiro predominam os respondentes do gênero masculino - 22 e 27 questionários respectivamente -, em contraposição às do gênero feminino, 20 e 18 questionários respectivamente. Analisando o total dos respondentes, os dados agregados sugerem, para a amostra pesquisada, uma sutil mudança no perfil dos ingressantes quanto ao gênero. O gênero feminino representa 56,3% dos respondentes, bastante significativo em um curso com perfil predominantemente masculino.

Esta característica do perfil dos respondentes, ainda que limitada somente as instituições de ensino superior públicas (Estaduais e Federais), é alinhado aos achados da pesquisa do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sobre a atuação da mulher na profissão de

contabilidade. De acordo com os achados desta pesquisa, a participação da mulher apresenta uma curva de crescimento nos últimos anos. Reconhecendo a participação feminina, desde 1991 há um *locus* específico para as mulheres: “Encontro Nacional da Mulher Contabilista”. Segundo o CFC (2012), o evento, entre outras trata de questões específicas para este público.

Na sequência, a faixa etária dos respondentes está detalhada na Tabela 2. Os dados, por intervalo de nascimento estão segregados em quatro grupos etários: (i) de 20 a 24 anos (n= 432), (ii) de 25 a 34 anos (n= 224), (iii) de 35 a 44 anos (n= 29) e (iv) de 45 a 54 anos (n= 6).

TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES

Mesorregião	De 1961 a 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 1995
Metropolitana de Curitiba	0	10	50	62
Centro Oriental	2	1	9	30
Norte Pioneiro	0	2	14	29
Norte Central	1	5	51	108
Noroeste	1	2	14	61
Oeste	0	0	18	38
Centro Ocidental	1	2	18	22
Sudoeste	0	1	16	32
Centro Sul	0	5	13	26
Sudeste	1	1	21	24
Total	6	29	224	432

FONTE: A Autora (2016)

Conforme evidenciado na Tabela 2, referente à idade dos respondentes, predominam os formandos nascidos entre 1991 a 1995 [idade entre 20 e 24 na data da coleta de dados] em todas as mesorregiões, representando 62,5 % do total dos respondentes. Portanto, na amostra os dados sugerem que os alunos estão concluindo o curso de graduação mais jovens e, potencialmente, iniciando suas carreiras muito mais cedo.

Quanto ao estado civil dos respondentes, 531 alunos (76,85%) solteiros; 151 (21,85%) casados ou união estável; e 9 (1,3%) separados ou divorciados.

TABELA 3 – ESTADO CIVIL DOS RESPONDENTES

Mesorregião	Estado civil		
	Solteiro (a)	Casado (a)	Divorciado (a)
Metropolitana de Curitiba	85	33	4
Centro Oriental	32	10	-
Norte Pioneiro	37	7	1
Norte Central	135	29	1
Noroeste	66	11	1
Oeste	45	11	-
Centro Ocidental	29	13	1
Sudoeste	41	8	-
Centro Sul	28	16	-
Sudeste	33	13	1
Total	531	151	9

FONTE: A Autora (2016)

Os dados da Tabela 3 evidenciam as mesorregiões que concentram maior número de alunos casados comparados com os solteiros e divorciados, são a Centro Sul, a Centro Ocidental e a Sudeste.

Não é incomum, por diversos motivos, cursar uma segunda graduação e algumas vezes não são concluídas. A este respeito, a Tabela 4 detalha os dados coletados dos respondentes.

TABELA 4 – FORMAÇÃO DOS RESPONDENTES

Mesorregião	1ª graduação	2ª graduação	Outra graduação não concluída
Metropolitana de Curitiba	97	19	6
Centro Oriental	38	4	-
Norte Pioneiro	35	9	1
Norte Central	139	23	3
Noroeste	69	9	-
Oeste	51	5	-
Centro Ocidental	34	7	2
Sudoeste	42	5*	2
Centro Sul	40	4	-
Sudeste	42	3	2
Total	587	88	16

FONTE: A Autora (2016)

*Obs.: um respondente concluiu 2 cursos de graduação antes de cursar ciências contábeis.

Dos 691 respondentes de todas as regiões, 587 cursam ciências contábeis como primeira graduação. O restante, 88 alunos cursam sua 2ª graduação e um deles está completando sua 3ª graduação (anteriormente cursou Geografia e Matemática). Dentre os cursos anteriormente cursados pelos respondentes, destaca-se: Administração (n= 36); Letras (n= 7); Direito, Pedagogia e Economia (n= 6 cada); Matemática (n= 3); Jornalismo, Comércio Exterior e Geografia (n= 2 cada) e (n = 1) os seguintes cursos: Análise de Sistemas; Biologia; Ciências Licenciatura Plena; Educação Física; Engenharia Elétrica; Engenharia de Telecomunicações; Farmácia; Gestão Estratégica; Relações Internacionais; Sistemas de Informação e Turismo.

Em relação à satisfação com o curso de ciências contábeis, a percepção dos respondentes está detalhada na Tabela 5.

TABELA 5 – SATISFAÇÃO DOS RESPONDENTES COM O CURSO

Mesorregião	Totalmente insatisfeito	Insatisfeito	Nem insatisfeito, nem satisfeito	Satisfeito	Totalmente satisfeito
Metropolitana de Curitiba	2	8	31	76	5
Centro Oriental	1	6	16	23	-
Norte Pioneiro	0	3	15	22	1
Norte Central	1	8	48	98	10
Noroeste	1	2	19	48	8
Oeste	-	2	11	36	7
Centro Ocidental	1	3	7	29	3
Sudoeste	1	1	15	29	3
Centro Sul	-	2	6	35	1
Sudeste	-	3	7	35	2
Total	7	38	175	431	40

FONTE: A Autora (2016)

Conforme Tabela 5, dos 691 alunos respondente, 431 declaram estar “satisfeitos”, 175 estão “nem insatisfeito e nem satisfeito”. Nas opções de resposta, “totalmente satisfeito” e “insatisfeito” respectivamente 40 e 38 respondentes. Por fim, 7 estão “totalmente insatisfeitos”. Estes achados demonstram que, em sua maioria, os futuros bacharéis em contabilidade avaliam seus cursos de graduação positivamente, inferindo-se, portanto que o curso atendeu as expectativas dos mesmos.

Para muitos egressos ou formandos, a continuidade dos estudos em nível de pós-graduação é um projeto. Sobre o interesse dos respondentes em cursar pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu* na área de contabilidade, dos 691 respondentes os dados mostram que: (a) para 151 não há interesse de realização; (b) 295 querem cursar pós *lato sensu* em contabilidade e 56 em outra área; (c) 138 pensam em cursar pós *stricto sensu* na área de contabilidade e 26 em outra área. Há também aqueles formandos que declararam a intenção de cursarem programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* em outra área (n = 5); *lato sensu* em contabilidade e em outra área (n = 8); *lato sensu* em contabilidade e *stricto sensu* em outra área (n = 1); *lato* e *stricto sensu* em contabilidade (n = 13); *stricto sensu* em contabilidade e *lato sensu* em outra área (n = 1).

4.1.2 Características econômicas e profissionais dos respondentes

Neste tópico são apresentadas as características econômicas e profissionais dos respondentes como: renda familiar e individual; ramos de trabalho atual e se já trabalhou em alguma área da contabilidade ou não.

No que concerne aos rendimentos familiares, os dados estão evidenciados na Tabela 6.

TABELA 6 – RENDAS FAMILIARES DOS RESPONDENTES

Mesorregião	até 3 salários	até 4 salários	até 5 salários	até 6 salários	acima de 6 salários
Metropolitana de Curitiba	19	20	15	16	52
Centro Oriental	8	8	8	8	10
Norte Pioneiro	14	10	5	5	11
Norte Central	30	34	23	28	50
Noroeste	19	21	8	15	15
Oeste	16	9	10	7	14
Centro Ocidental	15	8	3	7	10
Sudoeste	16	6	7	1	19
Centro Sul	8	16	7	5	8
Sudeste	21	11	7	6	2
Total	166	143	93	98	191

FONTE: A Autora (2016)

Em cinco mesorregiões (Norte Pioneiro, Oeste, Centro Ocidental, Sudoeste e Sudeste) a renda familiar predominante é de até 3 salários mínimos. Em duas mesorregiões (Noroeste e Centro Sul) a renda familiar é de até 4 salários. Nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Centro Oriental e Norte Central a renda familiar preponderante é acima de 6 salários mínimos. Este último achado pode ser justificado pelo fato de que principalmente as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central alocarem as cidades com maior desenvolvimento econômico do estado, como Curitiba e região; Londrina e Maringá respectivamente (IPARDES, 2015).

Também foi perguntado aos alunos a respeito de sua vida profissional, se estão atualmente trabalhando ou não, e se sim é na área da contabilidade ou não. Do total dos respondentes, 49 não estão trabalhando, 364 deles exercem funções na área de contabilidade e 278 trabalham em funções pertinentes a outras áreas do conhecimento.

A Tabela 7 detalha a renda dos respondentes que informaram estar trabalhando:

TABELA 7 – RENDA INDIVIDUAL DOS RESPONDENTES

Mesorregião	até 2 salários	até 3 salários	até 4 salários	até 5 salários	acima de 5 salários	*nenhum rendimento
Metropolitana de Curitiba	35	35	20	12	13	7
Centro Oriental	26	10	1	2	-	3
Norte Pioneiro	35	4	2	2	1	1
Norte Central	78	46	12	8	7	14
Noroeste	45	17	5	3	-	8
Oeste	23	20	5	2	3	3
Centro Ocidental	25	8	4	1	3	2
Sudoeste	15	21	4	4	3	2
Centro Sul	25	11	3	-	1	4
Sudeste	16	11	7	6	2	5
Total	323	183	63	40	33	49

FONTE: A Autora (2016)

*Obs.: Não estavam trabalhando

Entre os respondentes, a maior concentração de renda é na faixa salarial de até 2 salários mínimos com 323 respondentes. Com relação aos maiores salários (acima de 5 salários) destaca-se as mesorregiões Metropolitana de Curitiba e Norte Central com as maiores quantidades de respondentes, sendo 13 e 7 respectivamente.

De acordo com os dados coletados, os respondentes atuam profissionalmente nos seguintes setores: (a) no setor de serviços: n = 339, (b) setor industrial: n= 103, (c) setor de comércio: n= 98, (d) setor público: n= 89 e (e) terceiro setor: n= 17. O fato de estar cursando graduação em ciências contábeis não significa que todos estão exercendo funções em atividades correlatas. Sobre isso, 166 respondentes informaram que nunca trabalharam na área de contabilidade. Por outro lado, dos que informaram já ter trabalhado/trabalham na área, foram/estão em sua maioria nas funções do setor contábil e fiscal de empresas e escritórios de contabilidade. Dentre as outras funções na área de contabilidade, as mais destacadas foram controladoria, contabilidade gerencial e contabilidade pública.

Na sequência apresenta-se os procedimentos iniciais aplicados na preparação dos dados para posterior emprego da técnica de Modelagem de Equações Estruturais.

4.2 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados compreende as análises univariadas, bivariadas e multivariadas, análise fatorial e Modelagem de Equação Estrutural, utilizando os *softwares* SPSS versão 20.0©, AMOS versão 20.0©, e SmartPLS versão 2.0®. Antecedendo o tratamento dos dados, na etapa de preparação, foram realizados os testes relativos à identificação de *outliers* uni e

multivariados, a normalidade dos dados e a variância, como requisito para o processamento da análise fatorial e equações estruturais.

Na fase de preparação dos dados, as questões do instrumento de pesquisa foram ordenadas por construto, conforme Tabela 8.

TABELA 8 - ORDEM DAS QUESTÕES PARA TRATAMENTO DOS DADOS

Construto	Item no questionário	Ordem de tratamento	Construto	Item no questionário	Ordem de tratamento
Atitude	Questão 1	ATIT1	Normas Subjetivas	Questão 4	NS1
	Questão 2	ATIT2		Questão 8	NS2
	Questão 3	ATIT3		Questão 11	NS3
	Questão 12	ATIT4		Questão 17	NS4
	Questão 14	ATIT5		Questão 23	NS5
	Questão 16	ATIT6		Questão 24	NS6
	Questão 18	ATIT7		Questão 5	NS7
	Questão 19	ATIT8			
Construto	Item no questionário	Ordem de tratamento	Construto	Item no questionário	Ordem de tratamento
Controle Comportamental Percebido	Questão 6	CCP1	Intenção	Questão 15	INTEN1
	Questão 7	CCP2		Questão 21	INTEN2
	Questão 9	CCP3		Questão 25	INTEN3
	Questão 20	CCP4		Questão 22	INTEN4
	Questão 13	CCP5			
	Questão 10	CCP6			

FONTE: A Autora (2016)

Primeiramente, foi realizada uma inspeção para identificar os dados faltantes ou ausentes (*missing values*). Não foram observados dados ausentes decorrentes da estratégia utilizada para coletar os dados. Todos os questionários – em todas as instituições de ensino, nas mesorregiões – foram aplicados presencialmente. Assim, no momento da entrega o “aplicador” fazia uma verificação e caso necessário, imediatamente pedia para o respondente complementar.

Ainda na etapa de preparação dos dados, foram feitos testes de verificação da normalidade das variáveis como requisito para os testes estatísticos univariados e multivariados (HAIR Jr., *et al.*, 2009). Foram aplicados os testes de *Shapiro-Wilk* e *Kolmogorov-Smirnov* para testar a hipótese de distribuição normal dos dados coletados. No caso de amostras menores (<50 casos), como é o caso da maioria das mesorregiões, o teste *Shapiro-Wilk* é mais poderoso. Os resultados dos testes (vide Apêndice 3) indicam desvio na distribuição dos dados em relação à curva normal, revelando a **não normalidade** da distribuição.

Para identificar *outliers*, foi utilizado o critério da distância *Mahalanolis* (D^2). O resultado deste teste apresenta a distribuição qui-quadrado com k graus de liberdade (número de variáveis analisadas). Segundo Hair Jr. *et al.* (2005) a distância *Mahalanobis* é a forma padronizada de distância euclideana e funciona como resposta de escalonamento em termos de desvios-padrão. Na aplicação desse teste, os dados são padronizados, por meio de ajustes feitos para intercorrelações entre as variáveis. Deste modo, as distâncias *Mahalanobis* foram testadas com base na distribuição qui-quadrado e para um nível de significância de 0,05.

Não foi identificado *outliers* nas mesorregiões 2 (Centro Oriental), 3 (Norte Pioneiro), 6 (Oeste), 7 (Centro Ocidental), 8 (Sudoeste), 9 (Centro Sul) e 10 (Sudeste). Por outro lado, nas mesorregiões 1 (Metropolitana de Curitiba), 4 (Norte Central) e 5 (Nordeste) foram encontrados 18, 16 e 1 *outliers* respectivamente. Nesse cenário de preparação de dados, após minuciosa análise optou-se por não excluir os *outliers* da amostra final, fundamentado no fato de que os processamentos estatísticos, com e sem *outliers* não resultou em diferenças significativas.

Para análise dos dados e teste das hipóteses de pesquisa, esta investigação utiliza a Modelagem de Equações Estruturais. Porém, antes da sua efetiva utilização faz-se necessário o emprego da análise fatorial exploratória, processando os dados por regiões e construtos (atitude, norma subjetiva, controle comportamental percebido e intenção). O processo foi realizado em dois momentos: (i) primeiro, a análise fatorial foi processada sem fixar número de fatores, identificando-se até três fatores com valores próprios (*eigenvalue*) superiores a 1 (*Critério de Kaiser*); (ii) segundo, novo processamento da fatorial, desta vez fixando o número de 1 fator superior a 1 (*Critério de Kaiser*). Nessa “rodada” constatamos indicadores com baixas cargas de comunalidades, individualmente retirados e os processamentos repetidos diversas vezes até o cumprimento de todos os pressupostos. Ao final, resultaram nos seguintes indicadores por construto e mesorregião.

TABELA 9 – SÍNTESE DOS INDICADORES POR MESORREGIÃO E NO TOTAL

Mesorregião	Atitude	Norma Subjetiva	Controle Comp. Percebido	Intenção
Metropolitana de Curitiba	1, 2, 3, 8	4, 5, 6	1, 2, 4	1, 2, 3, 4
Centro Oriental	1, 2, 6, 8	2, 3, 4, 6, 7	1, 2, 4, 5	1, 2, 3, 4
Norte Pioneiro	1, 2, 3	1, 2, 4, 6	1, 3, 4, 6	1, 2, 4
Norte Central	1, 2, 3, 8	3, 4, 5, 6	1, 2, 4, 5	1, 2, 3, 4
Noroeste	2, 3, 8	4, 5, 6	1, 4, 5	1, 2, 3, 4
Oeste	2, 3, 8	3, 4, 5, 6	1, 2, 4	1, 2, 3, 4
Centro Ocidental	2, 3, 4	1, 3, 7	1, 2, 4, 5	1, 2, 3, 4
Sudoeste	1, 2, 3, 8	2, 4, 6	1, 2, 4, 5	1, 2, 3, 4
Centro Sul	1, 2, 3, 8	2, 5, 6	1, 2, 4	1, 2, 4
Sudeste	1, 2, 8	1, 3, 4, 5, 6	1, 2, 4, 6	1, 2, 3, 4
Amostra total - estado	1, 2, 3, 4, 8	2, 4, 5, 6	1, 2, 3, 4, 5, 6	1, 2, 3, 4

FONTE: A Autora (2016)

Conforme detalhado na Tabela 9, todos os construtos perderam indicadores, a maioria em atitude, norma subjetiva e controle comportamental percebido, perdendo até 4 questões. Ressalta-se que para o construto intenção, a única variável excluída foi a “Inten3” referente à questão “*Eu pretendo conseguir um bom emprego na área de contabilidade após a conclusão do curso*” nas mesorregiões 3 (Norte Pioneiro) e 9 (Centro Sul). Esses achados sugerem, que nestas regiões, a procura por emprego na área de contabilidade não é uma prioridade para os formandos.

Para o construto atitude, percebe-se que os indicadores 5 (*Eu acho que o trabalho das carreiras na área da contabilidade não proporciona resultados significativos – remuneração, benefícios*) e o 7 (*Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade exige aptidão – vocação*) não foram validados em nenhuma das regiões. Uma possível justificativa para este fato é que o indicador 5 foi elaborado de forma negativa (não) com o propósito de

testar a atenção dos alunos no momento das respostas e para assim não enviesar o instrumento. Já a “Atit7” remete a inferir que os alunos entendem que para ser um profissional da contabilidade não precisa ser por aptidão.

Ainda com relação aos indicadores da atitude, destaca-se que o 2 (*Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade gratificante*) foi validado em todas as regiões. Já os demais indicadores mais encontrado foram: (i) o 3 (*Eu acho que o trabalho das carreiras na área da contabilidade proporciona satisfação profissional*) e o 8 (*Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade interessante*) destacado em 8 mesorregiões cada; (ii) o 1 (*Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade valioso*) apontado em 7 das 10 regiões estudadas. Por fim os indicadores 4 e 6 (respectivamente “*Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade tem alto status-prestígio*” e “*Eu acho que o mercado de trabalho tem bastante oportunidade para as carreiras na área de contabilidade*”) foram evidenciados nas mesorregiões Centro Ocidental e Centro Oriental concomitantemente. Com estes achados verifica-se que a manifestação das crenças de sentimentos e satisfação, ambas intrínsecas ao indivíduo foram as mais proeminentes.

Para o construto, norma subjetiva, todos os indicadores foram validados em pelo menos uma das regiões. O indicador mais encontrado foi o 6 (*Os profissionais da área me influenciam a seguir uma carreira na área de contabilidade*) constatado em 9 mesorregiões; o 4 (*Meus amigos me influenciam a seguir carreira na área de contabilidade*) contemplado em 8 amostras; o 5 (*Meu namorado/esposo(a) me influencia a seguir carreira na área de contabilidade*) sublinhado em 6 regiões; o 3 (*Meus parentes (irmãos, tios, primos) me influenciam a seguir carreira na área de contabilidade*) percebido em 5 mesorregiões. Por fim, aqueles destacados em menos de 5 regiões foram os indicadores 2, 1 e 7 (“*Meu(s) professor(es) me influencia(m) a seguir uma carreira na área de contabilidade*”, “*Meus pais me influenciam a seguir uma carreira na área de contabilidade*” e “*Eu acredito que os profissionais da área de contabilidade são admirados e respeitados na sociedade*”). Por meio destas informações pode-se ranquear os referentes mais citados pelos respondentes: (1º) profissionais da área; (2º) amigos; (3º) namorado/esposo(a); (4º) parentes (irmãos, tios, primos); (5º) professor(es); e (6º) pais.

Quanto ao construto do controle comportamental percebido acentua-se a validação em todas as mesorregiões dos indicadores 1 e 4 (“*Eu tenho educação/preparo suficiente para seguir uma carreira na área de contabilidade*” e “*Eu tenho forte crença no meu conhecimento contábil para seguir uma carreira na área de contabilidade*”). Na sequência, o indicador 2 (*Eu tenho experiência prática suficiente para seguir uma carreira na área de contabilidade*) foi evidenciado em 8 mesorregiões; o indicador 5 (*Eu acredito que se tiver oportunidade posso executar muito bem os trabalhos de uma carreira na área de contabilidade*) apontado em 5 amostras. Por fim, os indicadores 6 e 3 (“*Eu não tenho confiança na minha capacidade de executar os trabalhos em uma carreira na área de contabilidade*” e “*Eu acredito que meu conhecimento em contabilidade não é suficiente para seguir uma das carreiras*”) foram observados em duas e uma mesorregião respectivamente. Salienta-se que, possivelmente, estes dois últimos indicadores podem ter sido comprometidos por serem colocados de forma negativa aos respondentes com o intuito de testar a atenção dos mesmos.

Com base nestes indicadores finais, na Tabela 10 detalhamos os resultados da análise fatorial para cada mesorregião e também para a amostra total (estado).

TABELA 10 – ANÁLISE FATORIAL DE TODAS AS MESORREGIÕES E DA AMOSTRA TOTAL

Mesorregião 1 – Metropolitana de Curitiba				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,740	64,84%	4	0,817
Norma Subjetiva	0,631	64,20%	3	0,719
Controle Comp. Percebido	0,712	76,96%	3	0,850
Intenção	0,823	81,93%	4	0,925
Mesorregião 2 – Centro Oriental				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,742	67,94%	4	0,823
Norma Subjetiva	0,748	52,68%	5	0,774
Controle Comp. Percebido	0,744	69,79%	4	0,854
Intenção	0,779	85,36%	4	0,942
Mesorregião 3 – Norte Pioneiro				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,683	89,86%	3	0,783
Norma Subjetiva	0,713	58,98%	4	0,766
Controle Comp. Percebido	0,532	67,75%	4	0,839
Intenção	0,665	80,79%	3	0,880
Mesorregião 4 – Norte Central				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,780	66,92%	4	0,835
Norma Subjetiva	0,683	54,12%	4	0,717
Controle Comp. Percebido	0,799	73,21%	4	0,877
Intenção	0,846	84,67%	4	0,939
Mesorregião 5 – Noroeste				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,613	69,26%	3	0,771
Norma Subjetiva	0,689	66,01%	3	0,742
Controle Comp. Percebido	0,719	74,52%	3	0,829
Intenção	0,832	89,45%	4	0,961
Mesorregião 6 – Oeste				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,683	77,81%	3	0,856
Norma Subjetiva	0,831	74,00%	4	0,883
Controle Comp. Percebido	0,682	73,80%	3	0,822
Intenção	0,819	79,64%	4	0,913
Mesorregião 7 – Centro Ocidental				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,671	70,64%	3	0,790
Norma Subjetiva	0,653	66,00%	3	0,740
Controle Comp. Percebido	0,826	73,53%	4	0,880
Intenção	0,696	82,02%	4	0,925
Mesorregião 8 – Sudoeste				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,733	64,23%	4	0,810
Norma Subjetiva	0,613	63,74%	3	0,711

Controle Comp. Percebido	0,735	63,85%	6	0,808
Intenção	0,814	84,29%	4	0,937
Mesorregião 9 – Centro Sul				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,713	62,74%	4	0,800
Norma Subjetiva	0,671	62,90%	3	0,705
Controle Comp. Percebido	0,678	66,66%	3	0,749
Intenção	0,730	87,16%	3	0,926
Mesorregião 10 - Sudeste				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,717	75,44%	3	0,837
Norma Subjetiva	0,838	64,60%	5	0,855
Controle Comp. Percebido	0,805	68,12%	4	0,844
Intenção	0,712	70,89%	4	0,86
Amostra Total - estado				
Dimensões	KMO	Variância Explicada	Itens da Escala	Alfa de Cronbach
Atitude	0,802	57,02%	5	0,806
Norma Subjetiva	0,748	55,84%	4	0,734
Controle Comp. Percebido	0,811	54,11%	6	0,827
Intenção	0,831	82,31%	4	0,928

FONTE: A Autora (2016)

Fundamentando-se nos dados realçados na Tabela 10, salienta-se que em todas as mesorregiões a análise fatorial tem variância explicada total acima de 50% e com *KMO* superior a 0,5. Com isso, certifica-se que a aplicação do referido procedimento estatístico é apropriado.

Na sequência, procedeu-se a realização dos testes da técnica de modelagem das equações estruturais.

4.3 ACHADOS SOBRE A INTENÇÃO DE SEGUIR CARREIRA NA ÁREA DE CONTABILIDADE

A seguir, suportado pela Modelagem de Equações Estruturais, a avaliação do modelo, os achados e respectivas discussões são realizadas por mesorregião e também para a amostra total (estado).

4.3.1 Mesorregião 1 – Metropolitana de Curitiba

Iniciamos analisando a validade convergente. Esta análise é fundamentada na variância média extraída (VME – ou AVE *Average Variance Extracted*) por evidenciar a variância compartilhada entre os indicadores de cada uma das variáveis latentes ou construtos do modelo (HAIR Jr. *et al.*, 1998). Em conjunto a AVE, devem ser analisados os valores da confiabilidade composta, do Alfa de Cronbach e do R^2 conforme apresentado na Tabela 11. Ademais, deve-se avaliar também a validade ou adequação do modelo por meio da validade discriminante.

TABELA 11 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6423	0,8774	-	0,8167
CCP	0,7681	0,9085	-	0,8497
INTEN	0,8192	0,9476	0,5444	0,9255
NS	0,6358	0,8375	-	0,7186
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8014			
CCP	0,4548	0,8764		
I NTEN	0,6272	0,5831	0,9051	
NS	0,3543	0,2566	0,4420	0,7974

FONTE: A Autora (2016)

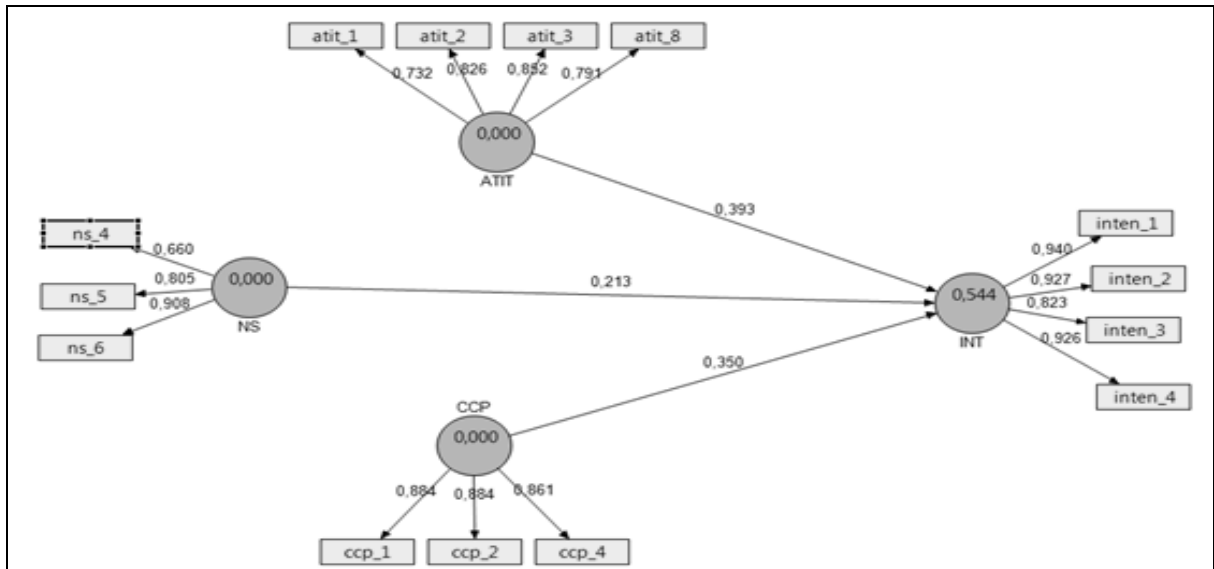
Ressalta-se que os indicadores do questionário validados pelo modelo na análise fatorial para a mesorregião Metropolitana de Curitiba, foram: Atitude (1, 2, 3, 8); Norma subjetiva (4, 5, 6), Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4) e Intenção (1, 2, 3, 4) conforme testado no PLS.

Isto posto, destaca-se na Tabela 11, os resultados da avaliação do modelo, sendo para AVE todos os valores acima de 0,50 evidenciando a validade convergente e refletindo a quantia geral de variância dos indicadores explicada pelos construtos. Complementarmente aos coeficientes da AVE, observa-se os valores da confiabilidade composta que avalia se o indicador mensurou adequadamente os construtos, e para esta medida Hair Jr. *et al.* (2009) sugerem que, valores iguais ou superiores a 0,70 são considerados satisfatórios. Logo, verifica-se que este critério foi atendido, pois todos os valores estão no intervalo compreendido entre 0,8375 e 0,9476.

Quanto à validade discriminante, Fornell e Larcker (1981), apregoam que ela é confirmada quando o valor da raiz quadrada da AVE é maior que os valores absolutos das correlações com as demais variáveis latentes. Assim sendo, constata-se que as variáveis latentes satisfazem essa condição, ou seja, há validade discriminante nos dados analisados.

Na Figura 8, são realçados os relacionamentos estruturais das variáveis conforme resultados relatados.

FIGURA 8 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Na sequência, são analisados as relações ou caminhos (*Path*), que verifica a relação estabelecida entre dois construtos e a sua significância estatística (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

TABELA 12 – RESULTADOS DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 1 “METROPOLITANA DE CURITIBA”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INT	0,3925	16,64	H1	0,0000
NS -> INT	0,2132	13,201	H2	0,0000
CCP -> INT	0,3499	16,646	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

De acordo com a Tabela 12, todas as variáveis latentes apresentaram valores *t* estatisticamente significativos acima de 1,96 para os coeficientes de caminho, indicando significância para todas as hipóteses. Por conseguinte, nesta amostra as variáveis (Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido) são preditoras positivas e estatisticamente significativas da intenção, corroborando assim a literatura da TCP.

4.3.2 Mesorregião 2 – Centro Oriental

Para a mesorregião 2, Centro Ocidental, os indicadores que permaneceram após a aplicação do procedimento de análise fatorial foram: Atitude (1, 2, 6, 8); Norma subjetiva (2, 3, 4, 6, 7), Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4, 5) e Intenção (1, 2, 3, 4). Com estes dados, foram aplicadas as técnicas das Equações Estruturais conforme resultados obtidos e demonstrados a seguir:

TABELA 13 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,599	0,8557	-	0,7766
CCP	0,6833	0,8955	-	0,8540
INTEN	0,8532	0,9587	0,5977	0,9423
NS	0,5143	0,8386	-	0,7742
Validade Discriminante				
	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,7740			
CCP	0,7352	0,8266		
INTEN	0,7192	0,7205	0,9237	
NS	0,5723	0,5087	0,4662	0,7171

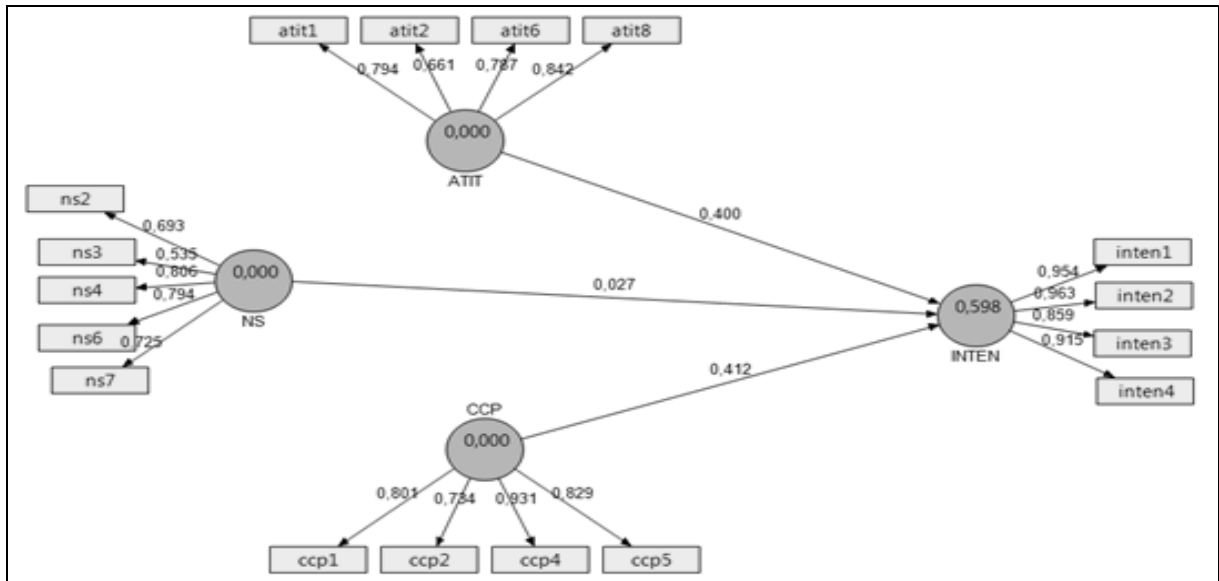
FONTE: A Autora (2016)

A Análise da Confiabilidade Composta de cada construto, cujo índice deve ser igual ou superior a 0,7 assim como o Alfa de Cronbach, os quais têm a função de avaliar se o indicador mensurou adequadamente os construtos, foi validada (FORNELL; LARCKER, 1981; HAIR Jr *et al.*, 2005). Se uma variável latente não atender a um destes dois critérios, deve ser removida, porém nesse estudo aceitam-se os indicadores para cada construto, pois a menor carga foi de 0,7442 para Norma Subjetiva. Com isso, confirmam-se os indicadores selecionados quando da aplicação do procedimento de Análise Fatorial Exploratória.

A Variância Média Extraída (AVE) foi superior a 0,5 para todas as variáveis latentes (HAIR Jr. *et al.*, 2009). Isso indica a validade convergente e reflete a quantia geral de variância nos indicadores, explicada pelo construto latente. Concomitante, outro aspecto verificado foi a validade discriminante, em que foi utilizado o critério sugerido por Fornell e Larcker (1981), Chin (1998) e Bido *et al.* (2009), comparando-se a raiz quadrada da AVE com as correlações entre as variáveis latentes. Nota-se que todas as correlações são menores que a raiz quadrada da AVE, confirmando que os indicadores têm relação mais forte com sua variável latente (construto) do que com as outras. Logo, o modelo desta região tem validade discriminante.

A próxima etapa, desenvolvida conforme orientação de Hair Jr. *et al.* (2005), foi a verificação dos valores de R², que demonstra a porcentagem de variância de uma variável latente que é explicada por outras variáveis latentes. Os valores do R² fornecem uma medida relativa de ajuste para cada equação estrutural, bem como são fornecidos apenas para variáveis latentes endógenas. A Tabela 11 indica que o R² entre os construtos foi de 0,5977 ou 59,77%, sugerindo um forte poder explicativo para os mesmos.

FIGURA 9 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Posteriormente, são analisados as relações ou caminhos (*Path*) do modelo da região Centro Oriental.

TABELA 14 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 2 “CENTRO ORIENTAL”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,384	14,144	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,072	5,3799	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,408	18,045	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Avaliando a significância e a relevância do modelo estrutural por meio do coeficiente de caminho, as relações de todos os construtos (Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido com a Intenção) apresentaram nível de significância relevante (HAIR Jr., *et al.*, 2014). Ademais, todos os valores são positivos, indicando influência positiva entre a Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido na Intenção dos alunos em seguir carreira na área contábil.

4.3.3 Mesorregião 3 – Norte Pioneiro

Sob os indicadores: Atitude (1, 2, 3); Norma subjetiva (1, 2, 4, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 3, 4, 6) e Intenção (1, 2, 4) foram aplicados os procedimentos de Equações Estruturais, conforme resultados apresentados na Tabela 15.

TABELA 15 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6068	0,8127	-	0,7834
CCP	0,6763	0,8928	-	0,8389
INTEN	0,8055	0,9254	0,3307	0,8796
NS	0,5887	0,850	-	0,7662
Validade Discriminante				
	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,7790			
CCP	0,0617	0,8224		
INTEN	0,0337	0,5734	0,8975	
NS	0,3456	0,1331	0,1156	0,7673

FONTE: A Autora (2016)

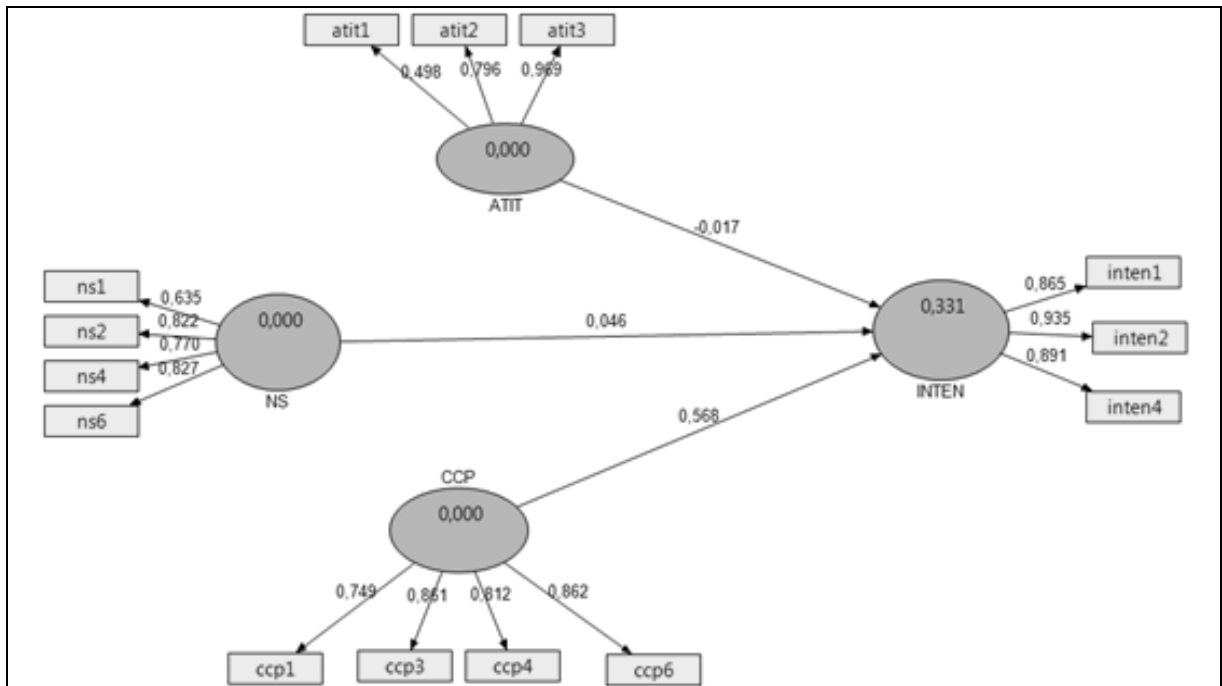
A AVE indica se o percentual de variação explicada dos indicadores é suficientemente grande para evidenciar se existe qualidade na mensuração, e os valores recomendados devem ser superiores a 0,50. Tal requisito foi atendido pelo modelo da mesorregião do Norte Pioneiro.

Para avaliar a consistência interna dos resultados individuais das variáveis latentes, foi calculado o Alfa de Cronbach que determina a expectativa de erro da medida feita considerando que, quanto mais próximo de 1,00, menor a expectativa de erro e maior a confiabilidade do instrumento (HAIR Jr. *et al.*, 2005). Neste entendimento, todos os valores atenderam as recomendações sendo o menor deles para o construto Norma Subjetiva com 0,7662.

Para avaliação da validade discriminante, que pode ser observada por duas formas, sendo a primeira quando os indicadores possuem cargas mais altas em suas variáveis latentes (VL) do que em qualquer outra VL, ou quando a raiz quadrada da AVE for maior que as correlações entre as demais VL (CHIN, 1998). Nesta segunda forma, compararam-se os valores da raiz quadrada da AVE de cada construto com o seu índice de correlação com todos os construtos. Face a estes entendimentos, percebe-se, que ocorre a validade discriminante em ambas as formas, uma vez que as correlações entre as variáveis latentes são menores que a raiz quadrada da AVE conforme evidenciado na Tabela 13 e também por não apresentar cargas das variáveis latentes mais baixas que as outras.

A Figura 10 evidencia os relacionamentos estruturais das variáveis.

FIGURA 10 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Para verificar a confirmação das hipóteses da pesquisa, utilizou-se a abordagem não paramétrica de reamostragem *bootstrapping*. Optou-se por rodar o modelo com o máximo de repetições possíveis (2000), estimando a significância por meio da simulação *bootstrapping* já que a amostra é composta por 45 observações e 3 variáveis latentes no modelo. Os resultados obtidos podem ser verificados na Tabela 16, para a mesorregião 3.

TABELA 16 – RESULTADO DO PATH COEFICIENTE – MESORREGIÃO 3 “NORTE PIONEIRO”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	-0,017	0,6619	H1	0,5082
NS -> INTEN	0,046	1,7271	H2	0,0845
CCP -> INTEN	0,568	29,498	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Constata-se pela análise de caminhos que as variáveis latentes Atitude (ATIT) e Norma Subjetiva (NS) não foram confirmadas como antecedentes da intenção dos alunos de seguir uma carreira na área da contabilidade em nível de significância estatística de 1%. A variável NS pode ser considerada antecedente positivo caso avaliada em nível de significância de 10%. Já a atitude, além de não ser estatisticamente significativa ainda mostrou-se um preditor negativo para a intenção, permitindo depreender que os alunos desta mesorregião possuem atitudes negativas em relação ao exercício de alguma carreira contábil. Ademais, tais achados podem justificar o R^2 tão baixo comparado com os encontrados para as outras mesorregiões.

4.3.4 Mesorregião 4 – Norte Central

Para a análise da mesorregião Norte Central, com uma amostra de 165 respondentes obteve-se os seguintes indicadores após a Análise Fatorial: Atitude (1, 2, 3, 8); Norma Subjetiva (3, 4, 5, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4, 5) e Intenção (1, 2, 3, 4). Sob estes, testou-se

a validade convergente, análise de consistência interna e validade discriminante quando avaliados no modelo de equações estruturais.

TABELA 17 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”

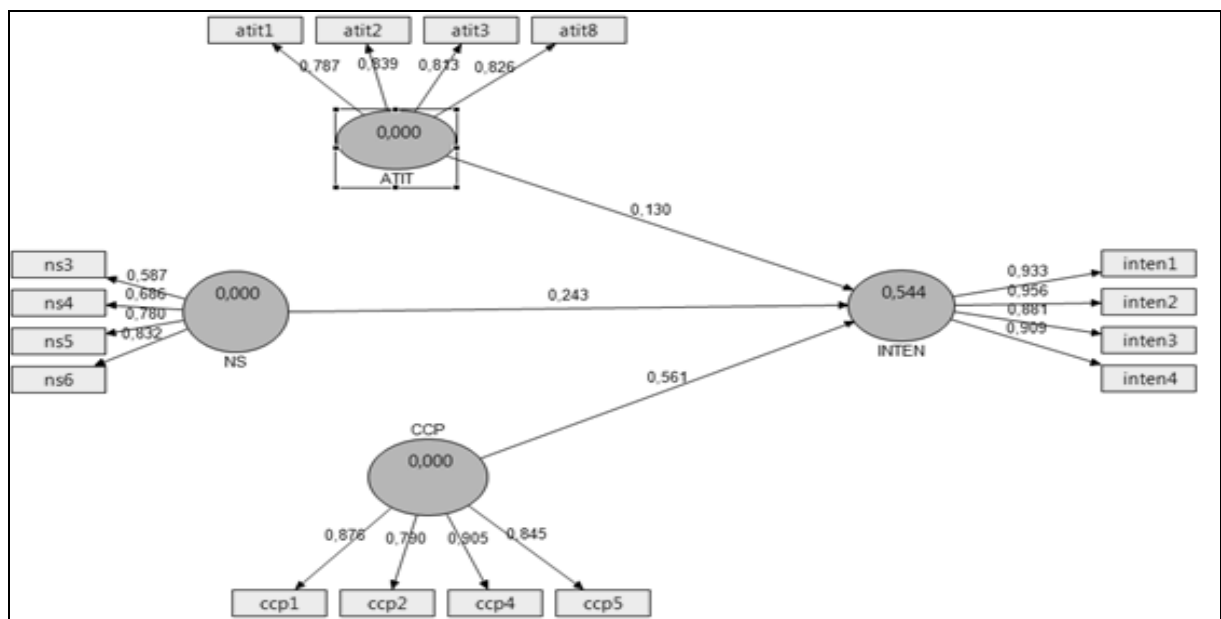
Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6663	0,8887	-	0,8345
CCP	0,7312	0,9157	-	0,8773
INTEN	0,8465	0,9566	0,5443	0,9393
NS	0,5291	0,8155	-	0,7166
Validade Discriminante				
	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8163			
CCP	0,4583	0,8551		
INTEN	0,4282	0,6883	0,9201	
NS	0,1702	0,2798	0,4223	0,7274

FONTE: A Autora (2016)

Para a consistência interna do modelo verifica se os itens de cada fator estão caminhando juntos e se estão medindo bem alguma coisa. Assim, a verificação da homogeneidade do conjunto de itens das escalas foi realizada por meio do Alfa de Cronbach, e como medida complementar, calculou-se a confiabilidade composta de cada construto, a fim de testar se um mesmo fator está consistentemente subjacente ao conjunto de itens. Para ambas as medidas, os valores recomendados foram confirmados.

Em relação à validade convergente e a validade discriminante, sendo a primeira mensurada pela variância média extraída (AVE) e a segunda pela raiz quadrada da AVE que deve ser maior que as correlações entre as demais variáveis latentes, também foram atendidas. Assim, de modo a suplementar estes achados, apresenta-se a Figura 11 que evidencia os relacionamentos estruturais das variáveis.

FIGURA 11 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Outro aspecto observado foi o teste *t* para o caminho (*path*) utilizado no modelo, sendo aceitáveis aqueles acima de 1,96, conforme Hair Jr. *et al.* (2005). Para isso, efetuou-se a análise de *bootstrapping*, gerando *n* = 2000 sub-amostras diferentes, cada uma com *n* = 165 observações, como recomendado por Hair Jr. *et al.* (2005). A análise de relação é demonstrada na Tabela 18.

TABELA 18 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 4 “NORTE CENTRAL”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,13	7,2069	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,243	16,722	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,561	33,835	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Conforme Tabela 18, todas as variáveis latentes apresentaram valores acima de 1,96 para os coeficientes de caminho, apresentando significância para todas. Ressalta-se assim a influência positiva das variáveis preditoras sob a intenção dos respondentes.

4.3.5 Mesorregião 5 – Noroeste

Na mesorregião Noroeste, sob os indicadores: Atitude (2, 3, 8); Norma subjetiva (4, 5, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 4, 5) e Intenção (1, 2, 3, 4) obteve-se os seguintes resultados quando da aplicação dos procedimentos de equações estruturais:

TABELA 19 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6581	0,8521	-	0,7714
CCP	0,7397	0,8948	-	0,8289
INTEN	0,8944	0,9713	0,6276	0,9607
NS	0,6573	0,8516	-	0,7422
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8112			
CCP	0,5534	0,8601		
INTEN	0,6383	0,7000	0,9457	
NS	0,3496	0,3706	0,5092	0,8107

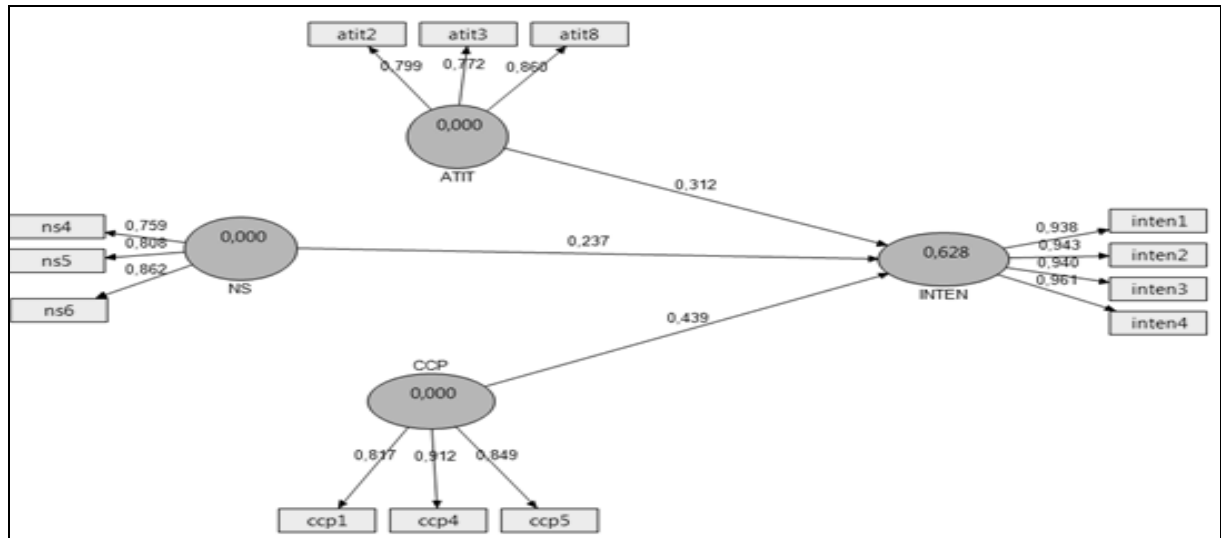
FONTE: A Autora (2016)

Ao se avaliar a validade convergente, obtida pelas observações das Variâncias Médias Extraídas (*Average Variance Extracted* - AVE), utilizando o critério de Fornell e Larcker (1981), observou-se que este foi atendido pelos resultados evidenciados na Tabela 19.

Em relação aos indicadores de Confiabilidade Composta (CC) que na literatura são recomendados para que tenham valores acima de 0,60 e o Alfa de Cronbach acima de 0,7 (FORNELL; LARCKER, 1981), observa-se em que todos os construtos possuem valores adequados neste sentido, pois o indicador mais baixo de CC é 0,8516. Ademais, os coeficientes do Alfa de Cronbach também atendem o recomendado pela literatura.

Ainda na Tabela 19 observa-se o cumprimento dos critérios da validade discriminante já que todos os elementos da diagonal são os maiores das respectivas linhas e colunas. Deste modo, demonstra-se na Figura 12 os relacionamentos estruturais das variáveis.

FIGURA 12 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Os indicadores de ajuste mostram que o modelo está adequado, não ensejando modificações. Assim, pode-se observar os coeficientes de regressão estrutural, como segue na Tabela 20.

TABELA 20 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 5 “NOROESTE”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,312	16,741	H1	0,0000
CCP -> INTEN	0,439	19,882	H3	0,0000
NS -> INTEN	0,237	13,878	H2	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Consoante a Tabela 20 é possível observar que todas as variáveis preditoras influenciam positivamente e estatisticamente significativa na intenção, como nas relações: Atitude > Intenção; Norma Subjetiva > Intenção; e Controle Comportamental Percebido > Intenção. Estes achados respaldam o R² encontrado de 62,80%.

4.3.6 Mesorregião 6 – Oeste

Os indicadores do questionário validados pelo modelo na análise fatorial foram: Atitude (2, 3, 8); Norma subjetiva (3, 4, 5, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4) e Intenção (1, 2, 3, 4) conforme testado no PLS para a mesorregião Oeste.

TABELA 21 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 6 “OESTE”

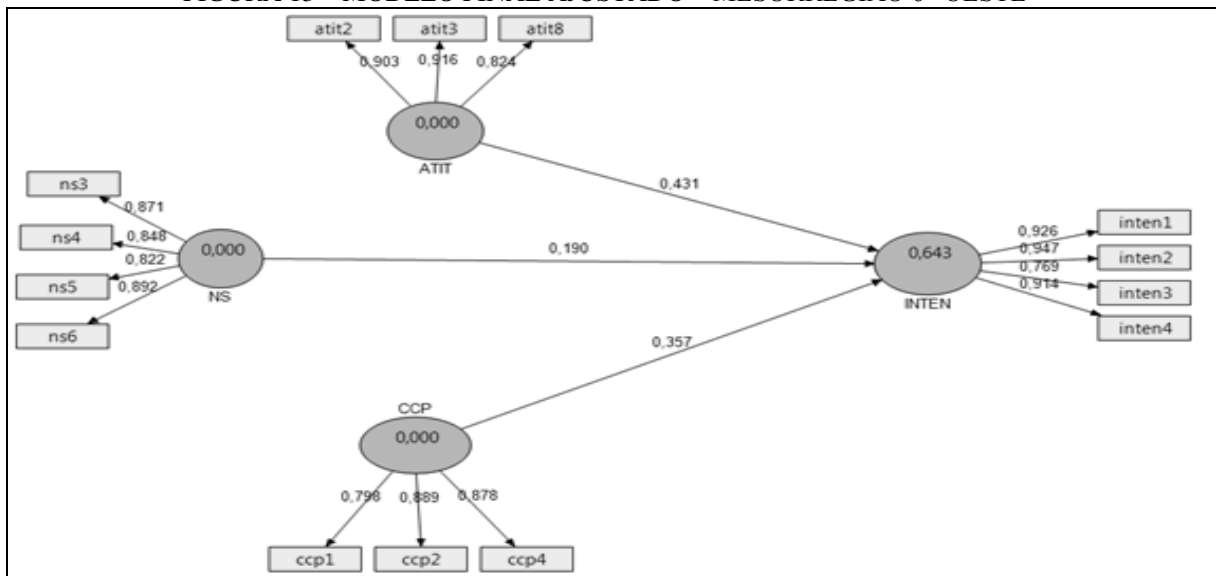
Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,7775	0,9128	-	0,8556
CCP	0,7323	0,8912	-	0,8216
INTEN	0,7952	0,9391	0,6431	0,9133
NS	0,7377	0,9183	-	0,8827
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8818			
CCP	0,6102	0,8557		
INTEN	0,7170	0,6863	0,8917	
NS	0,3581	0,3475	0,4685	0,8589

FONTE: A Autora (2016)

A Tabela 21 apresenta os resultados obtidos da AVE, Confiabilidade composta, R^2 , Alfa de Cronbach e a validade discriminante. Observa-se que a avaliação do modelo estrutural para as variáveis independentes (Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido) e para a dependente (Intenção) mostrou-se adequado.

Deste modo, pode-se dar continuidade da análise com a avaliação do modelo estrutural. Para isso, efetuou-se o procedimento de *bootstrapping* que representa uma abordagem não paramétrico com 2000 reamostragens conforme resultados evidenciados na Tabela 21. Antes, a representação do modelo de mensuração das equações:

FIGURA 13 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 6 “OESTE”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

A seguir os resultados dos *path* coeficiente obtidos para a mesorregião 6.

TABELA 22 – RESULTADO DO *PATH* COEFICIENTE – MESORREGIÃO 6 “OESTE”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,431	24,741	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,19	14,415	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,357	20,553	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Dentre as três variáveis independentes (ATIT, NS, CCP), identifica-se que todas possuem um efeito direto, positivo e estatisticamente significativo sobre a variável dependente (INTEN).

4.3.7 Mesorregião 7 – Centro Ocidental

A seguir, a Tabela 23 evidencia os resultados de avaliação do modelo de equações para a mesorregião Centro Ocidental. Salienta-se que os indicadores tratados nesta fase são: Atitude (2, 3, 4); Norma subjetiva (1, 3, 7) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4, 5) e Intenção (1, 2, 3, 4).

TABELA 23 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,686	0,8647	-	0,7903
CCP	0,732	0,9161	-	0,8799
INTEN	0,8194	0,9475	0,2784	0,9248
NS	0,4011	0,5817	-	0,7398
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8283			
CCP	0,1303	0,8556		
INTEN	0,3665	0,3169	0,9052	
NS	0,0028	-0,0599	-0,2803	0,6333

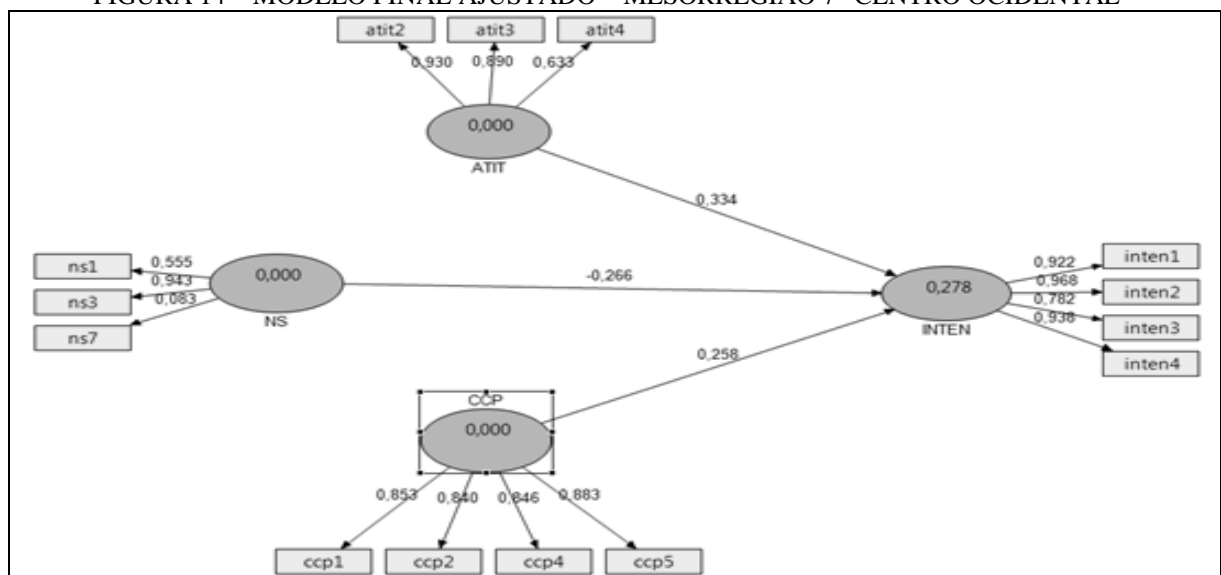
FONTE: A Autora (2016)

A validade convergente foi verificada pela AVE e indicou que todas as variáveis latentes apresentaram coeficientes satisfatórios, com exceção da Norma Subjetiva que apresentou valor abaixo do sugerido (devem ser superiores a 0,5) de acordo com Fornell e Larcker (1981). Contudo, optou-se em preservar esta variável, pois testou-se aleatoriamente a exclusão de algum dos fatores, porém em contrapartida, influenciava negativamente o Alfa de Cronbach.

Na Tabela 23 pode-se perceber ainda que a raiz quadrada da AVE nas variáveis observadas é sempre maior nas suas variáveis latentes que nas outras. Neste sentido, considera-se que o modelo tem validade discriminante.

A Figura 14 mostra os relacionamentos estruturais das variáveis, que se apresenta adequado nos aspectos de consistência interna e validade discriminante, privando-se apenas da validade convergente para o construto Norma Subjetiva que não atingiu o indicado.

FIGURA 14 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

A validade do modelo estrutural foi realizada por meio da verificação do R², que indica o percentual de variação da variável latente que é explicada por outras variáveis latentes. Deste modo, observa-se que a variável latente intenção tem 27,84% da sua variação explicada pelas variáveis Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido.

TABELA 24 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 7 “CENTRO OCIDENTAL”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,334	20,005	H1	0,0000
NS -> INTEN	-0,266	10,184	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,258	14,095	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Ao observar o relacionamento entre a variável preditora “Norma Subjetiva” (NS) e a “Intenção” (INTEN), percebe-se que os alunos da mesorregião 7 rejeitam a hipótese de que as influências de seus referentes (pais, amigos, professores, profissionais da área) venham a impactar positivamente a intenção dos mesmos de seguir uma carreira contábil. Deste modo, o resultado encontrado foi estatisticamente significativo, porém negativo.

4.3.8 Mesorregião 8 – Sudoeste

A Tabela 25 destaca os indicadores finais do instrumento de pesquisa após a aplicação da análise fatorial para a mesorregião Sudeste, sendo eles: Atitude (1, 2, 3, 8); Norma Subjetiva (2, 4, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4, 5) e Intenção (1, 2, 3, 4).

TABELA 25 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”

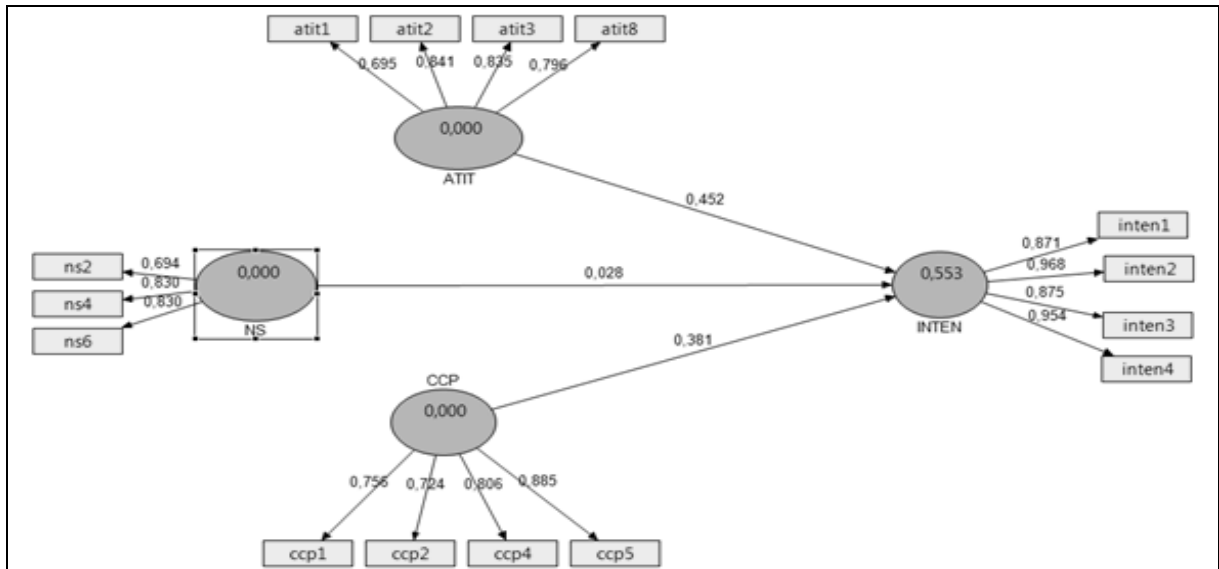
Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6304	0,8716	-	0,8098
CCP	0,6322	0,8724	-	0,8101
INTEN	0,8427	0,9553	0,5533	0,9371
NS	0,6194	0,829	-	0,7112
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,7940			
CCP	0,5284	0,7951		
INTEN	0,6671	0,6313	0,9180	
NS	0,5108	0,4298	0,4221	0,7870

FONTE: A Autora (2016)

A análise da Tabela 25 mostra que todos os construtos ou variáveis latentes, apresentam valor da AVE > 0,50. Neste caso, evidencia-se que há validade convergente no modelo proposto. Posteriormente, ao se observar os valores da Confiabilidade Composta e do Alfa de Cronbach, conclui-se também serem adequados ao atenderem os valores recomendados para consistência interna, sendo ambos acima de 0,7.

Analisando a Tabela 25, também nitidamente se constata que as cargas fatoriais da raiz quadrada da AVE nos construtos são sempre maiores que em outros. Isto posto, certifica-se que o modelo tem validade discriminante pelo critério de Chin (1998). Assim sendo, a Figura 15 comprova os relacionamentos estruturais das variáveis, que se apresentam adequados em todos os aspectos recomendados.

FIGURA 15 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

A seguir, os resultados dos caminhos e as análises das hipóteses para a mesorregião 8.

TABELA 26 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 8 “SUDOESTE”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,452	28,637	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,028	1,5989	H2	0,1102
CCP -> INTEN	0,381	23,412	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Atenta-se por meio da Tabela 26 que duas das três variáveis latentes apresentaram valores acima de 1,96 para os coeficientes de caminho. A exceção foi à relação entre a Norma Subjetiva (NS) e a Intenção (INTEN), que apresentou um *t-valor* de 1,5989, ou seja, não apresentou significância. Isso posto, infere-se que na amostra desta região, a norma subjetiva não é uma preditora significativa da intenção dos respondentes, isto é, os indicadores validados 2, 4 e 6 que tratam a respeito das influências de professores, amigos e profissionais da área não exercem efeito significativo sob a intenção dos respondentes.

4.3.9 Mesorregião 9 – Centro Sul

Os indicadores: Atitude (1, 2, 3, 8); Norma Subjetiva (2, 5, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4) e a Intenção (1, 2, 4) foram os validados para a mesorregião Centro Sul.

TABELA 27 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”

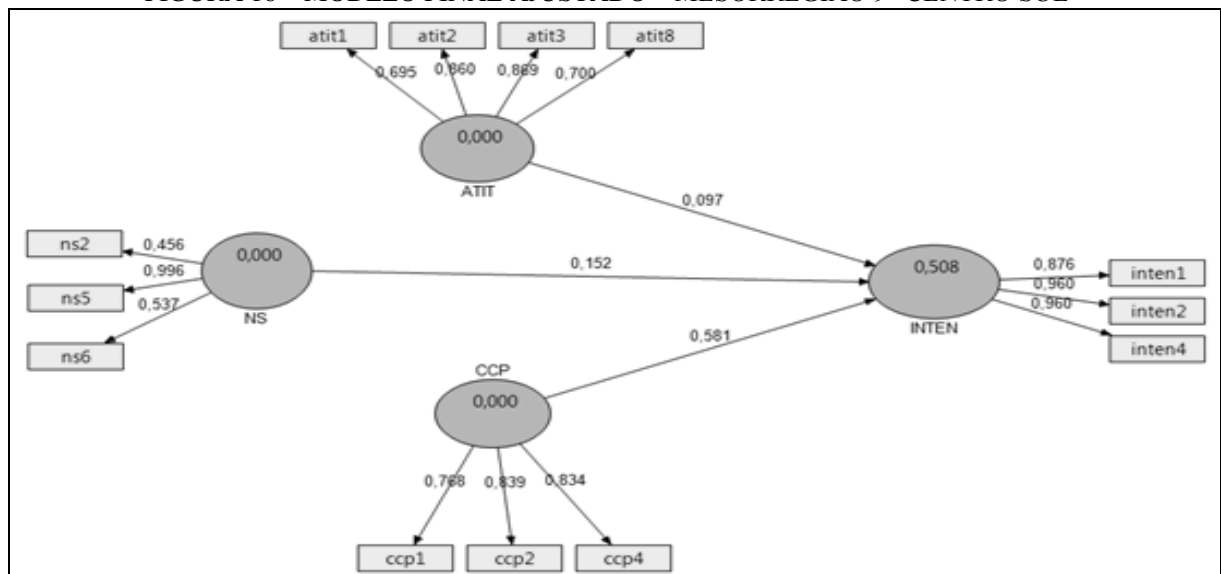
Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,6168	0,8642	-	0,7998
CCP	0,6631	0,855	-	0,7493
INTEN	0,8702	0,9526	0,5083	0,926
NS	0,4960	0,7235	-	0,7048
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,7854			
CCP	0,4863	0,8143		
INTEN	0,4032	0,6959	0,9328	
NS	0,1521	0,4417	0,4238	0,7043

FONTE: A Autora (2016)

A AVE é a porção dos dados (nas respectivas variáveis) que é explicada por cada um dos construtos, respectivos aos seus conjuntos de variáveis ou quanto, em média, as variáveis se correlacionam positivamente com os seus respectivos constructos. Isto posto, conforme Fornell e Larcker (1981) quando as AVE's são maiores que 0,50 admite-se que o modelo converge a um resultado satisfatório. Assim sendo, a análise da Tabela 25 mostra que um dos construtos (Norma Subjetiva - NS) apresenta valor da AVE<0,50. Nessa situação o correto deveria se eliminar as variáveis observadas ou mensuradas dos construtos que apresentam o valor abaixo do sugerido, contudo, optou-se pela não exclusão de mais indicadores, por já estarem em apenas 3 e para não influenciar no Alfa de Cronbach.

Quanto aos demais critérios a serem observados nesta etapa como o Alfa de Cronbach e a Confiabilidade Composta, conclui-se que atenderam a todos os valores recomendados. Ademais, o modelo também apresentou validade discriminante por meio do critério da raiz quadrada da AVE. Por conseguinte, retrata-se a Figura 16.

FIGURA 16 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Na sequência apresentam-se as relações estruturais do modelo para a mesorregião Centro Sul.

TABELA 28 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 9 “CENTRO SUL”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,097	5,5522	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,152	7,5058	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,581	36,21	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Constata-se nos caminhos entre as variáveis preditoras e a intenção relações estatisticamente positivas. Com isso sustenta-se todas as hipóteses teóricas de que Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental percebido são influenciadoras positivas da Intenção.

4.3.10 Mesorregião 10 – Sudeste

Os indicadores do questionário validados pelo modelo na análise fatorial foram: Atitude (1, 2, 8); Norma subjetiva (1, 3, 4, 5, 6) Controle Comportamental Percebido (1, 2, 4, 6) e Intenção (1, 2, 3, 4) conforme testado.

TABELA 29 – AVALIAÇÃO DO MODELO – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”

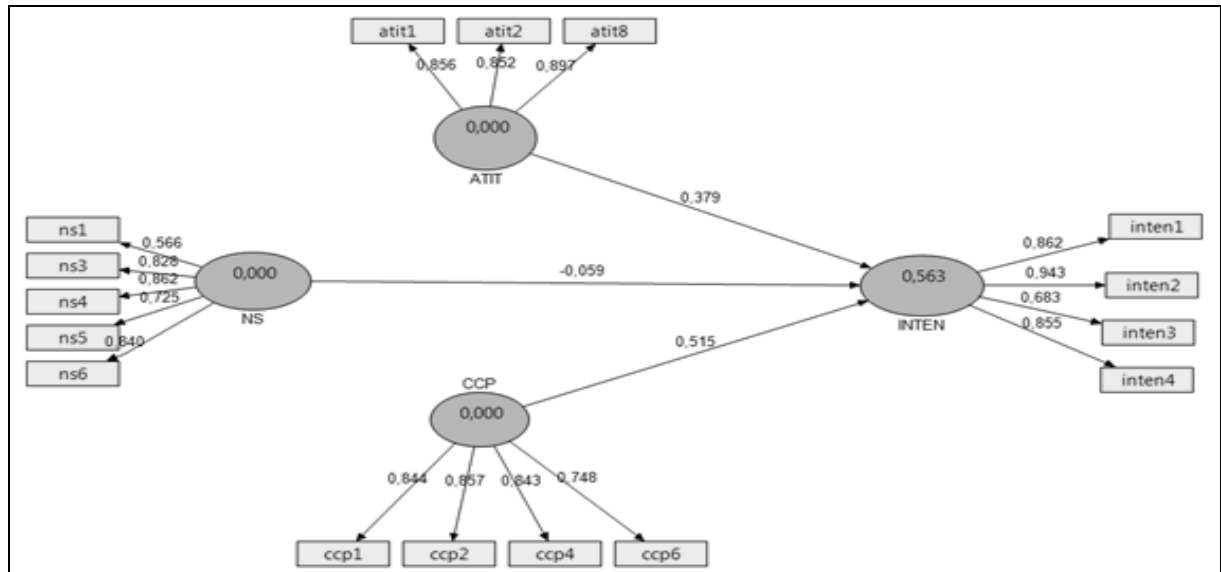
Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,7540	0,9019	-	0,8370
CCP	0,6792	0,8941	-	0,8436
INTEN	0,7074	0,9052	0,5628	0,8599
NS	0,596	0,8785	-	0,8548
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,8683			
CCP	0,4713	0,8241		
INTEN	0,6055	0,6729	0,8411	
NS	0,2688	0,3472	0,2217	0,7720

FONTE: A Autora (2016)

De acordo com valores obtidos para a AVE, Confiabilidade Composta e Alfa de Cronbach demonstrado na Tabela 29, observa-se o atendimento a todos os critérios sugeridos pela literatura. Com isso confirma-se um modelo bem ajustado, com qualidade para interpretação. Ademais, para a raiz quadrada das AVE's de cada construto, analisada pelos coeficientes de correlação para confirmar a validade discriminante dos dados, conforme critério de Chin (1988) corroborou-se para todos os construtos.

Como uma próxima etapa dos procedimentos, desenvolveu-se a validação do modelo estrutural. Nesta fase, foram verificados os valores do R² que indica o percentual de variância de uma variável latente que é explicada por outras variáveis latentes, que totalizou 56,28%.

FIGURA 17 – MODELO FINAL AJUSTADO – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Na sequência, são analisados os caminhos (*Path*), que destacam a relação estabelecida entre dois construtos e a sua significância estatística (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

TABELA 30 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – MESORREGIÃO 10 “SUDESTE”

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,379	23,371	H1	0,0000
NS -> INTEN	-0,059	3,4989	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,515	36,05	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Podemos verificar que o construto da Norma Subjetiva influencia negativamente a Intenção dos alunos em seguir uma carreira na área de contabilidade. Tal achado remete a concluir que pais, parentes (irmãos, tios, primos), amigos, cônjuges (namorado(a), esposo(a)) e profissionais da área exercem influências negativas sob a intenção comportamental dos alunos. Em contraponto, os construtos Atitude e Controle Comportamental Percebido influenciam positivamente de forma estatisticamente significativa à Intenção dos alunos.

4.3.11 Amostra Total (todas as mesorregiões do estado)

Neste tópico é evidenciado os achados para os dados de todas as mesorregiões juntas, o que configura a representatividade de todo o estado do Paraná. Ressalta-se que para a análise de todos os 691 respondentes foram efetuados todos os procedimentos que realizados para as amostras segregadas por mesorregião. Os indicadores do questionário validados pelo modelo na análise fatorial foram: Atitude (1, 2, 3, 4, 8); Norma subjetiva (2, 4, 5, 6); Controle Comportamental Percebido (1, 2, 3, 4, 5, 6) e Intenção (1, 2, 3, 4) conforme apresentado na Tabela 31.

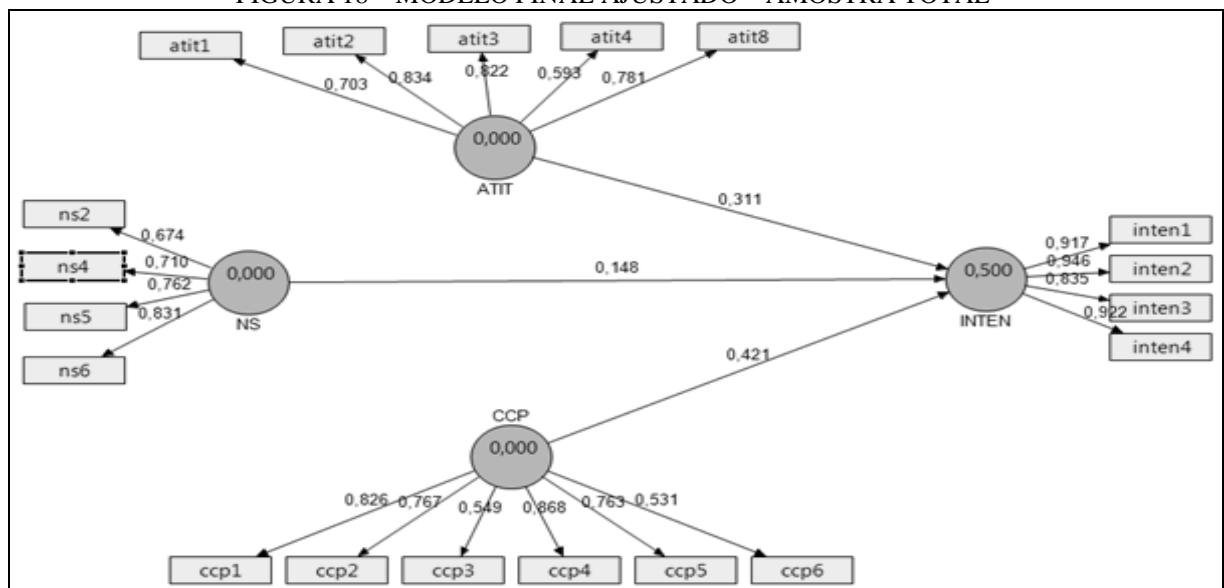
TABELA 31 – AVALIAÇÃO DO MODELO – AMOSTRA TOTAL

Construto	AVE	Confiabilidade Composta	R ²	Alfa de Cronbach
ATIT	0,5651	0,8649	-	0,8055
CCP	0,5316	0,8683	-	0,8256
INTEN	0,8212	0,9483	0,4999	0,9269
NS	0,5574	0,8335	-	0,7344
Validade Discriminante				
Construto	ATIT	CCP	INTEN	NS
ATIT	0,7517			
CCP	0,4622	0,7291		
INTEN	0,5664	0,6184	0,9062	
NS	0,4124	0,3621	0,4288	0,7466

FONTE: A Autora (2016)

A partir leitura da Tabela 31 nota-se para a amostra total do estado o atendimento para todos os pressupostos recomendados pela literatura para avaliação do modelo, sendo eles consistência interna (Alfa de Cronbach e Confiabilidade Composta), validade convergente (AVE) e validade discriminante (critério de Fornell e Larcker e matriz *cross-loadings*). Na sequência, observou-se que o valor obtido para o R² foi de 49,99%, indicando que a intenção dos alunos em seguir uma carreira da área de contabilidade após a conclusão de curso é explicada em aproximadamente 50% pelas variáveis Atitude, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido.

FIGURA 18 – MODELO FINAL AJUSTADO – AMOSTRA TOTAL



FONTE: Dados do SmartPLS 2.3 MS

Na sequência, são analisados os caminhos (*Path*) e a sua significância estatística.

TABELA 32 – RESULTADO DO *PATH COEFICIENTE* – AMOSTRA TOTAL

Relação Estrutural	Valor	t-valor	Hipótese	p-valor
ATIT -> INTEN	0,3100	13,477	H1	0,0000
NS -> INTEN	0,1490	8,094	H2	0,0000
CCP -> INTEN	0,4220	19,064	H3	0,0000

FONTE: A Autora (2016)

Onde: p-valor < 0,001

Em consonância com a Tabela 32, pode-se verificar que todas as variáveis latentes apresentaram valores t estatisticamente significativos acima de 1,96 para os coeficientes de caminho indicando significância para todas as hipóteses propostas. Com isso pode-se inferir que as variáveis Atitudes, Norma Subjetiva e Controle Comportamental Percebido são positivas e significativas preditoras da Intenção dos alunos em seguir carreira na área contábil.

4.4 DISCUSSÃO

Após apresentados todos os resultados das mesorregiões por meio dos procedimentos estatísticos, evidencia-se neste tópico uma síntese dos achados e suas discussões, em especial dos R^2 e das hipóteses.

Nesta direção, ressalta-se que o coeficiente de determinação (R^2) é uma medida de validade preditiva do modelo (HAIR Jr. *et al.*, 2014). O coeficiente representa o percentual da variância dos construtos endógenos explicada por todos os construtos exógenos ligados a ele. O valor de R^2 varia entre 0 e 1, e níveis mais elevados indicam maior poder explicativo. Segundo Hair Jr. *et al.* (2014) os valores aceitáveis dependem da complexidade do modelo e dos objetivos da pesquisa, por exemplo, R^2 de 0,20 é considerado alto em investigações sobre comportamento do consumidor.

TABELA 33 – SÍNTESE R^2

Amostra	R^2 (%)
Metropolitana de Curitiba	54,44
Centro Oriental	59,77
Norte Pioneiro	33,07
Norte Central	54,43
Noroeste	62,76
Oeste	64,31
Centro Ocidental	27,84
Sudoeste	55,33
Centro Sul	50,83
Sudeste	56,28
Amostra total - estado	49,99

FONTE: A Autora (2016)

A Tabela 33 congrega todos os resultados auferidos para o R^2 das 10 mesorregiões que permearam entre 27,84% a 64,31%, respondendo ao grau de variação da intenção dos alunos em seguir uma carreira na área contábil. Destes, observa-se que a mesorregião que apresenta o menor coeficiente é a Centro Ocidental (7) representada pelos respondentes da instituição de Campo Mourão (Unespar) e a de maior é a Oeste (6) representada pelos alunos da União das unidades de Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon. A diferença considerável entre as regiões possivelmente deve-se a percepção dos alunos em relação à profissão, pois, em questão de números dos respondentes foi muito semelhante (Campo Mourão $n = 43$ e Cascavel, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon, $n = 56$). Outro fator também pode ser as opções de emprego no mercado de trabalho destas regiões, pois, a Centro Ocidental tem a menor densidade populacional de todas e uma das menores extensões

territoriais. Ademais, apenas 17 dos 43 respondentes da mesorregião Centro Ocidental trabalha atualmente em uma área contábil (Instrumento da pesquisa - questão 36).

Tais achados evidenciam que as percepções quanto ao mercado de trabalho, bem como a inserção do aluno na área em que estuda faz grande diferença. A este respeito, Teixeira e Gomes (2004) identificaram que a percepção de mercado desfavorável está associada a um menor grau de decisão de carreira e a percepção de mercado favorável a um maior otimismo quanto à inserção e obtenção de resultados.

Ainda em relação aos valores preditivos destaca-se que por mais que na literatura as intenções determinem o comportamento, isto não significa que uma medida de intenção sempre será uma previsão exata do comportamento. Deste modo, sabe-se que vários fatores influenciam a força da relação entre intenção e comportamento, como o grau de correspondência entre as medidas dos dois construtos, ou o grau em que a intenção se mantém estável ao longo do tempo. Nesta direção, Fishbein e Ajzen (1975) descrevem que as pesquisas na psicologia social mostram que as intenções são mais bem previstas pelas atitudes do indivíduo com relação ao comportamento específico do que mais pelas normas subjetivas ou pelo controle comportamental percebido.

Nesta perspectiva é que se examinou a predição das três variáveis do modelo TCP (H1: Atitude -> Intenção; H2: Norma Subjetiva -> Intenção; e H3: Controle Comportamental Percebido -> Intenção) para a intenção dos respondentes em seguir uma carreira contábil. Os resultados obtidos estão expostos na Tabela 34.

TABELA 34 – SÍNTESE DAS HIPÓTESES DE PESQUISA

Mesorregião	Hipóteses de Pesquisa		
	H1	H 2	H3
Metropolitana de Curitiba	Aceita	Aceita	Aceita
Centro Oriental	Aceita	Aceita	Aceita
Norte Pioneiro	n.s	n.s	Aceita
Norte Central	Aceita	Aceita	Aceita
Noroeste	Aceita	Aceita	Aceita
Oeste	Aceita	Aceita	Aceita
Centro Ocidental	Aceita	n.s	Aceita
Sudoeste	Aceita	n.s	Aceita
Centro Sul	Aceita	Aceita	Aceita
Sudeste	Aceita	n.s	Aceita
Amostra total - estado	Aceita	Aceita	Aceita

FONTE: A Autora (2016)

Da leitura da Tabela 34, constata-se que nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba, Centro Oriental, Norte Central, Noroeste, Oeste, e Centro Sul todas as hipóteses foram sustentadas pelos procedimentos estatísticos. Destaca-se que estas mesorregiões alocam as cidades mais proeminentes no desenvolvimento econômico estadual como: (Metropolitana de Curitiba) Curitiba e região; (Centro Oriental) Ponta Grossa; (Norte Central) Maringá, Londrina e Apucarana; (Noroeste) Cianorte e Paranavaí; (Oeste) Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon; e (Centro Sul) Guarapuava. Com isso, pode-se deduzir que os respondentes percebem maiores chances de exercer alguma das carreiras da profissão contábil pelo fato de um maior mercado de trabalho. Esta inferência vai ao encontro de Bardagi *et al.* (2006) de que

alguns estudantes supervalorizam as condições do mercado de trabalho e tornam-se desmotivados e menos interessados pela própria profissão ao perceberem dificuldades de inserção profissional.

Ainda a este respeito, diversas são as pesquisas que fazem considerações acerca das influências do mercado de trabalho, tais como a disponibilidade de emprego, segurança no trabalho, benefícios percebidos; e pacotes de remuneração (GUL *et al.*, 1989; ADAMS; PRYOR; ADAMS, 1994; AHMED; ALAM; ALAM, 1997; MYBURGH, 2005; JELSTAD, 2005; MBAWUNI; NIMAKO, 2015).

Estes achados reforçam também as informações levantadas pela questão 32 do instrumento de pesquisa que foi questionado acerca de quais fatores que influenciaram o respondente na escolha pelo curso de ciências contábeis e os mais citados foram os relacionados ao financeiro ou de mercado como: (i) o mercado de trabalho (várias opções de atuação), (ii) expectativas de prestar concurso público e (iii) pelas expectativas salariais. Tais resultados vão ao encontro de Gul *et al.* (1989); Cohen e Hanno (1993); Felton *et al.* (1994); Nelson *et al.* (2002) e Dalci *et al.* (2013) que também evidenciaram que fatores de natureza financeira são os que exercem maior influência na decisão dos estudantes.

Com relação às hipóteses que não puderam ser aceitas destaca-se a H1 (*A atitude influencia positivamente na intenção comportamental dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade*) e a H2 (*A norma subjetiva influencia positivamente a intenção dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade*) observadas pelos dados das mesorregiões 3 (Norte Pioneiro), 7 (Centro Ocidental), 8 (Sudoeste) e 10 (Sudeste).

Quanto a H1 que trata do fator preditor atitude que é definida como sentimentos positivos ou negativos do indivíduo sobre a realização de um determinado comportamento (AJZEN; FISHBEIN, 1975) não foi corroborada na mesorregião 3 (Norte Pioneiro). Seu resultado além de não ser estatisticamente significativo ainda foi negativo o que permite depreender que os respondentes possuem sentimentos negativos face ao exercício da profissão contábil.

A H2 não foi suportada para as mesorregiões 3, 7, 8 e 10 (Norte Pioneiro, Centro Ocidental, Sudoeste e Sudeste). Nas mesorregiões 3 e 8 ela não pode ser aceita por não alcançar significância estatística e nas mesorregiões 7 e 10 por apresentar valores de ligação negativos. Estes achados permitem inferir que o valor não significativo do construto “Norma Subjetiva” pode indicar que a pressão social tem pouca relevância para os respondentes quanto à Intenção de escolha de carreira. Além disso, pode indicar também a não aceitação ou a não relevância por parte dos mesmos de que podem ser influenciados pelas pessoas que os cercam, como pais, amigos, parentes e professores. Todavia, nas outras regiões em que se corroborou a H2 observa-se a confirmação do ranqueamento (conforme dados apresentados na Tabela 8) em que se ordenou em profissionais da área; amigos; namorado/esposo(a); parentes (irmãos, tios, primos); professor(es); e pais.

Estes achados não corroboram os achados das duas pesquisas de Tan e Laswad (2006, 2009) que constataram em âmbito da Nova Zelândia que os estudantes de contabilidade estavam mais motivados a considerar a opinião de seus pais para seguir carreira em contabilidade. No entanto, vai parcialmente ao encontro dos resultados de Bebbington, Thomson e Wall (1997)

que concluíram que, pais, amigos e conselheiros de orientação profissional (ou professores) exerceram muito pouca influência sobre a intenção dos alunos escoceses em ser um contador; com a pesquisa de Lowe e Simons (1997) que encontraram que pais, amigos e professores foram os fatores menos influentes na decisão de especialização em contabilidade de alunos dos Estados Unidos; e com Strasser, Ozgur e Schroeder (2002), que identificaram que os pais, colegas e professores tiveram pouca influência na escolha dos alunos.

Por fim, a H3 (*O controle comportamental percebido influencia positivamente a intenção dos alunos concluintes em seguir uma carreira na área de contabilidade*) foi sustentada nas amostras de todas as mesorregiões. Esta hipótese trata do construto Controle Comportamental Percebido que se refere à capacidade percebida pelo indivíduo de realizar determinado comportamento, sua percepção de fatores facilitadores ou dificultadores de tal comportamento. Sob esta definição, pressupõe-se que os respondentes acreditam em sua capacidade de exercer uma carreira contábil após a conclusão do curso.

5 CONCLUSÃO

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES

Esta pesquisa investigou a intenção comportamental dos alunos concluintes dos cursos de ciências contábeis das universidades públicas no estado do Paraná - estaduais e federais - em seguir uma carreira na área de contabilidade. Como sustentação teórica utilizou-se da Teoria do Comportamento Percebido – TCP (AJZEN, 1991) já abordada em diversos estudos e em diferentes áreas temáticas como planejamento familiar; abuso de bebidas alcoólicas; adoção de dieta; intenção de voto; entre outros.

A análise desenvolvida neste estudo contribui para o aprimoramento da teoria servindo como um suporte empírico à validade da Teoria do Comportamento Percebido na área contábil nacional. Apesar dos poucos estudos realizados no Brasil, em comparação a outros países, a TCP encontra significativo poder de explicação dos comportamentos investigados e aponta para a necessidade de aprofundamento dos estudos como forma de compreender melhor o comportamento nas mais variadas áreas do conhecimento.

Os estudos acerca da intenção do indivíduo contribuem de forma relevante não somente aos estudos em Ciências Sociais Aplicadas como também a outras áreas como de saúde e humanas. Na contabilidade, por exemplo, tais pesquisas têm relevância significativa dada à carência de estudos que foquem as teorias comportamentais e a contabilidade. Nesta perspectiva, esta dissertação ao utilizar as teorias comportamentais, em especial a TCP, abre um novo espaço com a temática focada na escolha de carreira dentro da profissão após a conclusão do ensino superior. Ademais, contribui para reforçar a busca pela multidisciplinaridade nas pesquisas em contabilidade.

Do mesmo modo, são relevantes os estudos que envolvem a escolha de carreira, bem como o exercício da profissão sob a perspectiva contábil. Diversos são os estudos que abordam esta temática no campo da psicologia (COLLIN, 1998; SOARES, 2002); EMMERLING; CHERNISS, 2003; FOUAD, 2006; CARVALHO, 2007), porém na contábil a nível nacional, ainda é incipiente.

Quanto aos resultados obtidos, enfatiza-se a pouca influência do fator “Norma Subjetiva”, o que suscita possíveis discussões. A principal delas é o fato de que a amostra de algumas mesorregiões deste estudo não considerou importante este construto ao não sustentar a hipótese relacionada ao mesmo. Contudo, este achado caracteriza-se como nicho para novas pesquisas na área contábil ao buscar evidenciar quais são realmente os referentes que influenciam no comportamento dos alunos brasileiros.

Ademais, mesmo que a TCP seja uma teoria dominante nas pesquisas acerca das relações atitude-comportamento conforme sustentado por Armitage e Christian (2003), estudos específicos para a definição de crenças de controle são de grande valia para a consolidação da TCP.

5.2 IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL

No aspecto das implicações para a prática profissional os achados deste estudo contribuem na compreensão dos perfis dos concluintes em contabilidade das IES públicas do estado do Paraná. Assim, os resultados permitem traçar estratégias diferenciadas para as instituições repensarem seus currículos e suas abordagens do curso de ciências contábeis conforme a região na qual estão inseridas.

Neste sentido também, os órgãos competentes podem utilizar e aprofundar pesquisas a respeito das variáveis que influenciam a intenção destes futuros profissionais, para desenvolver cursos mais adequados e consistentes para o mercado. Para as IES, outra abordagem possível é desenvolver ações voltadas ao apoio da prática profissional de forma a aumentar o interesse e o conhecimento dos alunos.

Adicionalmente, este estudo vem contribuir para o avanço do tema escolha de carreira dos alunos de ensino superior no Brasil, principalmente para avaliar os aspectos mais significantes deste processo; para o uso de teorias da psicologia social na contabilidade e para o aumento do uso de modelagem de equações estruturais, utilizando o *Partial Least Square* (PLS) com o software SmartPLS.

5.3 IMPLICAÇÕES NA GESTÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A significativa expansão no ensino superior dos últimos anos favoreceu o ingresso dos jovens nos cursos universitários, em especial, em ciências contábeis. Esta expansão teve seu marco inicial na última década do século XX, com aproximadamente 262 cursos de graduação em ciências contábeis que ofereciam 97.223 vagas. Nos anos subsequentes estes números apresentaram significativo crescimento conforme dados de 2013 que apresentou a oferta de 1.168 cursos oferecidos presencialmente com 328.031 vagas.

Desta forma, cabe as IES formarem bons profissionais para o mercado de trabalho que precisa de indivíduos competentes e capacitados. Sendo assim, sugere-se que os cursos estejam sempre atentos ao redirecionamento de seus currículos, planejando ações permanentemente alinhadas com a atualidade para manter e conquistar novos e bons alunos. Ademais, faz-se necessários que as IES observem as necessidades de sua região auxiliando no fomento de oportunidades de trabalho para seus alunos, em especial, os de ciências contábeis.

Nesta perspectiva, justifica-se que este estudo tem implicações importantes para a educação contábil e pesquisas em contabilidade pois comprovou que os alunos tem intenção em seguir uma das carreiras da área contábil, que estão satisfeitos com seus cursos, mas que infelizmente não percebem boas oportunidades no mercado de trabalho. No entanto, observou-se também que o curso de ciências contábeis é uma escolha de muitos indivíduos que já tem outra graduação, o que de certa forma mostra ser uma boa opção quando comparado a outros cursos superiores.

5.4 LIMITAÇÕES DOS ACHADOS DA PESQUISA E ENCAMINHAMENTOS FUTUROS

Esta dissertação, como qualquer pesquisa científica, apresenta limitações que se devem às decisões da pesquisadora acerca do delineamento metodológico. Entretanto, as limitações que a mesma pesquisa possui possibilitam verificar oportunidades de novos estudos. Uma destas limitações é a definição da amostra pois se poderia ter abordado a opinião dos estudantes de todos os anos do curso de ciências contábeis, e também de universidades privadas, por exemplo. Outro fator limitante pode ser a simplicidade do questionário que baliza a validade dos resultados de certo ponto pois pode haver outras variáveis que influenciam a intenção de escolha da carreira dos alunos e que não foram considerados.

Deste modo, como uma sugestão de pesquisas futuras é que a amostra seja estendida para os demais alunos de níveis intermediários de curso, bem como com alunos procedentes de instituições privadas. Outra sugestão é que como o fator “Norma Subjetiva”, em algumas mesorregiões, demonstrou pouca significância, sugere-se que estudos com a temática desta dissertação sejam elaborados abordando prioritariamente este construto.

Ainda na perspectiva de pesquisas futuras, poderão ser testadas novas escalas para os construtos que não apresentaram um bom nível de significância nesta pesquisa, bem como incluir novos construtos no modelo para aumentar a capacidade de explicação dos fatores envolvidos na Intenção, como: experiência anterior, comportamento ético percebido dos profissionais contábeis, reputação percebida, sentimentos em relação à profissão, auto-eficácia. Isto posto, novos estudos devem primar pelo apuro metodológico, e analisar em profundidade os componentes dos construtos, avaliando e estudando a contribuição de outras variáveis que melhorem a previsibilidade do modelo.

REFERÊNCIAS

- ABBAD, G. O. C.; TORRES, C. V. Regressão múltipla stepwise e hierárquica em psicologia organizacional: aplicações, problemas e soluções. **Estudos de Psicologia**, v. 7, p. 19-29, 2002.
- ADAMS, S.; PRYOR, L.; ADAMS, S. Attraction and retention of high aptitude students in accounting: an exploratory longitudinal study. **Issues in Accounting Education**, v. 9, n.1, p. 45-58, 1994.
- ADAMSON, S. J.; DOHERTY, N.; VINEY, C. The Meanings of career revisited: Implications for Theory and Practice. **British Journal of Management**, v.9, n.4, p.251-259, 1998.
- AHMED, K.; ALAM, K.; ALAM, M. An empirical study of factors affecting accounting students' career choice in New Zealand. **Accounting Education: An International Journal**, v. 6, n.4, p. 325-35, 1997.
- AJZEN, I. From intentions to actions: a theory of planned behavior. In: Action-control: attitude. **Human Relation**, v. 15, p. 15-44, 1962.
- AJZEN, I.; FISHBEIN, M. The prediction of behavioral intentions in a choice situation. **Journal of Experimental Social Psychology**, v.5, n.4, p. 400-416, 1969.
- AJZEN, I.; FISHBEIN, M. A Bayesian Analysis of Attribution Processes. **Psychological Bulletin**, v. 82, n. 2, p.261-277, 1975.
- AJZEN, I.; FISHBEIN, M. **Understanding Attitudes and Predicting Social Behavior**. Englewood Cliffs, Nova Jersey: Prentice Hall, 1980.
- AJZEN, I. The Theory of Planned Behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, n.2, p. 179-211, 1991.
- AJZEN, I.; FISHBEIN, M. Attitudes and the attitude-behavior relation: reasoned and automatic processes. In: W. STROEBE; M. HEWSTONE (Eds.). **European Review of Social Psychology**, v. 11, n.1, p. 1-33, 2000.
- AJZEN, I. Residual Effects of Past on Later Behavior: Habitual and Reasoned Action Perspectives. **Personality and Social Psychology Review**, v. 6, n. 2, p. 107-122, 2002.
- AJZEN, I.; ALBARRACÍN, D.; HORNIK, R. **Prediction and Change of Health Behavior: Applying the reasoned action approach**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.
- AJZEN, I. The theory of planned behaviour is alive and well, and not ready to retire: a commentary on Sniehotta, Pesseau, and Araújo-Soares. **Health Psychology Review**, n. ahead-of-print, p.1-7, 2014.
- ALBRECHT, W. S.; SACK, R. J. **Accounting education: charting the course through a perilous future**. Sarasota, FL: American Accounting Association, 2000.
- ALLEN, C. L. Business students' perception of the image of accounting. **Managerial Auditing Journal**, v. 19, n.2, p. 235-258, 2004.

ALLPORT, G. **Attitudes**. Handbook of Social Psychology. Worcester, 1935, p.810. In: PENNA, 1993, p. 72.

ARMITAGE, C. J.; CHRISTIAN, J. From attitudes to behavior: basic and applied research on the theory of planned behaviour. **Current Psychology: Developmental, Learning, Personality, Social**, v. 22, n. 3, p. 182-195, 2003

ARTHUR, M. B.; LAWRENCE, B. S. Perspectives on environment and career: an introduction. **Journal of Occupational Behavior**, v.5, n.1, p.1-8, 1984.

ASHWORTH, J. The pursuit of high quality recruits. **The Journal of Accountancy**, v. 127, n.2, p. 53-58, 1969.

ATHANASOU, J. A. Factors Influencing Job Choice. **International Journal for Educational and Vocational Guidance**, v.3, n.3, p. 205-221, 2003.

AUYEUNG, P.; SANDS, J. Factors influencing accounting students' career choice: a cross cultural validation study. **Accounting Education: An International Journal**, v.6, n.1, p.13-23, 1997.

AZEVEDO, R. F. L. **A percepção pública sobre os contadores: "Bem ou mal na foto"?** Tese de Doutorado. Dissertação de mestrado em Contabilidade. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

AZEVEDO, R. F. L.; SUGAHARA, S. The Factors Influencing Accounting Students' career Intention to Become An Accounting Professional in Brazil. **International Journal of Arts and Commerce**, v.1, n.3, p.1-18, 2012.

AZEVEDO, R. F. L.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B.; CASA NOVA, S. P. C. A percepção dos estudantes sobre o curso e perfil dos estudantes de contabilidade: uma análise comparativa das percepções e estereotipagem. In: congresso USP de contabilidade e controladoria, **Anais...**, São Paulo: Congresso USP, 2008.

BAMBERG, S.; AJZEN, I.; SCHMIDT, P. Choice of travel mode in the theory of planned behavior: The roles of past behavior, habit, and reasoned action. **Basic and Applied Social Psychology**, v.25, n.20, p.175-188, 2003.

BANDURA A. **Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1986.

BANDURA, A. **Exercise of personal agency thought the selfff-efficacy mechanism**. In: SCHWARZER (Org.) Selfff-efficacy: thought control of action Washington. Hemisphere. p. 3-38, 1992.

BARDAGI, M. P. **Evasão e comportamento vocacional de universitários: Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BARDAGI, M. P., BOFF, R. M. (2010). Autoconceito, auto-eficácia profissional e comportamento exploratório em universitários concluintes. **Avaliação**, v.15, n.1, p. 41-56, 2010.

BARDAGI, M.; LASSANCE, M. C. P.; PARADISO, A. C.; MENEZES, I. A. Escolha profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de estudantes formandos. **Psicologia escolar e educacional**, v. 10, n. 1, p. 69-82, 2006.

BASTOS, A. V. B. A escolha e o comprometimento com a carreira: um estudo entre profissionais e estudantes de Administração. **Revista de Administração**, v.32, n.3, p. 28-39, 1997.

BEARD, V. Popular culture and professional identity: accountants in the movies. **Accounting, Organizations and Society**, v. 19, n. 3, p. 303-318, 1994.

BEBBINGTON, J.; THOMSON, I.; WALL D. Accounting Students and Constructed Gender: An exploration of gender in the context of accounting degree choices. **Journal of Accounting Education**, v. 15, n.2, p. 241-267, 1997.

BENTLER, P., CHOU, C. Practical issues in structural equation modeling. **Sociological Methods and Research**, v.16, n.1, p. 78-117, 1987.

BIDO, D. S.; SILVA, D.; SOUZA, C. A. Mensuração com indicadores formativos nas pesquisas em administração de empresas: como lidar com a multicolinearidade entre eles? **Administração: Ensino e Pesquisa**, v.11, n. 2, p. 245-269, 2010.

BIDO, D. S.; SILVA, D.; SOUZA, C. A.; GODOY, A. S. Indicadores formativos na modelagem em equações estruturais com estimação via PLS-PM: Como lidar com a multicolinearidade entre eles? In: EnEPQ, 2., 2009, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

BOUGEN, P. D. Joking apart: the serious side to the accountant stereotype. **Accounting, Organizations and Society**, v. 19, n. 3, p. 319-335, 1994.

BRASIL. **Lei nº556, de 25 de Junho de 1850**. Código Comercial do Império do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1850, Página 57, Vol. 1. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0556-1850.htm > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº20.158, de 30 de Junho de 1931**. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial de 9 de Julho de 1931. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66408.htm > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto-Lei nº7.988, de 22 de Setembro de 1945**. Dispõe sobre o ensino superior de ciências econômicas e de Ciências Contábeis e atuariais. Diário Oficial da União. Seção 1. 26/09/1945. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=27880> > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946**. Dispõe a criação do Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do profissional contábil, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 29/5/1946, Página 7889. Presidência da República Federativa. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 977, de 3 de Dezembro de 1965.** Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Documenta, n. 44, p. 67-86. Disponível em: < http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Resolução CFC nº 560, de 28 de outubro de 1983.** Dispõe sobre as Prerrogativas Profissionais. Regulamentação da Profissão de Contador. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br> >. Acesso em: 26 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CFE nº3, de 3 de Outubro de 1992.** Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

BRASIL. **Lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Revogando a Lei nº4.024/61. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf >. Acesso em: 26 abr. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº2 de 18 de Junho de 2007.** Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de Junho de 2007.** Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf > Acesso em: 18 jul. 2015.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (INEP/SEEC).** (2010). Censo do Ensino Superior. Disponível em <http://www.inep.gov.br>.

BRASIL. **Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010.** Altera os decretos - Leis nº 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <<http://www.cfc.org.uparq/lei12249.pdf> >. Acesso em: 26 abr. 2015.

BYRNE, M.; WILLIS, P. Irish secondary students perceptions of the work of an accountant and the accounting profession. **Accounting Education, Taylor and Francis Journals**, v. 14, n. 4, p. 367-381, 2005.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Traditional accountants and business professionals: portraying the accounting profession after Enron. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 3, p. 360-376, 2010.

CARPENTER, P.; FOSTER, B. The career decisions of student teachers. **Educational Research and Perspectives**, v. 4, n.1, p. 23-33, 1977.

CARVALHO, T. A. T. **A escolha e o comprometimento com a profissão/carreira**: um estudo entre psicólogos. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia a Universidade Federal da Bahia, 2007.

CHANLAT, J. F. Quais carreiras e para qual sociedade? **Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.6, p.67-75, 1995.

CHIN, W. W. Issues and opinion on structural equation modeling. **MIS Quartely**, v. 22, n. 1, p. 7-16, 1998.

COHEN, J., HANNO, D. An analysis of the underlying constructs affecting the choice of accounting as a major. **Issues in Accounting Education**, v. 8, n.2, p. 219-238, 1993.

COLLIN, A. New challenges in the study of career. **Personnel Review**, v. 27, n.5, p.412-425, 1998.

CONNER, M.; MCMILLAN, B. Interaction effects in the theory of planned behaviour: studying cannabis use. **British Journal of Social Psychology**, n.38, v.1, p. 195-222, 1999.

CONNER, M.; SPARKS, P. **The theory of planned behaviour and health behaviours**. In Conner, M. and Norman, P. (eds), Predicting Health Behaviour. Open University Press, Buckingham, 1996.

CONNER, M.; WARREN R.; CLOSE, S.; SPARKS, P. Alcohol consumption and the theory of planed behavior: An examination of the cognitive mediation of past behavior. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 29, p. 1676-1704, 1999.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORY, S. N. Quality and quantity of accounting students and the stereotypical accountant: is there a relationship? **Journal of Accounting Education**, v. 10, n.1, p. 1-24, 1992.

DALCI, I.; ARASLI, H., TÜMER, M.; BARADARANI, S. Factors that influence Iranian students' decision to choose accounting major. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v.3, n.2, p.145-163, 2013.

DIAS, M. R. **AIDS, comunicação persuasiva e prevenção**: uma aplicação da Teoria da Ação Racional. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, 1995.

DICK, T. P.; RALLIS, S. F. Factors and influences on high school students' career choices. **Journal for Research in Mathematics Education**, v. 22, n.4, p. 281-292, 1991.

DIMNIK, T.; FELTON, S. Accountant stereotypes in movies distributed in North America in the twentieth century. **Accounting Organizations and Society**, v. 31, n.2, p. 129-155, 2006.

DONALD, I. J.; COOPER, S. R.; CONCHIE, S.M. An extended theory of planned behaviour model of the psychological factors affecting commuters' transport mode use. **Journal of Environmental Psychology**, v. 40, n.1, p.39-48, 2014.

EMMERLING, R. J.; CHERNISS, C. Emotional Intelligence and the Career Choice Process. **Journal of Career Assessment**, v.11, n.2, p. 153-167, 2003.

ERFURTH, A. E.; DOMINGUES, M. J. C. S. Currículo Mundial e o ensino de contabilidade: estudo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis em instituições de ensino superior brasileiras e argentinas. **Contexto**, v. 13, n. 23, p. 47-60, 2013.

FÁVERO, L. P; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FELTON, S., BUHR, N., NORTHEY, M. Factors influencing the business students' choice of a career in chartered accountancy. **Issues in Accounting Education**, v. 9, n.1, 131-141, 1994.

FELTON, S., DIMNIK, T., NORTHEY, M. A theory of reasoned action model of the chartered accountant career choice. **Journal of Accounting Education**, v.13, n.1, p. 1-19, 1995.

FELTON, S.; DIMNIK, T.; NORTHEY, M. A Theory of Reasoned Action Model of the Chartered Accountant Career Choice. **Journal of Accounting Education**, v. 13, n. 1, p. 1-19, 1995.

FISHBEIN, M. *et al.* **Changing the behavior of alcoholics: effects of persuasive communication**. In: AJZEN, I; FISHBEIN, M. (org.). Understanding attitude and predicting social behavior. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice Hall, 1980.

FISHBEIN, M. Factores que influyen en la intención de estudiantes en decir a sus parejas 88 que utilicen condón. **Revista de Psicología Social y Personalidad**, v. 6, n. 1-2, p. 1-16, 1990.

FISHBEIN, M.; AJZEN, I. **Belief, attitude, intention and behavior: an introduction to theory and research**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1975.

FORNELL, C.; LARCKER, D.F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**, v. 18, p. 39-50, 1981.

FOUAD, N. A. Work and Vocational Psychology: Theory, Research, and Applications. **Annual Review of Psychology**, v. 58, p. 543-564, 2006.

FRANCISCO, W. H.; NOLAND, T. G.; KELLY, J. A. Why don't students major in accounting? **Southern Business Review**, v. 29, n. 1, p. 37-40, 2003.

FRANCO, L. M. G. **Evidências do Electoral Budget Cycle (EBG): uma análise do endividamento público e das receitas de convênios dos municípios do estado do Paraná**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná, 2011.

FRIEDMAN, A. L.; LYNE, S. R. The bean counter stereotype: towards a general model of stereotype generation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 12, n. 4, p. 423-451, 2001.

GADE, C. **Psicologia do consumidor**. Editora Pedagógica e Universitária (EPU), São Paulo/SP, 1980.

GEIGER, M.; OGILBY, S. The first course in accounting: students' perceptions and their effect on the decision to major in accounting. **Journal of Accounting Education**, v. 18, n. 1, p. 63-78, 2000.

- GLASER, S. L. **Relações entre habilidades sociais, auto-eficácia e decisão de carreira em universitários em final de curso**. Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em Psicologia Clínica) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia, 2010.
- GÓIS, C. G.; BRÁS, F. A. In the aftermath of the Bologna process: exploring the master students perceptions on accounting in two Portuguese higher education institutions. **Educade: revista de educación en contabilidad, finanzas y administración de empresas**, v.4, n.1, p.34-55, 2013.
- GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: Relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n.2, p. 299-309, 2002.
- GRAHAM, C.; MCKENZIE, A. Delivering the promise: The transition from higher education to work. **Education and Training**, v. 37, n.1, p. 4-11, 1995.
- GUL, F.; ANDREW, B.; LEONG, S.; ISMAIL, Z. Factors influencing choice of discipline of study – accountancy, engineering, law and medicine. **Accounting and Finance**, v. 29, n.2, p. 98-101, 1989.
- GUL, F.A.; HUANG, A.; SUBRAMANIAM, N. Cognitive style as a factor in accounting students' perceptions of career-choice factors. **Psychological Reports**, v.71, n.2, p.1275-1281, 1992.
- HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HAIR JR., J. F.; HULT, G. T. M.; RINGLE, C. M.; SARSTEDT, M. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. Thousand Oaks: SAGE, 2014.
- HALL, D. T. **Career development theory in organizations**. In: D. Brow, & L. Brooks (orgs). *Careers choice and development* 2ª ed., p. 422-454. San Francisco: Jossey - Bass, 1990.
- HARDIN, J. R.; O'BRYAN, D.; QUIRIN, J. J. Accounting versus Engineering, Law and Medicine: perceptions of influential high school teachers. **Advances in Accounting**, v.17, n.1, p. 205-220, 2000.
- HARRISON, S. Are accountants obsolete? **Charter**, v. 69, n. 9, p. 6, 1998.
- HECKE, A. P. **A intenção empreendedora dos alunos concluintes dos cursos de graduação em administração e Ciências Contábeis das instituições de ensino superior de Curitiba - Pr**. Dissertação – Mestrado (Contabilidade). Universidade Federal do Paraná, 2011.
- HEIDEMANN, L. A. **Crenças e Atitudes sobre o uso de atividades experimentais e computacionais no Ensino de Física por parte de professores do Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HEIDER, F. **Psicologia das relações interpessoais**. São Paulo: Pioneira, 1970.

HOROWITZ, K.; RILEY, T. How do students see us? **Accountancy**, v.106, n.1165, p.75-77, 1990.

<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 18 jul. 2015

HUNT, S. C.; FALGIANI, A. A.; INTRIERI, R. C. The Nature and Origins of Students Perceptions of Accountants. **Journal of Education for Business**, v. 79, n. 3, p. 142-148, 2004.

HUTAIBAT, K. A. Interest in the Management Accounting Profession: Accounting Students' Perceptions in Jordanian Universities. **Asian Social Science**, v.8, n.3, p.303, 2012.

INMAN, B. C.; WENZLER, A.; WICKERT, P. Square pegs in round holes: are accounting students well-suited to today's accounting profession? **Issues in Accounting Education**, v. 4, n.1, p. 29-47, 1989.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em: www.ipardes.gov.br/. Acesso em: 10 de set. de 2015.

JACKLING, B. Are negative perceptions of the accounting profession perpetuated by the introductory accounting course? **Asian Review of Accounting**, v. 10, n. 2, p. 52-80, 2002.

JACKLING, B., KENELEY, M. Influences on the supply of accounting graduates in Australia: a focus on international students. **Accounting and Finance**, v.49, n.1, p. 141-159, 2009.

JACKLING, B.; CALERO, C. Influences on undergraduate students' intentions to become qualified accountants: evidence from Australia. **Accounting Education: An International Journal**, v. 15, n. 4, p. 419-38, 2006.

JEACLE, I. Beyond the boring grey: the construction of colourful accountant. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 19, n. 8, p. 1296-1320, 2008.

KARAKAYA, F.; QUIGLEY, C.; BINGHAM, F. A cross-national investigation of student intentions to pursue a sales career. **Journal of Marketing Education**, n. 33, v.1, p.18-27, 2011.

KAST, F. E.; ROSENZWEIG, J. E. **Organizations and management: a system approach** New York, McGraw-Hill, 1970

KLEM, L. Path analysis. In: Grimm, L. G.; YARNOLD, P. R. **Reading and understanding multivariate statistics**. Washington, DC: American Psychological Association, 1995.

Kline, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. New York: The Guilford Press, 1998.

LAFFIN, M. **De Contador a Professor: A trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LASSANCE, M. C. P. A orientação profissional e a globalização da economia. **Revista da ABOP**, v.1, n.1, p. 71-80, 1997.

LEAL, E. A; MIRANDA, G. J.; ARAÚJO, T. S.; BORGES, L. F. M. Estereótipos na Profissão Contábil: a opinião de estudantes e do público externo no Triângulo Mineiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n.1, p. 134-153, 2014.

LENT, R. W; BROW, S. D. On conceptualizing and assessing social cognitive constructs in career research: A measurement guide. **Journal of Career Assessment**, v. 14, n. 1, p. 12-35, 2006.

LEVINE, K. J.; HOFFNER, C. A. Adolescents' conceptions of work: what is learned from different sources during anticipatory socialization? **Journal of Adolescent Research**, v. 21, n.6, p. 647-669, 2006.

LOKAN, J. J.; BOSS, M. W.; PATSULA, P. J. A study of vocational maturity during adolescence and locus of control. **Journal of Vocational Behavior**, v. 20, n.3, p. 331-342, 1982.

LOWE, D., SIMONS, K. Factors influencing choice of business major – some additional evidence: a research note. **Accounting Education: An International Journal**, v. 6, n. 1, p. 39-45, 1997.

LUZZO, D. A. Predicting the career maturity of undergraduates: A comparison of personal, educational, and psychological factor. **Journal of College Students Development**, v. 34, n.1, p. 271-275, 1993

LUZZO, D. A. The relationship between career aspiration-current occupation congruence and career maturity of undergraduates. **Journal of Employment Counseling**, v. 32, n.3, p. 132,140, 1995.

LUZZO, D. A. The relative contributions of self-efficacy and locus of control to the prediction of career maturity. **Journal of College Students Development**, v. 36, n. 1, p. 61-65, 1995.

MAGALHÃES, O. M. **Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta: Generatividade e carreira profissional**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Tradução Laura Bocco. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARÔCO, J. **Análise de equações estruturais: fundamentos teóricos, software & aplicações**. Pêro Pinheiro: ReportNumber, 2010.

MARRONI, C. H.; RODRIGUES, A. F.; PANOSSO, A. Panorama histórico do ensino superior da graduação em contabilidade no Brasil - sob a égide normativa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 1-17, 2013.

- MARSHALL, R. Calling tomorrow's professionals. **Chartered Accountants Journal**, v. 82, n. 1, p.4-9, 2003.
- MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAULDIN, S.; CRAIN, J. L.; MOUNCE, P. H. The accounting principles instructor's influence on students' decision to major in accounting. **Journal of Education for Business**, v. 75, n.3, p. 142-148, 2000.
- MBAWUNI, J.; NIMAKO, G. Modelling Job-related and Personality Predictors of Intention to Pursue Accounting Careers among Undergraduate Students in Ghana. **World Journal of Education**, v. 5, n. 1, p. 65-81, 2015.
- MIRANDA, G. J. **Relações entre as qualificações do professor e o desempenho discente nos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária FEA/USP, São Paulo, SP, Brasil, 2011.
- MOUTINHO, K.; ROAZZI, A. As teorias de ação racional e de ação planejada: relações entre intenções e comportamentos. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 2, 279-287, 2010.
- MYBURGH, J. E. An empirical analysis of career choice factors that influence first-year accounting students at the university of Pretoria: a cross-racial study. **Meditari Accountancy Research**, v.13, n. 2, p. 35-48, 2005.
- MYERS, D. G. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- NOEL, M. N; MICHAELS, C.; LEVAS, M. The relationship of personality traits and elf monitoring behavior to choice of business major. **Journal of Education for Business**, v. 78, n.3, p. 153-157, 2003.
- NUNNALLY, J. C. **Psychometric theory**. 2 ed. New York, McGraw-Hill, 1978.
- OLIVEIRA S. H. S., PAGLIUCA L. M. F., BARROSO M. G. T. Análise do círculo de contágio da teoria da ação racional e sua adequação à enfermagem. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 3, p.866-877, 2007.
- OSIPOW, S. H., CARNEY, C.G.; BARAK, A. A scale of Educational-Vocational Undecidedness: A Typological Approach. **Journal of Vocational Behavior**, v.9, n.2, p. 233-243, 1976.
- OTT, E.; CUNHA, J. V. A.; CORNACCHIONE JÚNIOR, E. B.; DE LUCA, M. M. M. Relevância dos conhecimentos, habilidades e métodos instrucionais na perspectiva de estudantes e profissionais da área contábil: estudo comparativo internacional. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 22, n. 57, p. 338-356, 2011.
- PAA, H.; MCWHIRTER, E. Perceived influences on high school students' current career expectations. **The Career Development Quarterly**, v.49, n.3, p. 29-44, 2000.

PAOLILLO, J., ESTES, R. An empirical analysis of career choice factors among accountants, attorneys, engineers, and physicians. **The Accounting Review**, v. 57, n.4, p. 785-793, 1982.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças - USP**, v. 30, n.1, p. 19-32, 2007.

PELTIER, J. W.; CUMMINS, S.; POMIRLEANU, N.; CROSS, J.; SIMON, R. A Parsimonious Instrument for Predicting Students' Intent to Pursue a Sales Career: Scale Development and Validation. **Journal of Marketing Education**, v. 36, n.1, p. 62-74, 2014.

PERRONE, L.; VICKERS, M. H. Life after graduations a "very uncomfortable world": An Australian case study. **Education and Training**, v. 45, n. 2-3, p. 69-78, 2003.

RAMALHO, W. **Modelo de Atitude em Mercado de Produtos Novos Entrantes**. Tese de doutorado. CEPEAD/UFMG, 2006.

RAUPP, F. M; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (org.) Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – teoria e prática. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 3, p. 76-98.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROAZZI, A.; ALMEIDA, N. D.; NASCIMENTO, A. M.; SOUZA, B. C.; SOUZA, M. G. T. C.; ROAZZI, M. M. Da Teoria da Ação Racional à Teoria da Ação Planejada: Modelos para explicar e prever o comportamento. **Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPE/UFAM/CNPq/EDUA**. Ano 7, n.1, V. XIII, 2014.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROTTER, J. B. Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. **Psychological Monographs**, v. 80, n.1, p.1-28, 1966.

SANTOS, N. A. **Determinantes do desempenho acadêmico dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária FEA/USP, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

SCHIFTER, D. E.; AJZEN, I. Intention, perceived control, and weight loss: an application of planned behavior. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 49, n. 3, p. 843-851, 1985.

SCHLEE, R.; CURREN, M.; HARICH, K.; KIESLER, T. Perception bias among undergraduate business students by major. **Journal of Education for Business**, v. 82, n.3, p.169-177, 2007.

SELIGMAN, M. E. P. **Helplessness: On depression, development and death**. San Francisco: Freeman, 1975.

SHEPPARD, B. H.; HARTWICK, J.; WARSHAW, P. R. The theory of reasoned action: A meta-analysis of past research with recommendations for modifications and future research. **Journal of consumer research**, p. 325-343, 1988.

- SILVERSTONE, R.; WILLIAMS, A. Recruitment, training, employment and careers of women chartered accountants in England and Wales. **Accounting and Business Research**, v.9, n.33, p. 105-121, 1979.
- SMITH, M.; BRIGGS, S. From bean-counter to action hero: changing the image of the accountant. **Management Accounting**, v. 77, n.1, p. 28-30, 1999.
- SOARES, D. H. P. **A escolha profissional: Do jovem ao adulto**. São Paulo: Summus, 2002.
- SOUZA, R. R. B. **Intenção de escolha de ensino superior privado à luz da Teoria do Comportamento Planejado**. Dissertação – Mestrado (Administração). Programa de Pós Graduação em Administração/ UFPB, 2009.
- STEENKAMP, L. P.; BAARD, R. S.; FRICK, B. L. Factors influencing success in first-year accounting at a South African university: A comparison between lecturers' assumptions and students' perceptions. **SA Journal of Accounting Research**, v.23, n.1, p.113-140, 2009.
- STRASSER, S.; OZGUR, C.; SCHROEDER, D. Selecting a business college major: an analysis of criteria and choice using the analytical hierarchy process. **Mid-American Journal of Business**, v.17, n.2, p.47-56, 2002.
- SUBRAMANIAM, N.; FREUDENBERG, B. Preparing accounting students for success in the professional environment: Enhancing self-efficacy through a work integrated learning programme. **Asia-Pacific Journal of Cooperative Education**, v. 8, p.1, p. 77-92, 2007.
- SUGAHARA, S., HIRAMATSU, K., BOLLAND, G. Do Negative Perceptions of Certified Public Accountants Drive Students' Career Aspiration? A Japanese Study. **Research Society of Commerce and Economics**, p. 1-24, 2007.
- SUGAHARA, S.; BOLAND, G. Perceptions of the certified public accountants by accounting and non-accounting tertiary students in Japan. **Asian Review of Accounting**, v. 14, n.1-2, p.149-67, 2006.
- SUPER, D. E. A Life-Span, Life-Space Approach to Career Development. **Journal of Vocational Behavior**, v.16, n.3, p. 282-298, 1980.
- SUPER, D. E. **The psychology of careers**. New York: Harper e Row, 1957.
- SUPER, D. E.; BOHN Jr., M. J. **Psicologia Ocupacional**. São Paulo: Atlas. 1980
- TAN, L. M., LASWAD, F. Students' beliefs, attitudes and intentions to major in accounting. **Accounting Education: an International Journal**, v. 15, n.2, p. 167-187, 2006.
- TAN, L. M., LASWAD, F. Understanding students' choice of academic majors: a longitudinal analysis. **Accounting Education: An International Journal**, v. 18, n.3, p. 233-253, 2009.
- TAYLOR, K. M. An investigation of vocational indecision in college students: Correlates and moderators. **Journal of Vocational Behavior**, v. 21, n.3, p. 471-476, 1982.
- TAYLOR, K. M.; POPMA, J. An examination of the relationships among career decision-making self-efficacy career salience, locus of control and vocational indecision. **Journal of Vocational Behavior**, v. 37, n.1, p. 17-31, 1990.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, E W. B. Decisão de Carreira entre Estudantes em Fim de Curso Universitário. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 327-334, 2005.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando... e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 5, n.1, p. 47-62, 2004.

TERRY, D. J.; O'LEARY, J. E. The theory of planned behaviour: the effects of perceived behavioural control and self-efficacy. **British Journal of Social Psychology**, v. 34, n.2, p. 199-220, 1995.

TETZNER, C. **Uma análise dos fatores determinantes da intenção de empreender de estudantes de graduação**. Dissertação – Mestrado (Administração de Empresas). Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, FUCEPE, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **ISAR – Corporate Transparency: Accounting**. Disponível em: <http://www.unctad.org/>. Acesso em 18 de julho de 2015.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Revised model accounting curriculum**. New York/Geneve, 2003.

VAIVIO, J.; KOKKO, T. Counting big: Re-examining the concept of the bean counter controller. **The Finnish Journal of Business Economics**, v.1, n.6, p.49-74, 2006.

VAN MAANEN, J.; SCHEIN, E. H. Toward of Theory of Organizational Socialization. **Research in Organizational Behavior**, p.209-264, 1979.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WELLS, P. K.; FIEGER, P. High school teachers' perceptions of accounting: an international study. **Australian Journal of Accounting Education**, v.2, n. 1, p. 29-51, 2006.

WESSELS, P. L.; STEENKAMP, L. P. An investigation into students' perceptions of accountants. **Meditari Accountancy Research**, v. 17, n. 1, p. 117-132, 2009.

WILENSKY, H. L. **The professionalization of everyone?** In: *The Sociology of Organizations: Basic Studies* (O. Grusky & G. Miller, eds.), p. 483-501, New York: The Free Press, 1970.

ZWICKER, R.; SOUZA, C. A.; BIDO, D. S. Uma revisão do Modelo do Grau de Informatização de Empresas: novas propostas de estimação e modelagem usando PLS (*partial least squares*). XXXII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2008, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – CARTA AOS COORDENADORES

[Pesquisa Acadêmica]

Fatores que impactam a decisão dos alunos de ciências contábeis em seguir carreira na área de contabilidade: uma investigação sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado

Prezada[o] Coordenadora[o]

Estou na etapa crucial da elaboração da minha dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Mestrado | Doutorado – da Universidade Federal do Paraná. Esta etapa consiste na coleta de dados, por meio de questionário, junto aos concluintes do curso de graduação em Ciências Contábeis nas Universidades Públicas Estaduais e Federais.

A minha dissertação de mestrado – desenvolvida sob orientação do Professor Lauro Brito de Almeida - investiga os fatores que impactam a decisão dos alunos concluintes em ciências contábeis em seguirem carreira profissional na área de contabilidade.

A percepção dos formandos em ciências contábeis sobre o tema é fundamental e por isso, **solicitamos autorização dessa Coordenação para que os alunos dessa instituição participem, respondendo o questionário [anexo].**

A participação dos alunos é voluntária – respeitando o direito de recusa em participar, ou deixar de continuar a responder em qualquer momento - e os dados coletados serão tratados de maneira agregada, assegurando completo sigilo quanto aos respondentes. Nossos testes iniciais mostram que o tempo para responder o questionário é de 10 minutos.

Por fim, quaisquer dúvidas podem ser esclarecidas com o Professor Orientador pelo e-mail [gbrito@uol.com.br].

Contando com a compreensão e apoio desta Coordenação, sou, antecipadamente grata.

Atenciosamente

Edicreia Andrade dos Santos

Mestranda em Contabilidade PPG Contabilidade UFPR

Lauro Brito de Almeida, Dr. EAC|FEA|USP

Orientador

Professor PPG Contabilidade UFPR

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO

[Pesquisa Acadêmica]

Fatores que impactam a decisão dos alunos de ciências contábeis em seguir carreira na área de contabilidade: uma investigação sob o enfoque da Teoria do Comportamento Planejado

Prezado aluno (a),

Conto com seu apoio, participação e colaboração respondendo o questionário a seguir. Os dados coletados serão utilizados para a elaboração de minha dissertação de mestrado no PPG Contabilidade UFPR, sob a orientação do Professor Lauro Brito de Almeida, Dr. EAC|FEA|USP.

O questionário é composto de dois blocos, ambos de fácil compreensão, e demorará aproximadamente 10 minutos para respondê-lo. Por isso, peço a sua **atenção e participação**.

Antes de marcar a sua resposta – indicando o grau de concordância - referente às assertivas enunciadas no questionário, tenha em mente que para os graduados em Ciências Contábeis, há inúmeras possibilidades de carreira profissional na área de contabilidade, como por exemplo: (i) analista contábil, (ii) analista econômico financeiro, (iii) analista de custos e orçamento, (iv) auditor interno, (v) auditor externo, (vi) consultor contábil, (vii) *controller*, (viii) fiscal de tributos, (ix) perito contábil, (x) professor e (xi) contador na iniciativa privada e pública.

Frente a todas estas opções, queremos saber o **seu interesse em seguir carreira profissional na área de contabilidade**.

BLOCO I

Indique o seu grau de concordância com as assertivas enunciadas, utilizando o seguinte: o número 1 [um] indica que você **DISCORDA TOTALMENTE**, enquanto o número 7 [sete] indica que você **CONCORDA TOTALMENTE**. *Por gentileza, destaque somente uma alternativa por questão e não deixe de responder nenhuma.*

1	2	3	4	5	6	7
Discordo Totalmente	Quanto mais próximo de 1 (UM) MENOS eu concordo					Concordo Totalmente
	Quanto mais próximo de 7 (SETE) MAIS eu concordo					

Marque de 1 a 7 →	Escala [1...7]
1) Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade valioso.	
2) Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade gratificante.	
3) Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade proporciona satisfação profissional.	
4) Meus pais me influenciam a seguir uma carreira da área de contabilidade.	
5) Eu acredito que os profissionais da área de contabilidade são admirados e respeitados na sociedade.	
6) Eu tenho educação/preparo suficiente para seguir uma carreira na área de contabilidade	
7) Eu tenho experiência prática suficiente para seguir uma carreira na área de contabilidade.	
8) Meu(s) professor(es) me influencia(m) a seguir uma carreira na área de contabilidade.	
9) Eu acredito que meu conhecimento em contabilidade não é suficiente para seguir uma das carreiras.	
10) Eu não tenho confiança na minha capacidade de executar os trabalhos em uma carreira na área de contabilidade	
11) Meus parentes (irmãos, tios, primos) me influenciam a seguir carreira na área de contabilidade.	
12) Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade têm alto status (prestígio).	
13) Eu acredito que se tiver oportunidade, posso executar muito bem os trabalhos de uma carreira na área de contabilidade.	
14) Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade não proporciona resultados significativos (remuneração, benefícios).	
15) Eu pretendo seguir uma carreira na área de contabilidade após a conclusão do curso.	
16) Eu acho que o mercado de trabalho tem bastante oportunidade para as carreiras na área de contabilidade.	
17) Meus amigos me influenciam a seguir carreira na área de contabilidade.	
18) Eu acho que o trabalho das carreiras na área de contabilidade exige aptidão (vocação).	
19) Eu acho o trabalho das carreiras na área de contabilidade interessante.	

20) Eu tenho forte crença no meu conhecimento contábil para seguir uma carreira na área de contabilidade.	
21) Estou determinado em seguir uma carreira na área de contabilidade.	
22) Estou feliz em poder seguir uma carreira na área da contabilidade após a conclusão do curso.	
23) Meu namorado/esposo(a) me influencia a seguir carreira na área de contabilidade.	
24) Os profissionais da área me influenciam a seguir uma carreira na área de contabilidade.	
25) Eu pretendo conseguir um bom emprego na área de contabilidade após a conclusão do curso.	

BLOCO II – DADOS DEMOGRÁFICOS		
26) Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		27) Ano de nascimento: _____
28) Universidade (Sigla): _____ Cidade: _____.		29) Cidade onde você reside: _____.
30) Qual seu estado civil: <input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Divorciado (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a)		31) O curso de Ciências Contábeis é sua primeira formação de nível superior? <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Cursei: _____ e concluí no ano de _____. <input type="checkbox"/> Não. Curso de _____ mas não concluí.
32) Quais os fatores que lhe influenciaram a cursar Ciências Contábeis? (*pode marcar mais de uma alternativa): <input type="checkbox"/> Influência familiar (sugestão). <input type="checkbox"/> Mercado de trabalho (várias opções de atuação). <input type="checkbox"/> Expectativa de prestar concurso público. <input type="checkbox"/> Pela facilidade de aprovação no vestibular (pouca concorrência). <input type="checkbox"/> Pelas expectativas salariais. <input type="checkbox"/> Por vocação. <input type="checkbox"/> Outro: _____.		33) Qual sua satisfação com o curso de Ciências Contábeis: <input type="checkbox"/> Totalmente insatisfeito. <input type="checkbox"/> Insatisfeito. <input type="checkbox"/> Nem insatisfeito, nem satisfeito. <input type="checkbox"/> Satisfeito. <input type="checkbox"/> Totalmente satisfeito.
34) Você tem alguém na família graduado em ciências contábeis e seguindo carreira em alguma área de contabilidade. <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	35) Indique os rendimentos familiares mensais (bruto): (*salário mínimo: R\$ 788,00) <input type="checkbox"/> Até 3 salários (R\$ 2.364,00) <input type="checkbox"/> Até 4 salários (R\$ 3.152,00) <input type="checkbox"/> Até 5 salários (R\$ 3.940,00) <input type="checkbox"/> Até 6 salários (R\$ 4.728,00) <input type="checkbox"/> Acima de 6 salários	36) Atualmente está trabalhando: <input type="checkbox"/> Não estou trabalhando. <input type="checkbox"/> Trabalho em uma área da contabilidade. <input type="checkbox"/> Trabalho, mas não na área da contabilidade.
37) Qual o seu rendimento mensal (bruto): <input type="checkbox"/> Até 2 salários (R\$ 1.576,00) <input type="checkbox"/> Até 3 salários (R\$ 2.364,00) <input type="checkbox"/> Até 4 salários (R\$ 3.152,00) <input type="checkbox"/> Até 5 salários (R\$ 3.940,00) <input type="checkbox"/> Acima de 5 salários <input type="checkbox"/> Nenhum rendimento.	38) Se você está trabalhando, qual o ramo: (se a sua empresa se inserir em mais de um pode marcar). <input type="checkbox"/> Indústria. <input type="checkbox"/> Comércio. <input type="checkbox"/> Serviços. <input type="checkbox"/> Setor Público. <input type="checkbox"/> Terceiro Setor. <input type="checkbox"/> Não trabalho. <input type="checkbox"/> Outro: Qual _____.	39) Tem interesse de cursar Pós-graduação após a conclusão do curso de Ciências Contábeis: <input type="checkbox"/> Tenho interesse em fazer pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) na área contábil. <input type="checkbox"/> Tenho interesse em fazer pós-graduação <i>strictu sensu</i> (mestrado/doutorado) na área contábil. <input type="checkbox"/> Tenho interesse em fazer pós-graduação <i>lato sensu</i> (especialização) em outra área (educação, por exemplo). <input type="checkbox"/> Tenho interesse em fazer pós-graduação <i>strictu sensu</i>

		(mestrado/doutorado) em outra área (educação, por exemplo). <input type="checkbox"/> Não tenho interesse por enquanto.
40) Já trabalhou em alguma área de contabilidade:		
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 48%;"> <input type="checkbox"/> Controladoria. <input type="checkbox"/> Auditoria Interna. <input type="checkbox"/> Auditoria Externa. <input type="checkbox"/> Contabilidade Gerencial. <input type="checkbox"/> Contabilidade Pública. <input type="checkbox"/> Setor Contábil. </div> <div style="width: 48%;"> <input type="checkbox"/> Setor Fiscal. <input type="checkbox"/> Recursos Humanos. <input type="checkbox"/> Planejamento Tributário. <input type="checkbox"/> Não trabalhei. <input type="checkbox"/> Outro (especifique): _____. </div> </div>		

OBRIGADA PELA ATENÇÃO!!!

Edicreia Andrade dos Santos

Mestranda Programa Pós-Graduação em Contabilidade UFPR

ATENÇÃO:

Será sorteado um **Tablet** (Samsung, 7" Android 4.4 Processador Quad Core 1.3GHz) aos respondentes. Para participar, por gentileza, anote o seu e-mail:

Meu e-mail:

ANEXO

Anexo 1 – Municípios por mesorregião

Mesorregião	Municípios Integrantes
Noroeste	Alto Paraná, Amaporã, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Guairaçá, Inajá Itaúna do Sul, Jardim Olinda, Loanda, Marilena, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Rica, Altônia, Alto Paraíso, Alto Piquiri, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cruzeiro do Oeste, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Maria Helena, Mariluz, Nova Olímpia, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Tapira, Umuarama, Xambrê, Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Manoel do Paraná, São Tomé, Tapejara e Tuneiras do Oeste.
Centro Ocidental	Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste, Ubitatã, Araruna, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador, Terra Boa.
Norte Central	Alvorada do Sul, Ângulo, Apucarana, Arapongas, Arapuá, Ariranha do Ivaí, Astorga, Atalaia, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambe, Cambira, Cândido de Abreu, Centenário do Sul, Colorado, Cruzmaltina, Doutor Camargo, Faxinal, Florai, Floresta, Florestópolis, Flórida, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaraci, Ibioporã, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lobato, Londrina, Lunardelli, Lupionópolis, Mandaguçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ourizona, Paçandu, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Sarandi, Sertanópolis, Tamarana e Uniflor.
Norte Pioneiro	Assai, Abatia, Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Leopoldina, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz.
Centro Oriental	Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi, Ventania, Arapoti, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Sengés, Carambeí, Castro, Palmeira e Ponta Grossa.
Oeste	Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guairá, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.
Sudoeste	Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.
Centro-Sul	Boa Ventura de São Roque, Laranjal, Mato Rico, Palmital, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Campina do Simão, Cândói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guarapuava, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto

	Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo, Virmond, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Honório Serpa, Manguinhos e Palmas.
Sudeste	Antônio Olinto, Bituruna, Cruz Machado, Fernandes Pinheiro, General Carneiro, Guamiranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e União da Vitória.
Metropolitana de Curitiba	Adrianópolis, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, , Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tunas do Paraná, Agudos do Sul, Quitandinha, Tijucas do Sul, além de Campo do Tenente, Piên, Porto Amazonas e Rio Negro. Integram ainda esta mesorregião, os municípios litorâneos de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

FONTE: Elaborado a partir de dados do IPARDES (2015).